UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Douglas Cardoso da Silva

Participação Vazia: Formação, Traços e Resultados

Um Estudo de Psicologia Social sobre o Programa Minha Casa Minha Vida

Versão Corrigida

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Social e do Trabalho.

Orientador: Prof. Dr. José Moura Gonçalves Filho

São Paulo
2017

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Silva, Douglas Cardoso da.

Participação vazia: formação, traços e resultados - um estudo de Psicologia Social sobre o Programa Minha Casa Minha Vida / Douglas Cardoso da Silva; orientador José Moura Gonçalves Filho. -- São Paulo, 2017.

113 f.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social) -- Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2017.

1. Psicologia Social. 2. Programa Minha Casa Minha Vida. 3. Participação. 4. Humilhação Social. 5. Desenraizamento. I. Moura Gonçalves Filho, José, orient. II. Título.

HM251

SILVA, Douglas Cardoso. **Participação Vazia: Formação, Traços e Resultados - Um Estudo de Psicologia Social sobre o Programa Minha Casa Minha Vida.** 2017. 101 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a todos moradores que comigo compartilharam seus anseios, angustias e alegrias; enfim, abriram sua alma.

Aos professores que contribuíram para a minha formação e me apresentaram uma psicologia humana e socialmente comprometida.

Ao professor Zeca pelas lúcidas e sensíveis orientações, assim como pela liberdade dada para a construção da pesquisa, que permitiu que o trabalho se desenvolvesse de forma natural e autêntica.

Aos colegas do trabalho social da Caixa, sempre um ponto de apoio, em meio às inúmeras dificuldades. Em especial à Mônica, que me guiou em minhas primeiras visitas aos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida.

Aos meus pais, Luiz Flávio e Jane, não só pelos exemplos edificantes que carregarei para toda vida, mas também pelo fundamental apoio desde sempre, sem o qual não teria sequer iniciado um caminho que, neste momento, finaliza uma etapa.

À Yolanda, companheira da vida, das alegrias e desventuras, de inúmeras jornadas. A quem sempre confiei minhas angústias e compartilhei as pequenas conquistas, com quem estabeleci uma íntima relação de cumplicidade. Agradeço-lhe por ter sido um porto de alento à alma. Devo-lhe tanto.

*Vi ontem um bicho
Na imundície do pátio
Catando comida entre os detritos.*

*Quando achava alguma coisa,
Não examinava nem cheirava:
Engolia com voracidade.*

*O bicho não era um cão,
Não era um gato,
Não era um rato.*

O bicho, meu Deus, era um homem.

Manuel Bandeira

Esse é o primeiro poema que guardo memória de ter lido. Encontrei-o na capa de um livro de geografia ou história do meu irmão mais velho, quando ainda estava me alfabetizando. Recordo-me que ele me impressionou muitíssimo. Minha introdução teórica ao tema da desigualdade deu-se por meio dele. Foi redescoberto por mim recentemente.

RESUMO

SILVA, Douglas Cardoso. **Participação Vazia: Formação, Traços e Resultados - Um Estudo de Psicologia Social sobre o Programa Minha Casa Minha Vida**. 2017. 101 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Por meio desta pesquisa, buscamos investigar dinâmicas estabelecidas pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) na tentativa de identificar e melhor compreender determinadas relações entre os diferentes atores do PMCMV e suas implicações na apropriação da moradia. Neste estudo, testemunhamos, registramos e buscamos discutir vivências dos moradores inseridos no Programa. Para alcançar tais objetivos o trabalho foi desenvolvido a partir dos pressupostos da observação participante, pretendendo mais proximidade com os próprios moradores, seus sentimentos, opiniões, daí retirando nossos temas de investigação. No desenvolvimento da pesquisa, julgamos que a mecânica assumida pela implantação do Minha Casa Minha Vida restringe demais a efetiva participação daqueles que irão residir nos imóveis, suas iniciativas e suas vozes. Diversas tarefas que exigem escolhas importantes ainda não incluem os futuros moradores. A incipiente participação deixa formais e muito superficiais as relações entre os moradores e os diferentes agentes responsáveis pela condução do Programa; e também entre os próprios moradores. Há vários traços de organização burocrática e de reificação informando o Programa: quando vencidas, e apenas assim, poderemos esperar a posse da moradia precedida por conquistas de enraizamento já nos grupos ocupados com o planejamento e construção das obras. Aquelas limitações, enquanto não sejam superadas por atenção que favoreça e atenda anseios humanos de troca e colaboração, alimentam dois resultados muito problemáticos: o caminho para a aquisição de moradia não fica livre de humilhação social; o imóvel adquirido pode ser sentido como moeda ou mercadoria mais do que como moradia. O esvaziamento psicossocial do processo coletivo de conquista da casa própria empobrece o modo como os moradores percebem os seus vizinhos e influi sobre o modo apartado ou desirmanado pelo qual se dará a apropriação da nova moradia. A dinâmica do Programa não soube evitar problemas de desenraizamento dos moradores, ainda não foi capaz de alcançar condições favoráveis para a consolidação de novas raízes e para a construção de uma comunidade de ação e

mútua proteção. O PMCMV é, até agora, um marco sem equivalentes no atendimento da população de baixa renda, um marco na história das políticas públicas de habitação no Brasil, alcançando resultados quantitativos muito expressivos. Contudo, consideramos que, examinados e vencidos seus limites qualitativos, aí sim poderá mais decisivamente contribuir para o cancelamento de opressões a que historicamente as classes pobres tem sido submetidas, negando-se-lhes o direito da ação e do livre discurso, da colaboração e da conversa. A efetiva participação popular é decisivo antídoto contra a desigualdade política.

Palavras-chave: Psicologia Social. Programa Minha Casa Minha Vida. Participação. Humilhação Social. Desenraizamento.

ABSTRACT

SILVA, Douglas Cardoso. **Empty Participation: Formation, Traits and Results – A Study of Social Psychology about the Program “Minha Casa Minha Vida”**. 2017. 101 f. Dissertation (Master's Degree in Social Psychology) – Institute of Psychology. University of São Paulo, São Paulo, 2017.

This paper aims to investigate the dynamics established by the Program “Minha Casa Minha Vida” (PMCMV) as well as to identify and to find a better way to understand the relationships among the different actors in the Program and his implications in the appropriation of housing. In this study we pursuit to emphasize inhabitant's experiences. To achieve these goals, the work was developed based at the guidelines of participant observation. Once it prioritizes the inhabitants' perspective, we have defined as investigations' themes the subjects elected by themselves. During the development of the research we have identified that the way of the implantation of the Program inhibits any initiative that allow real participation of those who going to live in the houses of PMCMV. Several tasks that demands important choices do not include the inhabitants. The incipient participation become impersonal which implicates in superficial and formal relationships between the residents and different agents responsible for the Program conduction, as well as the relationship between residents themselves. There are several traits of bureaucratic service informing this public service: if they were overcame, that could prepare the possession of housing by previous conquests of rooting in groups. These limitations, as long as they are not exceeded by attention that reach and that strongly foster human aspirations (aspirations for exchanges and collaboration), feed two problematic results: in the one hand, the acquisition of housing is not free from social humiliation and, on the other hand, the acquired property can be felt as currency or commodity more than it is felt as housing. The psychosocial emptying of collective process impoverishes the way in which the inhabitants perceive neighborhood and it influences on the detached or non-brotherly manner by which housing appropriation will take place. The Program's dynamic does still cannot avoid the problems of unrooting brought by the the inhabitants, it does still not reached favorable conditions for new roots consolidation and for the construction of an active and mutual protective community. However, once its contradictions are examined and overcomed, PMCMV will more decisively contribute into cancelling oppressions to

which poor classes have been historically subjected and that denied them the right of action and the right of free discourse, the rights of collaboration and conversation. Effective popular participation is the decisive antidote against political inequality.

Key words: Social Psychology. Program “Minha Casa Minha Vida”. Participation. Social Humiliation. Uprooting.

LISTA DE SIGLAS

BNH	Banco Nacional de Habitação
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEF	Caixa Econômica Federal
FAR	Fundo de Arrendamento Residencial
FDS	Fundo de Desenvolvimento Social
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
GIHAB	Gerência de Habitação
MCidades	Ministério das Cidades
OGU	Orçamento Geral da União
PAR	Programa de Arrendamento Residencial
PDST	Plano de Desenvolvimento Socioterritorial
PTS	Projeto de Trabalho Social
PTS-P	Projeto de Trabalho Social Preliminar
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PSH	Programa de Subsidio Habitacional
SBPE	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SFH	Sistema de Financeiro de Habitação
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social

SUMÁRIO

1. Introdução	12
2. Breve histórico sobre políticas públicas de habitação no Brasil	17
2.1 Produção rentista (1889 -1930).....	19
2.2 Primórdios da habitação social (1930 -1964)	21
2.3 A política habitacional durante o regime militar (1964 -1986)	24
2.4 A descentralização da política habitacional (1986-2002)	26
2.5 Uma nova fase? (2003-2010).....	29
3. O Programa Minha Casa Minha Vida.....	33
3.1 Diretrizes do Programa, Trabalho Social e Participação.....	36
3.2 Modelo de Gestão Pública e Participação Popular	42
3.3 Alinhavando alguns pontos	49
4. Método	52
5. O Diário de Campo.....	59
5.1 Prólogo.....	59
5.2 Experiências de humilhação: pobreza e rebaixamento social.....	63
5.2.1 A participação impedida e a manutenção da nova moradia	70
5.2.2 A moradia e os outros: burocracia e falta de raízes.....	74
5.3 Laços comunitários e estigma.....	79
5.3.1 A falta de segurança: a violência e o riso	84
5.3.2 Relações autoritárias	89
5.3.3 Servidão voluntária?	91
6. A conquista da casa própria (Entrevista)	96
6.1 Convergências e contradições	101
7. Considerações Finais.....	104
8. Referências	108

1. Introdução

O presente trabalho formou-se como uma investigação de Psicologia Social. Debruçamo-nos sobre problemas relacionados com a mudança para uma nova moradia no quadro do Programa Federal Minha Casa Minha Vida. Adotamos a observação participante como método para o desenvolvimento do estudo. A partir da narrativa de episódios, além de entrevista realizada com uma moradora de um conjunto habitacional instaurado pelo Programa, assinalamos problemas que nos pareceram nucleares e buscamos atinar com o modo como têm sido sentidos e enfrentados pelos moradores inseridos no Minha Casa Minha Vida.

Exerço a função de técnico social na Caixa Econômica Federal. Minhas tarefas profissionais trouxeram-me para muito perto do Programa, inseriram-me em processos mais ou menos difíceis de conduzir coletivamente e de interpretar: isto foi o disparador de uma inquietação que me levou a uma investigação, quanto possível, mais profunda.

O Programa Minha Casa Minha Vida é ditado pelo governo federal e, em cidades como São Paulo, Guarulhos, Mogi das Cruzes, Poá, Itaquaquecetuba, Suzano, Embu das Artes, conta com a participação das prefeituras e de movimentos sociais de habitação, estes últimos sendo assíduos e numerosos na cidade de São Paulo, tais como: Associação de Moradores do Acampamento Esperança de um Novo Milênio (entidade vinculada ao Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), Fraternidade Povo da Rua, Unificação das Lutas de Cortiços, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste I, Forum dos Cortiços e Sem Teto de São Paulo, União dos Movimentos de Moradia de São Paulo, Associação dos Mutuários e Moradores da COHAB I, Movimento Moradia para Todos.

O Programa em que o poder público municipal atua como participante e o Programa conduzido por movimentos organizados de moradia configuram-se diferentemente, segundo dinâmicas muito distintas. No primeiro caso falamos no Programa Minha Casa Minha Vida financiado pelo Fundo de Arrendamento Residencial (FAR). No segundo caso, também uma modalidade do Programa Minha casa Minha Vida, falamos em Entidades, este conta com recursos do Fundo de

Desenvolvimento Social (FDS). A presente pesquisa dedicou-se ao exame de problemas relativos à modalidade do Programa conduzida por agentes municipais, o primeiro caso, portanto.

A Caixa Econômica Federal é agente gestora do FAR e agente executora do Programa: técnicos diversos praticam apoio ao Programa, muitos deles ligados à Gerência de Habitação (GIHAB). Há os *engenheiros* e *arquitetos*, que são integrantes do chamado quadro “profissional”. Mas há ainda dois outros grupos também profissionais e relevantes: os *assistentes operacionais* e os *técnicos sociais*. Os *assistentes operacionais* ocupam-se com a gestão de verbas oriundas do FAR. Quanto aos *técnicos sociais*, hoje chamados *assistentes de projetos sociais*, majoritariamente psicólogos, mas também assistentes sociais, pedagogos e sociólogos, tudo o que fazemos gira em torno do que é designado como *trabalho social* e que mais adiante haveremos de detalhar. Em linhas gerais, eis o que nos cabe: análise e aprovação dos projetos de trabalho social apresentados por equipe de prefeitura ou por grupo que represente um movimento popular; trazemos informações indispensáveis ou prestamos todo outro tipo de suporte necessário para elaboração ou consolidação destes projetos; acompanhamos o trabalho social, que comumente é implantado por equipe terceirizada nos empreendimentos geridos pelas prefeituras; fazemos a avaliação final do trabalho social.

Na prática, geralmente há três equipes atuando no trabalho social. Há a equipe da prefeitura, geralmente composta por assistentes sociais, é responsável pela elaboração do projeto como também pelo gerenciamento da equipe terceirizada, esta ocupada com a implantação do projeto. E há a equipe da Caixa Econômica, que deve analisar, subsidiar e acompanhar o projeto e o trabalho social. A equipe terceirizada (assistentes sociais fundamentalmente; às vezes, psicólogos, sociólogos e pedagogos) é que efetivamente executa o trabalho social.

Minha atuação começa pelo suporte à concepção ou elaboração do trabalho social, o projeto, o documento que contempla o planejamento do trabalho social, ou seja: o planejamento de ações educativas, ações de mobilização e as formas de organização comunitária a serem propostas. Prossigo, em seguida, acompanhando a execução do trabalho social: o acompanhamento é realizado por leitura e análise de relatórios mensais encaminhados pela equipe social executora do trabalho e por

visitas técnicas aos conjuntos habitacionais. Essas incursões ao campo é que possibilitam estabelecer um contato direto com os moradores e formaram as ocasiões em que reuni observações e casos para a pesquisa, os episódios que adiante narraremos e discutiremos. Foi por meio deste trabalho de campo, orientando-me principalmente pelo discurso dos futuros moradores ligados ao Programa que o presente estudo foi desenvolvido.

Nossa pesquisa não tem qualquer pretensão de ser neutra. Ela se coloca ao lado daqueles que vivenciam cotidianamente os inúmeros desafios decorrentes da dinâmica de implantação do Programa Minha Casa Minha Vida. Como veremos, aqueles que têm sua voz e ação frequentemente impedidas. Buscaremos apresentar o que ouvimos deles: suas inquietações, angústias, alegrias, receios... Parte do nosso trabalho foi dedicada à organização em categorias-chave dessas falas e vivências, reunidas ao longo de aproximadamente três anos e meio de trabalho em campo. A tarefa não foi simples, pois todo discurso ou episódio narrativo poderia ter sido inserido em diferentes categorias discriminadas. Procuramos para cada categoria a fala ou episódio mais ilustrativo. Ou antes: foi um fala ou episódio que primeiro conduzia para um assunto especial, de onde uma categoria analítica era então retirada. Cuidamos para que, em todo caso, não abalássemos as pontes entre as categorias discriminadas que os discursos ou os casos necessariamente mantinham. E, finalmente, buscamos gradualmente a comunicação com nosso próprio entendimento dos fenômenos investigados e com autores que julgamos contribuir para melhor compreensão de tudo: mas nossas opiniões e o recurso a autores nós quisemos comandados pela direção nuclear que parecia trazida pelos próprios moradores. Os moradores, a quem levaremos este trabalho, julgarão se sentem suas ideias nas minhas: esta tarefa, que coroaríamos nossas decisões finais de sentido, infelizmente não pôde ser suficientemente praticada antes do depósito da dissertação.

A questão da *participação* (ou do que designaremos como *ação*), assim sendo, foi que vimos finalmente permear todos os temas tratados na pesquisa. É o fio condutor, a ponte que relaciona de forma mais ou menos direta todos os diferentes assuntos abordados.

O texto está organizado em dois grandes blocos. O primeiro, subdividido por

sua vez em duas partes: na primeira apresentamos um breve histórico a respeito das políticas públicas de habitação no Brasil, indicando a forma de atuação (ou ausência) do Estado nos problemas de moradia urbana, agravados com o exponencial crescimento das cidades; na segunda parte, introduzimos o Programa Minha Casa Minha Vida, a partir das diretrizes oficiais que regem institucionalmente o Programa, apontando e caracterizando seus agentes como também nossa perspectiva crítica acerca dos processos e atores.

O segundo bloco do texto é onde de fato se encontra nossa contribuição mais pessoal. Nele apresentamos os episódios narrativos, pondo ênfase no discurso dos moradores e, sempre que nos parecesse pertinente, fazendo articulações com outras pesquisas realizadas no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida. Está subdividido em três principais capítulos: a apresentação do método, do diário de campo (o cerne da pesquisa) e da entrevista (que aponta possíveis caminhos a serem subsequentemente trilhados).

O pesquisador está inserido de maneira direta nos processos do Programa, como técnico social da instituição financiadora. Considero ter aprendido que um bom técnico social precisa ter se tornado um pesquisador e estar aberto ao modo pelo qual os fenômenos lhe chegam não só diretamente, mas pelo sentimento e palavras dos outros.

A pesquisa, portanto, teve início antes mesmo de ter sido formalmente iniciada na universidade. Acredito que podemos considerar que ela se iniciou quando me dei conta da premente necessidade de ser também um pesquisador para exercer minhas atividades profissionais. Demarcar o início da pesquisa já não é fácil, portanto; contudo, é ainda mais difícil estabelecer o seu término. O desejo de indefinidamente inserir novos casos, observações ou rever o que já foi registrado e discutido é um apelo constante. Tenho a impressão de que o trabalho de pesquisa parece sempre algo inacabado...

Provavelmente porque, apesar de todos os esforços, é tarefa sempre parcialmente bem sucedida. Produto de uma perspectiva limitada, uma das inúmeras leituras possíveis de um determinado fenômeno. Além disso, traz considerações inevitavelmente presas a um limitado intervalo de tempo – ainda mais exíguo em uma pesquisa acadêmica, sobretudo em uma investigação cujo tempo

precisou aceitar limites externos para cumprimento de um projeto de mestrado. A pesquisa é, portanto, uma fotografia, registro de um fenômeno cercado, limitado por uma determinada perspectiva, ainda que alcançada por diálogo, agarrado a um lugar e a um período.

Apesar de escravos do nosso espaço, do nosso tempo e das nossas limitadas percepções, penso que nosso estudo traz alguma contribuição, e atingirá seus objetivos quanto mais capaz de suscitar novas interpretações da realidade, a partir de ainda mais diferentes perspectivas.

2. Breve histórico sobre políticas públicas de habitação no Brasil

O processo de urbanização no Brasil ocorreu sobretudo ao longo do século XX, acentuando-se na sua segunda metade. Na década de 1970, pela primeira vez, a população urbana supera a rural, atingindo 56%; na década de 1980, esse número chega a 68%, alcançando 81 milhões de moradores nas cidades brasileiras (BONDUKI, 2014). Contudo, o cenário urbano não foi capaz de superar características do período colonial e depois imperial tais como a concentração de terra, renda e poder. A partir do início da década de 1980, as periferias crescem mais do que os núcleos centrais nas metrópoles. “Pela primeira vez na história do país registram-se extensas áreas de concentração de pobreza, a qual se apresentava relativamente esparsa nas zonas rurais antes do processo de urbanização” (MARICATO, 2003, p. 152).

O intenso e acelerado crescimento urbano exige ações por parte do poder público. Bonduki (2014), com o intuito de traçar uma periodização da maneira como o Estado interveio na questão de habitação, especialmente a habitação urbana, propõe dividir a política de habitação social no Brasil em cinco períodos. Nessa perspectiva, a longa fase colonial e imperial, em que prevaleceu durante quase quatro séculos a escravidão, é excluída, considerando-se que nesse período sequer foi ensaiada qualquer iniciativa para enfrentar as necessidades de habitação dos escravos.

É a partir da abolição da escravatura e a constituição de um mercado de trabalho livre que alguma ação pública pode ser notada, embora tímida, dando início ao primeiro período brasileiro de política habitacional, que vai até a década de 1930. Essa fase caracteriza-se pelo reconhecimento de que a habitação dos trabalhadores era um problema público. No entanto, prevalecia a concepção liberal de que o Estado não deveria interferir diretamente na produção e regras de locação de moradia.

O início do segundo período é marcado pela Revolução de 1930 e pela revisão da legislação que regulamentava a produção de moradias, estendendo-se até o golpe militar de 1964. Momento caracterizado pelo reconhecimento da habitação como questão social, isto implicando que o Estado deveria intervir no mercado de locação com o objetivo de proteger o inquilino e desestimular a

produção rentista.

A instituição do Banco Nacional da Habitação (BNH) e do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), em 1964, marcam o início de uma nova etapa que, por sua vez, encerra-se em meados dos anos 1980. Este terceiro período é marcado pela criação de fontes permanentes de recursos para o financiamento habitacional e pela produção massiva de moradias – ocorrerá, todavia, que “homogeneidade, desrespeito às diferenças regionais e culturais, despreocupação com a inserção urbana e predomínio dos aspectos financeiros sobre a qualidade do projeto” (BONDUKI, 2014, p. 15) marcarão a produção habitacional do período.

O quarto ciclo é assinalado pelo início da crise econômica de 1981, a extinção do BNH, o desequilíbrio do SFH e a redemocratização das instituições políticas. Pode ser considerado uma fase de transição entre a política habitacional do regime militar e a atualmente implementada a partir de 2004. Caracteriza-se pela ruptura com os paradigmas de centralização que orientavam o enfrentamento da questão urbana habitacional entre os anos 1930 e 1980.

O atual período, iniciado no início do século XXI, tem como principais características: um novo modelo de financiamento (o antigo SFH é combinado com mecanismos de subsídio que permitem atender famílias com renda insuficiente para financiamentos habitacionais); criação de um novo desenho institucional em que um Sistema Nacional de Habitação articula os diversos entes federativos; a implementação de programas massivos para a integração urbana dos assentamentos precários e para a produção de novas unidades habitacionais; a criação de regras estáveis e estimulantes para a produção de moradias e o financiamento de mercado, portanto com segurança jurídica e subsídio (cf. BONDUKI, 2014, p. 16).

Aprofundaremos certos ingredientes dos períodos propostos por Bonduki (2014) e que nos permitirão contextualizar e clarificar problemas que assinalaremos quanto ao modelo de operação do Programa Minha Casa Minha Vida.

2.1 Produção Rentista (1889 -1930)

A partir do final do século XIX e durante toda a primeira República (1889-1930), as ações do Estado no campo da habitação ficam restritas a legislação sanitária e edilícia e a isenções fiscais, sendo insignificante a ação na construção de unidades habitacionais e na regulamentação do inquilinato. Nesse período, fora do agenciamento pelo Estado, surgiram inúmeras alternativas habitacionais. Moradias foram improvisadas pelos mais pobres e foram produzidas habitações em série para operários e para a classe média, por exemplo: cortiços, vilas operárias ou conjuntos de casas geminadas e sobradinhos. A preocupação central dos construtores de imóveis, deixados livres pelo Estado, era a busca de rentabilidade por aluguéis. Para os mais pobres, as únicas alternativas eram: a aglomeração de muitas casas incipientes, o cortiço: a casa que servia para a habitação de muitos, a moradia coletiva, também denominada cabeça de porco ou casa de cômodos (BONDUKI, 2014).

As vilas produzidas por companhias privadas e destinadas aos seus operários, chamadas de núcleos fabris ou vilas operárias, eram exceções. Nelas os patrões buscavam garantir equipamentos coletivos: escolas, igrejas, enfermarias, clubes, pequenos comércios. Mas, afinal, tudo assumia parte numa espécie de sistema, um sistema de controle patronal.

A vida cotidiana obedecia ao ritmo imposto pela sirene da fábrica e a vila funcionava como um verdadeiro laboratório de uma sociedade disciplinada, combinando um saber higienista com um poder que ao mesmo tempo proíbe, pune, reprime e educa. (BONDUKI, 2014, p. 21)

Ainda assim, não foram muitos os empresários que construíram vilas para abrigar seus operários nos grandes centros urbanos. Nelas a qualidade de moradia e do ambiente urbano era muito melhor do que nas casas de cômodos ou nos grandes cortiços. Contudo, a liberdade estava comprometida, pois os habitantes de vila eram trazidos para um ambiente amarrado em que eram abrigados como operários e não como pessoas inteiras e de anseios variados, cidadãos integrais: os moradores ficavam mais ou menos confinados a um ambiente opressor, muito ligado ao contexto da dominação e da ideologia patronal; ficavam relativamente isolados da cidade e de cidadania. Apenas acrescentemos que a resistência espontânea foi às

vezes notada naquela situação ou em situações semelhantes de que falaremos logo adiante: vilas ou bairros proletários, nivelados pelos mesmos impedimentos de renda e de amparo público, as pequenas casas iguais ou os casebres incompletos, podem ganhar alguns sinais que vão distinguindo uma moradia de outra, ainda que fracamente – a ocupação prolongada faz surgir uma cor ou outra, talvez um canteiro, uma horta ou bananeira, uns poucos retratos de casamento ou família na sala, talvez um modesto ícone religioso, móveis baratos, isso pode trazer sob formas vulneráveis alguma personalidade (cf. Bosi, 2003, p. 158-163).

O modelo adotado para a construção das vilas operárias, todavia, merece destaque sobre um ponto: introduziu a noção de que a solução habitacional não deve ser composta apenas pela moradia, mas também por um conjunto de equipamentos coletivos. Ideia defendida pela arquitetura moderna e requisito até hoje não atendido pelos projetos públicos (BONDUKI, 2014).

As vilas particulares, que não eram destinadas a funcionários de empresa e não possuíam equipamentos coletivos, foram muito mais numerosas do que as vilas operárias. A edificação das vilas visava exclusivamente ganhos com locação e eram financiadas tanto por pequenos investidores como por grandes empresas e sociedades mutuárias. Tratava-se da produção rentista de moradias: a implantação buscava atingir o maior rendimento possível sobre o valor investido, daí o máximo ou desmedido aproveitamento do terreno e dos materiais, daí os conjuntos de casas ou sobrados em fileiras, daí a utilização dos fundos de quarteirões e supressão de recuos (BONDUKI, 2014).

No entanto, inúmeros trabalhadores não tinham dinheiro para locar imóveis nessas vilas. Surge então uma infindável variedade de tipos, qualidades e preços de moradia por aluguel. O espectro das residências, que passava pelas vilas operárias mais ou menos completas e descia aos muitos cortiços precários, refletia a escala socioeconômica: passamos pelos trabalhadores melhor remunerados aos baixo-assalariados ou aos trabalhadores informais, até beirmos o limite dos desempregados sem-teto. O mercado era o único elemento definidor do valor de aluguel; e a relação entre oferta e procura nas cidades brasileiras, durante todo o século XX, foi amplamente desfavorável ao inquilino.

Na primeira década do século XX, o cortiço, denominação que engloba uma

variada gama de moradias coletivas, tornou-se a solução habitacional mais comum para os trabalhadores. Esse tipo de habitação ficou estigmatizado: suas precárias condições, percebidas segundo preconceitos de classe e de raça, eram tomadas como sinais da baixa dignidade, da incompetência, dos maus hábitos e do mau gosto dos seus moradores. Os cortiços, desde então, mereceram a atenção e as ações do Estado, entretanto engendradas com caráter higienista.

O serviço sanitário, estruturado pelos estados, foi o primeiro órgão público que atuou nas moradias populares, penetrando nos cômodos de cortiços com uma visão controladora e repressiva, tanto nos aspectos sanitários como nos morais e políticos (BONDUKI, 2014, p. 30).

Durante este período em que vigorou a concepção de que o Estado não devia interferir na ordem econômica e nas áreas de atuação do setor privado, a única medida aceita para incentivo da produção habitacional foi a isenção fiscal para construtores de “casas salubres” (BONDUKI, 2014).

Segundo Bonduki (2014), a construção do Bairro Operário Hermes da Fonseca assinala a primeira ação do governo federal destinada à construção de conjuntos habitacionais para trabalhadores. Nasce de uma inovadora e ambiciosa iniciativa do presidente Hermes da Fonseca (1911-1914). Representa uma ruptura com a lógica liberal dominante na República Velha, enfrenta forte resistência de forças políticas conservadoras e de setores da imprensa, todos contrários à intervenção do Estado na questão habitacional.

2.2 Primórdios da habitação social (1930 -1964)

O período de Vargas marca o surgimento da habitação social no Brasil. Com a revolução de 1930, ocorre uma profunda transformação no Estado brasileiro, que abandona o liberalismo e passa a interferir em todos os aspectos da vida econômica do país. A questão da habitação não foi deixada de fora da nova política. (BONDUKI, 2014, p. 41)

A nova postura habitacional é parte de uma estratégia mais ampla que pretendia a formação e o fortalecimento de uma sociedade capitalista urbano-industrial por meio de uma forte intervenção estatal em todos os âmbitos da

atividade econômica. Assim sendo, quanto à moradia, o governo regulamentou as relações entre locadores e inquilinos, como também passou a produzir moradias para os trabalhadores. Deste modo, o investimento na construção de moradias migra do setor privado, desestimulado pela regulamentação da locação, para o setor público e, sobretudo, para o próprio trabalhador. O capital privado vai concentrar-se em setores considerados estratégicos para o projeto desenvolvimentista.

As medidas, aparentemente, visavam garantir melhores condições de habitação e vida urbana aos trabalhadores. Contudo, o resultado foi a ampliação de um modelo de acesso à moradia por autoempreendimento: a obtenção de casa própria por meio de iniciativas coletivas pouco organizadas ou por iniciativas individuais. Estas iniciativas foram representadas por assentamentos precários e periféricos, por residência em favelas e por ocupação de terreno público ou privado. De qualquer maneira, é nesse período que a habitação foi assumida como questão social e uma responsabilidade do Estado.

O fato maior é que não se instituiu uma política pública de habitação até o golpe de 1964. A questão habitacional foi tratada de forma fragmentada por diversos órgãos ocupados em atender cada qual sua própria clientela, sem a existência de uma estratégia governamental unificadora, estruturada para enfrentar de forma global o problema. Essa desarticulada situação governamental permitiu, paradoxalmente, um variado e amplo processo experimental: projetos arquitetônicos e urbanísticos foram concebidos e até praticados, mas a ausência de um órgão forte e geral de produção habitacional limitou o alcance dessas iniciativas. Não foram poucas as inovações arquitetônicas, urbanísticas e os processos produtivos delas derivados. O período é marcado por uma produção habitacional muito desigual e de uma enorme heterogeneidade (BONDUKI, 2014).

A inércia e inoperância prevaleciam nas ações estatais voltadas para habitação quando, a partir de 1956, reforçada pelo Plano de Metas (50 anos em 5), a política de desenvolvimento nacional no governo Juscelino Kubitschek incrementou a industrialização e estimulou a migração para a cidade.

A construção de Brasília representou um grande desafio urbanístico, mas paralisou iniciativas necessárias para enfrentar o cada vez mais incontrolado processo de urbanização nas principais cidades. Durante os anos 1950, a população urbana brasileira cresceu 69%, o

que significou mais 12,6 milhões de pessoas vivendo em cidades, grande parte nas metrópoles, sem que estivesse se estruturado qualquer estratégia urbana e habitacional para equacionar os problemas decorrentes. (BONDUKI, 2014, p. 57)

No início da década de 1960, dada a aceleração do crescimento industrial e de cidades, a crise urbana e principalmente habitacional aprofundaram-se. Era consenso a necessidade de se formular uma estratégia para enfrentamento dessas questões. No turbulento período que antecedeu o golpe civil-militar de 1964, foram apresentadas diversas propostas que visavam criar novas estruturas e estratégias para a área habitacional. No governo de João Goulart (1961-1964), propostas de mudanças habitacionais estruturais, incluídas entre as reformas de base, não se efetivaram. Encontraram forte resistência por parte dos setores temerosos de que a reforma urbana contrariasse interesses patrimonialistas predominantes no país.

O debate a respeito das reformas de base ocorreu em cenário de forte conflito ideológico. Internacionalmente, contribuíam para isso a Guerra Fria e a quente Revolução Cubana seguida da agressiva reação norte-americana. Internamente, havia o confronto entre forças progressistas que almejavam mudanças bem profundas e setores conservadores temerosos de perderem seus privilégios.

Nesse contexto, a Aliança para o Progresso – projetada e agenciada pelos Estados Unidos para deter o avanço comunista no continente latino-americano após a Revolução Cubana – apoiou e financiou programas habitacionais de governos estaduais conservadores. Em contrapartida, governos progressistas buscaram, sem apoio externo, programas alternativos e de baixo custo. Foi o caso do governo pernambucano de Miguel Arraes (1962-1964) que iniciou a experiência então conhecida como Cajueiro Seco: visava implantar assentamentos habitacionais para população de baixa renda, utilizando tecnologias não convencionais e participação dos moradores em mutirões.

A Aliança para o Progresso apoiou projetos de grande dimensão quantitativa e baixa qualidade. Representavam um retrocesso em relação ao que já tinha sido ensaiado no país e faziam pressentir o curso das políticas depois adotadas com a instauração do regime militar.

Baseados na concepção de que oferecer moradia própria para a população pobre reduziria o risco de revoltas e de expansão do comunismo, foram implantados conjuntos habitacionais na franja periurbana de algumas capitais estaduais, iniciativa que se articulava

com os interesses das construtoras no país. (BONDUKI, 2014, p. 57)

No âmbito do Seminário de Habitação e Reforma Urbana foi formulada, em 1963, a mais consistente proposta de cunho progressista. O documento final do evento defende princípios que foram retomados apenas no final do século XX, entre os quais destacamos: a habitação como direito do cidadão e responsabilidade do Estado; a reforma urbana e o avanço construtivo mediante racionalização dos métodos de construção (dois fatores fundamentais para o enfrentamento do problema habitacional); a necessidade da participação popular em programas de desenvolvimento de comunidades. “A concepção geral que orientou o documento não pôde prosperar diante do conservadorismo do novo regime e tornou-se referência fundamental na redemocratização” (BONDUKI, 2014, p. 60).

2.3 A política de habitacional durante o regime militar (1964 -1986)

O novo cenário político imposto após o golpe civil-militar de 1964, em que se empenharam ativamente as elites conservadoras e o governo norte-americano interessado em bloquear governos progressistas na América latina, representou um importante momento de mudança na política habitacional do Estado brasileiro. Em 1964, foi criado o Banco Nacional de Habitação (BNH) e com ele começa a se estruturar uma política nacional de habitação.

As iniciativas do novo regime procuravam, de um lado, angariar apoio entre as massas populares urbanas, segmento que era uma das principais bases de sustentação de populismo afastado do poder, e, por outro, criar uma política permanente de financiamento, capaz de estruturar em moldes capitalistas o setor da construção civil habitacional, objetivo que acabou por prevalecer. (BONDUKI, 2014, p. 63)

As propostas progressistas relacionadas à reforma urbana foram abandonadas. A propriedade privada passa ser o objetivo difundido pelo BNH, que baseou seus programas no financiamento da casa própria. Havia clara preocupação de fazer da política habitacional um instrumento de combate às ideias progressistas e comunistas. Apesar das necessárias críticas ao BNH, é preciso reconhecer sua importância e fundamental caráter estratégico na estruturação de uma abrangente política habitacional. Foi nesse período em que pela primeira vez se teve, de fato,

uma Política Nacional de Habitação.

Em 1967 foi criado o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que garantiu uma fonte nova de recursos para habitação de baixo custo. Em conjunto com o BNH, foi criado o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), alimentado pela poupança voluntária, operado por agentes financeiros privados e que, assumiu papel fundamental no financiamento imobiliário para a classe média. Com essas duas fontes estáveis de recursos, estruturou-se um vigoroso sistema financeiro. Tinha vigência nacional e era fortemente centralizado no BNH, mas com ramificações regionais: foi isso tudo o que permitiu produção em massa de moradias.

Os números absolutos são significativos. Em 22 anos, o SFH financiou 4,3 milhões de unidades, dos quais 2,4 milhões corresponderam a habitações populares com recursos do FGTS e 1,9 milhão a habitações para a classe média com recursos do SBPE. Mesmo assim, a produção foi insuficiente dado o aceleradíssimo processo de urbanização no mundo da segunda metade do século XX. Entre 1950 e 2000, a população urbana brasileira cresceu dos 16,3 milhões para 138 milhões.

A demanda era muito maior que a oferta e aqueles que necessitavam de moradia popular tinham que aguardar em enormes filas, muitos nunca contemplados. Outro complicador era a inexistência de programas para apoiar o autoempreendimento na cidade real, via de escape natural para a imensa população mais pobre: os loteamentos irregulares, as favelas, os cortiços e as ocupações de terra cresceram depressa no período, reiterando o padrão periférico ou marginal do crescimento muito rápido das cidades (BONDUKI, 2014).

Salvo algumas exceções, a qualidade nos projetos era desprezada, sem respeito ao meio físico, à identidade cultural e à participação popular, além dos empreendimentos estarem localizados nas franjas das cidades. A lógica adotada para a produção imobiliária contribuiu para alimentar suas formas especulativas, predominantes no período, reforçando-se ainda mais o padrão periférico da expansão urbana. Ficava na prática consagrado um modelo imobiliário excludente e especulativo.

Com a incapacidade e desinteresse do Estado em atender as necessidades

habitacionais e urbanas geradas pelo célere crescimento urbano do período, ocorreu um grande processo de urbanização informal e agressivo. Grande parte da população, sem qualquer apoio governamental, teve então como única alternativa “autoempreender, em etapas, a casa própria, em diferentes tipos de assentamentos precários, como loteamentos clandestinos e irregulares, vilas, favelas, alagados etc.” (BONDUKI, 2014, p. 71). Geralmente distantes das áreas urbanizadas e precariamente abastecidos de equipamentos sociais e infraestrutura.

Apesar da necessária avaliação crítica da política habitacional no regime militar, voltamos a observar que deixou uma importante herança, o Sistema Financeiro de Habitação, com suas duas fontes: FGTS e SBPE.

O sistema montado na segunda metade da década de 1960 propiciou recursos para implementar a política habitacional do regime militar e, depois de atravessar uma forte crise no início da década de 1980, até meados dos anos 1990, recuperou sua capacidade de investir e se constituiu, no início do século XXI, em ativo de grande relevância para estruturar a nova política habitacional. (BONDUKI, 2014, p. 65)

2.4 A descentralização da política pública habitacional (1986-2002)

Tornou-se comum qualificar os anos de 1980 e 1990 como décadas perdidas, mas está é uma avaliação equivocada. Foi um período fértil, de grande vitalidade social e política. “Embora repleto de conflitos e contradições, gerou um modelo de gestão em que a participação e o controle social interferiram positivamente na formulação de políticas públicas inovadoras” (BONDUKI, 2014, p. 79).

O aumento da pobreza, com reflexos diretos na cidade como o crescimento das favelas, o aumento da violência urbana e o aumento da população em situação de rua, concorreu paradoxalmente com um importante momento da vida brasileira em que se consolidou constitucionalmente a democracia e em que grandes avanços legais foram alcançados, implicando: reafirmação de princípios básicos da cidadania como princípios universais, conquista de direitos sociais, respeito à diversidade, avanço na legislação ambiental, políticas de educação e saúde orientadas para o atendimento geral da população brasileira.

Para o entendimento desse percurso é necessário considerar o amplo conjunto de mobilizações da sociedade civil, especialmente os chamados movimentos populares, a construção de organizações civis e a formulação de políticas públicas com participação social, marcas do país naquelas décadas. E uma das faces desse processo foi a luta pela construção de novos paradigmas nas políticas urbanas e habitacionais, baseadas em princípios como: função social da propriedade, direito à habitação digna, universalização do acesso ao saneamento básico e ao transporte público de qualidade, gestão democrática da cidade (BONDUKI, 2014).

A emenda de iniciativa popular pela reforma urbana, apresentada em 1987 ao Congresso Constituinte, marca o início de uma série de eventos que fizeram passar para a sociedade organizada o protagonismo da política urbana e habitacional. Essa mobilização permitiu que, pela primeira vez, fosse inserida na Constituição uma seção específica a respeito do desenvolvimento urbano onde foi firmada a função social da propriedade e o direito à habitação.

Ao longo dos anos 1990, experiências de administrações municipais introduziram inovadores programas e formas participativas de gestão, inspirando a proposição de um projeto de lei de iniciativa popular que visava a criação de fundo nacional para habitação de interesse social.

A aprovação pelo Congresso Nacional do projeto de emenda à Constituição que introduziu a habitação como um direito social (2000) e do Estatuto da Cidade (2001), que regulamentou a seção de Política Urbana da Constituição, após onze anos de mobilização dos movimentos sociais e articulação política de vários segmentos envolvidos com a questão urbana, completaram esse rico processo. (BONDUKI, 2014, p. 65)

O período, todavia, foi também marcado por inúmeras dificuldades e retrocessos. Em 1986, o então presidente José Sarney, ao invés de reformular a política habitacional a partir dos instrumentos já existentes, optou por desarticular a política habitacional, extinguindo o BNH e transferindo a gestão do SFH à Caixa Econômica Federal, que não tinha experiência nessa área.

Com a extinção do BNH, perdeu-se uma estrutura de abrangência nacional.

Pouco tempo depois, o recém-criado Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente também foi extinto, desarticulando uma estrutura incipiente e ainda frágil. Como consequência, uma efetiva e duradoura política nacional de habitação deixa de existir.

Entre a extinção do BNH, em 1986, e a criação do Ministério das Cidades, em 2003, o setor do governo federal responsável pela gestão das ações habitacionais (não é possível se falar em política pública nacional nesse período) esteve subordinado a cinco ministérios ou estruturas administrativas diferentes, caracterizando descontinuidade e ausência de estratégia para enfrentar o problema. (BONDUKI, 2014, p. 83)

O vazio de uma política nacional de habitação foi ocupado de forma fragmentada e criativa por alguns municípios e estados, uma vez que a Constituição de 1988 havia tornado a habitação uma atribuição dos três níveis de governo. A pressão por participação popular na questão urbana aumenta com a democratização de governos e com os movimentos de moradia. Acentua-se, portanto, a tendência de descentralização dos programas de habitação, abrindo espaço para experiências relevantes, inovadoras e com grande diversidade.

A aprovação do Estatuto das Cidades, em 2001, após onze anos de tramitação no Congresso Nacional, é um marco desse período, assinalando a retomada da regulamentação federal na matéria. O Estatuto regulamenta a utilização pelos municípios de instrumentos mais eficientes sobre o uso do solo urbano, como o imposto progressivo (para combate da especulação imobiliária sobre imóveis vazios ou subutilizados) e como a concessão especial de uso para fins de moradia (aqui incluídas as ZEIS, zonas especiais de interesse social). Isto tudo apoia a produção das chamadas “habitações sociais” que, como já deixamos várias vezes vislumbrar, são sobretudo habitações destinadas a pagar a dívida social do país com os cidadãos das classes exploradas.

O Estatuto, um grande avanço, contribuiu para a gestão democrática da cidade ao definir que todos os projetos ou planos urbanos devem obrigatoriamente incluir processos participativos. Contudo, os instrumentos criados pelo Estatuto são de difícil implementação. A legislação tradicional dos municípios dificulta sua aplicação. Por exemplo, a penalização de imóveis que não cumprem sua função social, aprovada no Estatuto há mais de dez anos, é aplicada por pouquíssimos

municípios (BONDUKI, 2014).

Durante a gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), não se conseguiu implementar uma política de habitação consistente. Os documentos elaborados sinalizam a tomada de uma posição diferente daquela adotada durante o período BNH. Contudo, não houve ação efetiva do governo federal que transformasse o enfrentamento da questão habitacional. Pelo contrário, foi mantido ou mesmo acentuado o atendimento privilegiado para as classes de renda média, característica tradicional das políticas habitacionais no Brasil.

Novidades relevantes surgiram apenas com a criação do Programa de Arrendamento Residencial (PAR) em 1999 e do Programa de Subsídio Habitacional (PSH) em 2001. Essas inovações indicaram, ainda que timidamente, um novo modelo de financiamento habitacional e serviram como marco zero para as propostas de política habitacional implantadas pelo governo Lula: apontaram para a utilização de recursos não retornáveis (recursos do Orçamento Geral da União, recursos do FGTS ou outros fundos federais) no subsídio de habitações populares (BONDUKI, 2014, p. 104).

2.5 Uma nova fase? (2003-2010)

O insuficiente distanciamento histórico não permite afirmar com certeza que, a partir do século XXI, iniciou-se um novo período na trajetória da política de habitação no Brasil. Contudo, a inclusão do direito à moradia na Constituição (2001), a criação do Ministério das Cidades (2003), a nova formulação de uma Política Nacional de Habitação (2004) e do Plano Nacional de Habitação (2008) configuram marcos importantes e progressistas. “A implementação de programas como o PAC de Urbanização de Assentamentos Precários (2007) e o Minha Casa Minha Vida (2009) são reflexos desse novo quadro” (BONDUKI, 2014, p. 107).

A política de habitação no governo Lula introduz novos elementos e é resultado do amadurecimento de propostas desenvolvidas desde o período pós-BNH.

O ponto de partida da nova Política Nacional de Habitação foi dado em 1999, quando o Instituto Cidadania, coordenado por Luiz Inácio

Lula da Silva, lançou uma ideia sedutora: elaborar um plano que permitisse equacionar, em um prazo a ser definido pelo estudo, o problema habitacional do país. (BONDUKI, 2014, p. 108)

O Projeto Moradia, assim intitulado, foi lançado em 2000 e apresentava propostas em três dimensões: gestão e controle social; desenho financeiro; aspectos urbano-fundiários. O controle social seria de responsabilidade do Conselho das Cidades e órgãos similares nos estados e municípios, os quais deveriam gerir os fundos de habitação que concentrariam recursos para subsidiar habitações de moradores com baixa renda. O modelo financeiro inspirava-se no PAR, mecanismo que estava sendo criado, naquele mesmo momento, pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, contudo o volume de fundos e de subsídios seriam muito maiores. Na dimensão urbano-fundiária, destacava-se a necessidade de aprovação do Estatuto das Cidades, como forma de baratear o custo da terra, combatendo a especulação imobiliária dos imóveis ociosos. A vitória de Lula, em 2002, gerou a expectativa de que essas propostas poderiam ser implantadas. (BONDUKI, 2014).

O Ministério das Cidades foi criado no primeiro dia de seu governo (MCidades) e organizado sobre quatro secretarias nacionais – Habitação, Saneamento, Mobilidade Urbana e Programas Urbanos, buscou articular as políticas setoriais representadas por cada secretaria e enfrentar organicamente a questão urbana. Entretanto, até 2006, a equipe do MCidades encontrou grandes dificuldades para implantar novas propostas, esbarrando na rígida política monetária adotada pelo Ministério da Fazenda e Banco Central. Ainda prevaleciam, nos primeiros anos, os programas que, para apoiar a população de baixa renda, utilizavam apenas recursos do FGTS, como no governo anterior.

Nesse período, a nova Política Nacional de Habitação, que integrou a maioria das propostas do Projeto Moradia, foi formalizada. Aspectos importantes não foram implantados imediatamente, como a criação de novos subsídios. “Assim, continuou a prevalecer uma visão bancária, sem alterações substanciais na política de concessão do crédito” (BONDUKI, 2014, p. 111). O quadro só começou a se alterar com a aprovação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), após forte pressão de movimentos de moradia.

A nova política de habitação baseava-se em dupla premissa: atuação do mercado reservada para atendimento da classe média e com recursos do SBPE; os recursos do FGTS e do Orçamento Geral da União (OGU) ficariam então concentrados para a população de baixa renda. Em 2005, uma resolução do Banco Central determinava que 65% do saldo do SBPE fosse utilizado em financiamento imobiliário para a classe média. Mesmo com esse percentual sempre longe de ser atingido, estas e outras medidas, o crescimento da economia, emprego e salário, tudo contribuiu na produção e comercialização de unidades habitacionais para a classe média. Os investimentos em habitação do SBPE cresceram de 2,2 bilhões de reais em 2002 para cerca de 80 bilhões de reais em 2011 (BONDUKI, 2014). Ocorreu que esse aumento na oferta de unidades habitacionais para o segmento populacional de renda média, contribuiu para o enfrentamento do déficit social em geral, pois a oferta no segmento médio e no de baixa renda estão conectados.

A falta de oferta no segmento médio tende a elevar o custo das moradias populares, mesmo se informais, e a “sugar” as unidades de habitação social, produzidas com subsídio, para quem dele não tem necessidade, como aconteceu em toda a história da produção pública. (BONDUKI, 2014, p. 112)

Em 2005, vencidas as dificuldades iniciais, as condições macroeconômicas tornaram-se muito favoráveis e tudo parecia ainda mais favorecer a implementação da nova política de habitação. Um processo político, porém, desarticulou o MCidades, fragmentando a política que vinha até então sendo aperfeiçoada.

Em julho de 2005, em meio à mais grave crise do seu governo, conhecida como Mensalão, o presidente Lula foi obrigado, para garantir a governabilidade e reforçar sua posição no Congresso Nacional, a trocar Olívio Dutra, por um ministro indicado pelo conservador Partido Progressista (PP), agremiação do então presidente da Câmara Federal, Severino Cavalcanti, eleito sem o apoio do governo. (BONDUKI, 2014, p. 113)

A mudança inicia a fragmentação e deformação de um ministério ainda em estruturação. Em 2007, o quadro se agrava ainda mais, com a substituição de todos os secretários nacionais do ministério indicados por Dutra, sendo poupada apenas a Secretaria Nacional de Habitação. Como resultado, o ministério passar a atuar de forma desarticulada, sem projeto global e contaminado por um clientelismo que

desvirtuou os inovadores conceitos que tinham inspirado sua criação.

No entanto, o cenário econômico torna-se ainda mais favorável a investimentos habitacionais. Os recursos destinados a habitação saltaram de R\$ 8 bilhões, em 2003, para R\$ 42 bilhões, em 2008. Pela primeira vez, desde o BNH, havia recursos largamente disponíveis para o desenvolvimento de programas de habitação em massa. Nos anos seguintes, os investimentos em habitação cresceram de forma ainda mais acelerada, tornando ainda mais evidente a necessidade de uma articulação com a política urbana e fundiária, o que, infelizmente, havia deixado de ser uma prioridade no Ministério das Cidades.

O novo momento despertou o interesse de investidores no mercado imobiliário brasileiro, ocorreu um forte aporte de capital estrangeiro no setor. Para atendimento da demanda de novos empreendimentos, ocorreu uma ávida busca por terrenos aptos para habitação, o que gerou um processo especulativo que chegou a ser considerado, entre 2007 e 2008, um *boom* imobiliário.

Com a necessidade de ampliar o mercado, muitas empresas criaram subsidiárias especializadas no atendimento à baixa classe média, que havia crescido substancialmente com a política econômica e salarial do governo Lula, mas que ainda não tinha condições para adquirir um imóvel nas condições oferecidas pelo mercado privado. Tal quadro foi determinante para a proposição do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), em um momento conturbado do mercado imobiliário internacional, que vivia o que ficou conhecida como crise do *subprime*, e que ameaçava chegar ao Brasil no segundo semestre de 2008 (BONDUKI, 2014).

3. O Programa Minha Casa Minha Vida

Em 25 de março de 2009, o Programa Minha Casa Minha Vida é lançado pelo governo federal como forma de reagir à crise econômica internacional de 2008 e com atuação focada no incentivo à construção e aquisição de unidades habitacionais (MARICATO, 2011). O Programa nasceu com metas ambiciosas. Em sua primeira fase, período compreendido entre 2009 e meados de 2011, tinha o objetivo de construir um milhão de moradias; em sua segunda fase, entre meados de 2011 e 2014, a meta é dobrada, atingindo cerca de dois milhões de unidades (ROLNIK et al., 2015). Em 2016, após sucessivos adiamentos, é lançada a terceira fase do Programa, com meta inicial de três milhões de unidades habitacionais a serem entregues até o final de 2018; foi reduzida para dois milhões em seu lançamento oficial (AMORA; HAUBERT, 2016). As metas numéricas relativas, entretanto, mantêm alto e crescente padrão se tomadas segundo médias anuais ou semestrais em cada fase.

O Programa foi elaborado para atender três diferentes faixas de renda, com mecânicas específicas e subvenções econômicas distintas em cada uma delas (ROLNIK et al., 2015). Inicialmente, a Faixa I foi destinada ao atendimento de famílias com renda mensal bruta de até R\$ 1.395,00; a Faixa II, às que possuíam renda familiar entre R\$ 1.395,01 e R\$ 2.790,00; e a Faixa III contemplava famílias com renda entre R\$ 2.790,01 e R\$ 4.650,00. Na segunda fase, as faixas do Programa, respectivamente, passaram a atender famílias com renda máxima até R\$ 1.600,00, R\$ 3.100,00 e R\$ 5.000,00 (AMORE, 2015).

Na terceira fase, os valores foram novamente atualizados e é criada uma faixa intermediária nomeada de 1,5. A Faixa I passa a atender famílias com renda máxima de R\$ 1.800,00, oferecendo subsídios de até 90% do imóvel; a recém-criada Faixa 1,5 é direcionada para famílias com renda máxima de R\$ 2.350,00 e subsidiadas até R\$ 45.000,00; a Faixa II, para famílias com renda entre R\$ 2.351,00 e R\$ 3.600,00, subsídios até R\$ 27.500,00 e taxas de juros de 7% ao ano; finalmente, a Faixa III envolve renda de R\$ 3.600,00 até R\$ 6.500,00, não conta com subsídios e opera com taxa de juros anuais a 8,16%.¹

¹ Dados consultados no site da Caixa Econômica Federal: <http://www.minhacasaminhavidagov.br/sobre-o-Programa.html>

É atribuição do governo municipal, na Faixa I, indicar as famílias. As famílias devem efetuar inscrição na prefeitura e aguardar o sorteio. A construtora responsável pela execução do projeto é remunerada diretamente por recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), que recebe aportes do Orçamento Geral da União (OGU). Dessa forma, a construtora não fica sujeita ao risco de inadimplência dos beneficiários e não assume qualquer atribuição relacionada à comercialização dos imóveis (ROLNIK et al., 2015).

As famílias inseridas no Programa devem efetuar pagamentos mensais, calculados a partir de sua renda bruta mensal, ao longo de dez anos. Esse valor corresponde a uma parcela muito pequena do custo individual das unidades, estas quase integralmente subsidiadas pelos recursos do OGU. Notemos ainda que, na Faixa I, conta também a modalidade “Entidades”: neste caso, organizações representativas dos movimentos sociais de moradia é que indicam os futuros moradores e se responsabilizam pela coordenação da construção dos empreendimentos. Nessa modalidade, os recursos advêm do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS).

As demais faixas do Programa fazem parte do chamado “mercado popular”. Desta vez, então, a construtora atua como incorporadora: responsabiliza-se pela comercialização das unidades habitacionais, promovendo e administrando a incorporação de moradores. Os contratos de compra e venda são celebrados diretamente com a construtora. Os compradores recebem subsídios concedidos por instituição financeira federal: o montante e as condições de financiamento tornam-se bem mais atrativos do que aqueles praticados por outros financiadores no mercado imobiliário. Apesar disso, essas vantagens são bem inferiores às da Faixa I, cujo valor pago pelo beneficiário é praticamente simbólico. O Programa Minha Casa Minha Vida abarca, portanto, um conjunto diversificado de iniciativas com lógicas e objetivos distintos (ROLNIK et al., 2015).

Justamente por envolver uma gama variada de ações, o Programa, então voltado para diferentes estratos sociais, não é capaz de oferecer, como destacam Bonduki (2014) e Maricato (2011), uma solução habitacional satisfatória para a população de baixa renda especificamente: o impacto do programa, para tanto, ainda não se tornou significativo. A meta inicial do Programa tinha por objetivo a construção de 400 mil unidades habitacionais para a Faixa I, o que corresponde a 40% do número total de unidades previstas para todas as faixas em sua primeira

fase. Contudo, naquela Faixa concentra-se 90% do déficit habitacional brasileiro (MARICATO, 2011). Como resultado, o impacto atingiria apenas 6% do déficit acumulado na Faixa I, enquanto nas faixas II e III atingiria 93 e 95% respectivamente (BONDUKI, 2014).

Outra crítica ao Programa a ser destacada diz respeito à localização dos empreendimentos. Como aponta Raquel Rolnik (2014), podemos constatar o predomínio da inserção dos novos conjuntos habitacionais em áreas periféricas. “Se o programa passou a atingir uma camada da população historicamente não atendida pelas iniciativas federais na área habitacional, não chegou a interferir em seu “lugar” histórico nas cidades, reproduzindo o padrão periférico” (2014, p. 7). Tal percepção é corroborada por Bonduki (2014) e Maricato (2011).

Segundo Bonduki (2014), o Programa não enfrenta de maneira satisfatória a questão urbana, construindo, predominantemente, casas e prédios em áreas periféricas, desarticuladas da malha urbana e distante de empregos. Adota projetos de baixa qualidade arquitetônica e urbanística, sem identidade com as comunidades locais. O autor considera que essas são consequências do enfraquecimento e deformação do Ministério das Cidades: sacrificado pela política de governabilidade então adotada, isso implicou levar à direção do Ministério “um grupo político que não tinha nem formulou um Programa para enfrentar a complexidade da questão urbana no Brasil” (BONDUKI, 2014, p. 123).

Contudo, o Programa ainda assim foi um marco na política habitacional brasileira, pois incluiu o subsídio como elemento fundamental e retomou a produção de moradias em massa. O Minha Casa Minha Vida conseguiu aportar subsídios bilionários, como nunca havia acontecido antes, para o atendimento à população de baixa renda. O problema é que se deu muito mais importância aos resultados quantitativos, os impactos diretos na economia, a geração de empregos e ganhos políticos imediatos, em detrimento da atenção para aspectos qualitativos. Infelizmente, não houve a preocupação de articular o Programa com um projeto de cidade inclusiva (BONDUKI, 2014).

3.1 Diretrizes do Programa, Trabalho Social e Participação

A Portaria 93 do Ministério das Cidades, datada de 25 de fevereiro de 2010, tem por finalidade estabelecer as diretrizes gerais do Programa Minha Casa Minha Vida. Desta portaria, cabe destacar:

a) fomento à oferta de unidades habitacionais por meio da construção de novas moradias e da requalificação de imóveis já existentes em áreas consolidadas; (...) promoção da melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiadas; (...) criação de novos postos de trabalho diretos e indiretos, especialmente por meio da cadeia produtiva da construção civil; (...) execução de trabalho técnico social, em empreendimento com regime de condomínio, entendido como um conjunto de ações voltadas para o exercício da participação cidadã, visando promover a melhoria de qualidade de vida das famílias beneficiadas e a sustentabilidade dos empreendimentos. (2010, p 2)

Desde o nascimento do Programa, assim sendo, percebemos a preocupação com o estímulo à construção civil e com a geração de novos postos de trabalho na área. Vocação destacada por Ermínia Maricato (2013) e que de fato atinge resultados expressivos: a taxa de desemprego na construção civil cai de 12,8% em 2003 para 2,7% em 2012.

Na mesma portaria também são apresentados os participantes do Programa e suas atribuições, a saber:

1. O Ministério das Cidades. Entre outras ações, deve estabelecer as regras e condições para implantação dos empreendimentos. Definir os critérios de elegibilidade e seleção dos beneficiários, assim como acompanhar e avaliar o desempenho do Programa.

2. A Caixa Econômica Federal. Agente gestora do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR). Tem a responsabilidade de expedir os atos normativos necessários para operacionalização do Programa; contratar os executores de obras e dos serviços, aprovados segundo aspectos técnicos, jurídicos e econômico-financeiros; contratar os executores do trabalho técnico social e acompanhar a execução.

3. O Distrito Federal, os estados e os municípios, os órgãos da administração direta ou indireta ocupados integralmente ou parcialmente com assuntos

habitacionais. Algumas de suas atribuições incluem: identificação de regiões e zonas para intervenção prioritária na implantação dos projetos; indicação dos futuros moradores de acordo com os critérios estabelecidos pelo Ministério das Cidades.

4. Empresas do setor da construção civil interessadas em participar do Programa. Devem apresentar à Caixa Econômica Federal projetos de produção e serviços, projetos de empreendimentos para alienação dos imóveis, execução dos projetos aprovados.

5. O público alvo. Incluem cidadãos para os quais nenhuma atribuição é apresentada, mas sim critérios obrigatórios que justificam sua inserção no Programa, tais como: a limitação da renda bruta familiar mensal, a condição de que o proponente não seja proprietário e não seja promitente comprador de imóvel residencial, que não seja detentor de financiamento habitacional e que não tenha recebido benefício de natureza habitacional de recursos do OGU.

Julgamos que, na referida portaria, publicada já na fase inicial do Programa, o papel reservado ao público alvo merece ressalva. Ao longo de todo o documento, o cidadão integrado ao Programa é prevalentemente designado como “beneficiário”: esta palavra preferencialmente escolhida é de aspecto sobretudo passivo; indica quem recebe um bem. Tal escolha é um indicativo da dinâmica que irá reger a implantação do Programa.

A menção à “participação” do “beneficiário” no Programa resume-se a um item no tópico concernente ao trabalho social, quando se fala de estímulo à “participação cidadã”. O trabalho social é ali entendido como um conjunto de ações que tem por finalidade viabilizar o exercício dessa participação, visando melhoria da qualidade de vida das famílias convocadas e visando a sustentabilidade do empreendimento (BRASIL, 2010). A participação dos cidadãos, futuros moradores, aparece entre as diretrizes do Programa, mas arriscando ser percebida como um resultado e não como princípio, um objeto do trabalho social, este designado como um trabalho técnico. A oposição entre operação técnica e ação leiga, a oposição entre técnicos e leigos, é bem conhecida nas instituições públicas e privadas. Se queremos que o trabalho nomeado “trabalho técnico social” seja compreendido como uma operação que favoreça a ação e não que seja sempre precedente, acabando por substituir-se à ação, isto exige consciente esclarecimento. O trabalho técnico, para ser compreendido como um trabalho político, precisa supor a posição

sempre maior e insubstituível da participação que pretendemos estimular. Contudo, as possibilidades de expressão da participação cidadã, pretendida pela Portaria 93, mostram-se já muito limitados e isto será notado também depois, na prática, uma vez que não são previstos e não serão organizados espaços de real e efetiva participação dos moradores.

Ao analisarmos as portarias subsequentes, também ocupadas com as diretrizes do Programa, notamos que não há alteração significativa deste cenário. Algumas modificações, entretanto, devem ser comentadas e influem sobre a dinâmica do Programa, sobre os atores e suas atribuições:

1. A Portaria 325, datada de julho de 2011 e que já compreende a segunda fase do Programa, omite o “público alvo” do papel de “participante” do Programa. A omissão, depois do que dissemos atrás, fala por si mesma.

Os demais participantes permanecem e há inclusão das “Instituições Financeiras Oficiais Federais” entre os agentes executores do Programa. Essa mudança permite que, além da Caixa Econômica Federal (CEF), outras instituições financeiras federais atuem no Programa.

Quanto às atribuições dos participantes, há uma importante alteração: o trabalho social, cuja execução antes era responsabilidade da CEF, passa para a alçada do Distrito Federal, dos estados e municípios. Foi mantido com a CEF apenas o papel de analisar e acompanhar a execução dos projetos até sua finalização. Essa modificação é relevante, pois é fundamental o envolvimento do poder público mais próximo na condução de um trabalho que, para se tornar minimamente eficaz, precisa estar articulado com as políticas públicas do município e com a rede local de assistência básica já existente. Incumbir uma instituição financeira de executar tal trabalho é eximir o poder público local da articulação de ações que promovam mais solidamente a inclusão da população abrangida por cada novo empreendimento habitacional. Nessa mesma Portaria também houve considerável acréscimo nos recursos para execução do trabalho social. Antes limitado, em cada empreendimento, a 0,5% dos custos com terreno, edificações, urbanização e infraestrutura interna, os recursos com trabalho social passam ao limite de 1,5% do valor de aquisição da unidade habitacional no caso de loteamento, e 2% nos empreendimentos sob a

forma de condomínios.

Na Portaria 325 (2011), o trabalho social também é apresentado de forma mais estruturada, organizado em quatro eixos principais: organização comunitária, educação ambiental, educação patrimonial; geração de trabalho e renda. Sua execução é dividida em duas etapas: fase de pré-obras, com duração de no mínimo 90 dias antes da conclusão das obras; fase de pós-obras, com duração de 180 dias após a última assinatura de contrato com morador do empreendimento, podendo ser renovado por mais 180 dias.

2. Na Portaria 465, datada de outubro 2011, há alteração de redação no item que define o percentual de recurso destinado ao trabalho social: os percentuais tomados como teto na portaria anterior (1,5% loteamentos e 2% condomínios) tornam-se parâmetros obrigatórios para os empreendimentos contratados a partir de 08 de julho de 2011. E há inclusão de subitem concernente aos empreendimentos contratados antes de julho: permite-se que seja opcionalmente utilizado recurso complementar, proveniente do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), para que sejam atingidos os novos parâmetros para o trabalho social.

Importante destacar que não foram criadas quaisquer ferramentas que possibilitassem participação dos futuros moradores nos processos decisórios do Programa. O trabalho social, incumbido de promover a “participação cidadã” dos “beneficiários”, apenas mereceu significativo acréscimo de recursos e parâmetros orçamentários.

3. Novos avanços para o trabalho social são conquistados com a publicação da Portaria 21, de janeiro de 2014. Com ela, são definidos três diferentes instrumentos de planejamento: Projeto de Trabalho Social Preliminar (PTS-P), Projeto de Trabalho Social (PTS) e o Plano de Desenvolvimento Socioterritorial (PDST). E são estabelecidos prazos para a realização de cada instrumento:

PTS-P: contempla ações de cadastro e seleção dos futuros moradores, além da elaboração do PTS; deve ter a duração máxima de 12 meses ou até a obra atingir 65% de execução, o que primeiro expirar.

PTS: prevê, sobretudo, a realização de ações informativas e elaboração

do PDST; deve ser iniciado 8 meses antes da mudança das famílias para a nova residência.

PDST: inicia-se após a mudança das famílias e tem a duração de 12 meses. É o instrumento mais estruturado. Contempla ações organizadas em diferentes eixos, estando entre eles o “apoio à participação comunitária” (2014, p. 35).

A Portaria 21 estabelece para o trabalho social um escopo de atividades muito mais robusto do que aquele originalmente formulado pelo Programa. E a criação de diferentes instrumentos (PTS-P, PTS e PDST) permite estabelecer marcos temporais mais precisos, além de trazer mais tempo para o planejamento e execução do trabalho social. Traz a orientação de que as ações sociais comecem quando o empreendimento ainda esteja em fase inicial de construção. Antes desta portaria, o trabalho social começava somente 3 meses antes da data estimada para a finalização da construção. Agora, o primeiro instrumento do trabalho social (PTS-P) deve estar pronto até a obra atingir 65% de execução. Pela primeira vez, também é permitido que os custos da seleção dos futuros moradores estejam dentro das despesas do trabalho social. E vem a indicação de que esta seleção deve ser feita na primeira fase do trabalho.

Estas modificações possibilitam o rompimento com uma contradição existente desde o início do Programa. As ações do trabalho social eram, muitas vezes, formuladas sem que ainda estivessem definidos quais seriam os moradores do empreendimento. Ou seja, as atividades eram planejadas sem qualquer diagnóstico preciso da população abraçada e, portanto, a partir de informações muito genéricas a respeito do público alvo. O estudo de Cardoso, Mello e Jaenisch (2015), sobre a implementação do Programa na região metropolitana do Rio de Janeiro, denuncia tal situação, na qual não só o trabalho social foi planejado sem conhecimento das características do público alvo, como também era depois praticado sem que se tivesse acesso a tais informações:

Em suma, a equipe social se dirigia à assembleia de sorteio das unidades sem saber de antemão o perfil da população que iria

ocupar o novo empreendimento, informação que só foi compartilhada com a equipe social quando os beneficiários já haviam se instalado nas unidades. Esse fato, que mostrou-se recorrente também em outros municípios, demonstra a falta de integração do setor social com a direção política das secretarias municipais (2015, p. 98).

Tal cenário evidencia um importante problema presente na dinâmica do Programa: o modo abstrato ou despersonalizado pelo qual os cidadãos sem moradia são encontrados pelos trabalhadores sociais. A impessoalidade na relação entre técnicos e leigos, afinal cidadãos e cidadãos, sobretudo quando persistente, é traço característico de uma organização burocrática. Deveremos infelizmente assinalar que isto parece imperar na forma como o Programa é conduzido. Weber (1966) considera que a burocracia é feita de atores e de mecanismos institucionais aplicados no exercício da dominação por meio de um quadro administrativo anônimo: busca-se atingir o mais alto grau de eficiência dentro de uma perspectiva puramente técnica, carregada de percepções e operações muito gerais, válidas para todo agrupamento de pessoas e conduzidas como a forma conhecida e mais racional de organizar ações, mas afinal uma forma pouquíssima consciente de exercer invisível dominação sobre seres humanos.

A predominância de um espírito de impessoalidade formalista, *sine ira et studio*, sem ódio ou paixão e, portanto, sem afeição ou entusiasmo. As normas dominantes são conceitos de dever estrito sem atenção para as considerações pessoais. Todos estão sujeitos a tratamento formalmente igual, isto é, todos na mesma situação de fato. (WEBER, 1966, p. 27)

A Portaria 21 estabelece diretrizes que poderiam amenizar traços fortemente burocráticos e conseqüentemente impessoais do Programa. A escolha das famílias a residir nos conjuntos habitacionais do Programa, determinada já nas fases iniciais do empreendimento, possibilitaria que um trabalho mais efetivo de colaboração entre nós e as famílias antes mesmo da mudança para a casa própria.

Contudo, a portaria não inclui dispositivos que assegurassem o cumprimento das metas previamente estabelecidas. Por exemplo, não há respaldo nas diretrizes do Programa para a paralisação das obras quando atingem 65% de execução (marco em que o PTS-P deveria estar concluído) e ainda não têm indicados os moradores que lá irão residir. Há aqui um jogo de forças desigual, em que as consciências são dominadas pela ideia dos recursos investidos na construção de um conjunto habitacional e pelo número vazio que só parcialmente representa os

resultados do empreendimento, de tal forma que o ímpeto para a conclusão das obras ganha importância maior e desligada da atenção e dos cuidados que deveriam ser direcionados aos que transformarão construções em sua moradia. A falta de dispositivos mais incisivos, que assegurem o cumprimento das diretrizes previstas no Programa e que todo tempo exigissem procedimentos personalizados, prejudica todo o planejamento e execução das ações no trabalho social e, afinal, a própria sustentabilidade do empreendimento.

As consequências desta fragilidade nas normas institucionais são várias. Tomemos, como uma das mais evidentes, a fisionomia que pode ser assumida pela indicação das famílias para o Programa, tal como aponta Rufino (2015). A autora considera que a falta de transparência na construção do cadastro e nos processos de sorteio e a demora na entrega da lista de futuros moradores para a CEF configuram-se como problemas que prejudicam uma atuação mais segura e orientada dos técnicos sociais, além de facilitarem a influência ou mesmo controle do tráfico e de milícias em inúmeros empreendimentos. Cardoso, Mello e Jaenisch (2015) também destacam o impacto do encaminhamento tardio das listas, fato que se tornou recorrente e que impossibilita suportes certos aos futuros moradores, melhor ajustados a suas necessidades e anseios: analisar antecipadamente o perfil dos moradores, antes, durante e depois da escolha deles, tornaria muito mais certo o modo de colaborar com eles e prepará-los para a mudança residencial, tornaria mais pertinentes as reuniões de esclarecimentos (que se tornariam esclarecimentos mútuos), organizaria de modo muito mais significativo os sorteios das unidades.

Regras favoráveis à participação dos cidadãos, mas que não são observadas, isto acontece, entretanto, não apenas por falta de regras complementares ou de dispositivos firmes, capazes de corrigir ou compensar a pouca participação dos cidadãos. O problema parece sobretudo ligado a uma cultura de dominação, parece ligado a uma antiga forma de organizarmos o trabalho coletivo e as instituições de trabalho.

Retomemos a observação de que o Programa não evitou um processo paradoxal: a construção das moradias populares tornou-se mais relevante do que as pessoas para as quais são construídas. A preocupação com a edificação dos empreendimentos ofusca outras demandas, torna marginal o tratamento de questões que se ligam às finalidades primordiais do Programa e que mais

deveríamos destacar: “promoção da melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiadas” (BRASIL, 2010, p. 2).

Uma inversão foi também produzida e faz parte do paradoxo: o morador é entendido pelos agentes do Programa como um entre outros diversos itens operacionais. Entender assim, conjecturar dessa forma, aproxima-nos do que lemos em Honneth sobre reificação, pois pressupõe que nós nem percebamos mais nas outras pessoas as características que as tornam propriamente humanas: tratar alguém como “coisa” significa justamente tomar “alguém” como “algo”, despidido de quaisquer características ou habilidades que superem a existência meramente material (2008). O morador é percebido e abordado como alavanca ou obstáculo, favorável ou desfavorável, do mesmo modo que outros diversos ingredientes do empreendimento: os beneficiários são meios, entre outros, para que o processo das obras chegue ao fim. Nas sucessivas etapas do empreendimento, nossas relações com os usuários ficam então instrumentais, sempre vazias, porque abstratas e impessoais. Relações instrumentais, relações cada vez mais desumanizadas.

A burocratização e a reificação possuem dinâmicas que se inter-relacionam. Quando tomada como um fenômeno capitalista (então especificamente ligado à organização do trabalho operário sob a forma de um trabalho alienado e fragmentado, o que, por sua vez, dependeu de uma generalizada mercantilização de quase todas as coisas, alcançando inclusive a mercantilização do trabalho e do trabalhador), devemos dizer que a reificação tornou-se um fator de renovação moderna da burocracia. A burocracia, quando abrange relações muito convencionais e demais formais, pouco ou nada francas, são mais antigas que o capitalismo: a palavra, entretanto é moderna; e, de fato, a burocratização das instituições todas ganhou uma força nas sociedades burguesas que é sem equivalentes em toda a história pregressa da humanidade. A perda de percepção humana de outros seres humanos é o traço característico que permite sempre ligar os dois fenômenos: burocratização e reificação.

A análise da mecânica de implantação do Programa ganha muito quando voltamos nossa atenção para algumas observações de Merton acerca da forma de funcionamento da administração burocrática. O autor (1966) destaca como principal trunfo da burocracia a aparente eficiência técnica, a precisão, a rapidez, o controle, a continuidade, a discrição e a produtividade. Para tanto, considera-se que a

comunicação e o comportamento, as conversas e as ações devem “eliminar por completo as relações do tipo pessoal e as considerações emocionais” (MERTON, 1966, p. 98). Merton fala na eliminação da hostilidade, da ansiedade, dos vínculos afetivos, e a lista de eliminações pode crescer: a simpatia, a confiança, o confronto, a conversa, a discussão.

Nesse contexto, reivindicar espaço para a real participação dos moradores inseridos no Programa parece utópico. Mesmo que fossem cumpridos os marcos temporais previstos na Portaria 21 (2014), o poder de participação dos moradores seria ainda limitado e restrito ao trabalho social. Verdade que a participação, acontecendo num setor, tem alguma influência sobre o conjunto. E, afinal, o que devemos afirmar é que o trabalho social precisa assumir grandeza maior e um alcance mais abrangente: precisa tornar-se uma experiência básica e uma experiência chave, precisa acontecer não apenas na relação dos moradores com os técnicos sociais. Aliás, na relação dos moradores conosco, os técnicos sociais, nem sempre a participação acontece: o fato é que a proximidade com os moradores, neste caso, pode ser sentida, fazendo sempre diferença, alguma ou muita diferença. Os agentes todos do Programa precisariam sentir e verificar que participam do processo; os moradores sorteados precisariam sentir e verificar, antes e depois dos sorteios, que alteram de forma mais contundente a nova realidade em que foram inseridos. Mas fica tudo isso impedido ou sufocado quando a ação ou a liberdade dos moradores ficam sem ser esperadas com ardor e quando então homens e mulheres deixam de tomar decisões a respeito de processos que irão definir seu próprio destino.

Para Arendt a liberdade e a ação são elementos intrinsecamente relacionados, pois os homens são livres enquanto agem: “ser livre e agir são uma mesma coisa” (2011, p. 199). Ainda a mesma autora (2014), ao analisar a origem grega e latina do nosso verbo agir, aponta que naqueles idiomas, ao contrário das línguas modernas, são utilizadas duas palavras diferentes, mas correlatas, para designar ação, dois verbos: dois verbos gregos, *archein* (começar, liderar e governar) e *prattein* (atravessar, realizar e acabar); ou dois verbos latinos, *agere* (por em movimento, liderar) e *gerere* (conduzir). Arendt afirma que, com os antigos gregos na polis ou com os antigos romanos na república, “é como se toda ação estivesse dividida em duas partes”: o começo ou a iniciativa, que parte sempre de uma só pessoa, mas podendo partir de qualquer uma das pessoas, não de um

monarca; e a realização, à qual muitos se associam para “conduzir, acabar, levar a cabo o empreendimento” (2014, p. 234).

Estes conceitos, os apontamentos de Simone Weil (1996) a respeito do enraizamento, os anseios que notamos não atendidos durante o trabalho social, estas são as fontes que norteiam a concepção de participação que estamos empregando nesta pesquisa: resumidamente, participação remete a uma iniciativa que, podendo partir de qualquer um de nós, mas só ganhará efeito quando encontrar a adesão dos outros e for compartilhada, permitindo assim a organização de um poder e a transformação daqueles que foram servilmente inseridos no Programa em agentes capazes de interferir nas fases todas da construção habitacional, uma ocasião especial de construção da própria história.

A possibilidade de uma real participação dos moradores está relacionada a ações que, por exemplo, permitam interferência já nas escolhas da localização dos empreendimentos, levando em consideração os lugares de origem e de trabalho dos moradores selecionados, assim como mostrando respeito aos laços familiares e de amizade já existentes no momento da definição dos grupos de um mesmo conjunto habitacional. Um uso mais firme das diretrizes do Programa, dispositivos de proteção prática contra indevida aceleração das obras, a promoção de princípios e valores cidadãos entre os técnicos, isto permitirá também a participação dos moradores nos projetos de engenharia, podendo opinar sobre vários pontos da configuração dos imóveis que lhes pertencem por direito e por dever de Estado. Em linhas gerais, serão ações que possibilitem a manifestação dos moradores e o respeito a eles, o seu empoderamento, tudo que é condição decisiva para real apropriação do novo espaço. Um lar é um lugar de enraizamento. Sua própria formação precisa supor enraizamento para que um “imóvel” seja, depois, ainda capaz de “mobilizar” o sentimento de raiz, a vida de uma raiz. Como uma raiz, segundo Weil, é o que possuímos por participação e não por posse morta, a participação corresponde a um bem vivo que precisa ser todo tempo garantido para os moradores e para todos nós que colaboramos com eles:

O ser humano tem uma raiz por sua *participação* real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivo certos tesouros do passado e certos pressentimentos para o futuro. Participação natural, isto é, que vem automaticamente do lugar, do nascimento, da profissão, do ambiente. Cada ser humano precisa de múltiplas raízes. (1996, p. 411)

Participação natural, como nos disse a autora, vem do lugar ou do ambiente em que nascemos ou trabalhamos, desde que locais em que transcorre sem empecilho nossa participação e participação que tampouco seja forçada: participação que vem naturalmente nos lugares abertos à habitação e que, desde então, não precisa ser artificialmente produzida e tampouco produzida à força. Participação real, não está dito na citação, mas é dito noutra parte da mesma obra, é participação que atravessa contradições, altos e baixos, conquistas e fracassos, acordos e desacordos com os outros, experiência muito diferente de uma experiência idealizada, mas com a graça e o peso de uma experiência efetiva. Participação ativa, ouvi certa vez de meu orientador, enquanto em aula comentava *A gravidade e a graça* (obra que recolhe passagens dos cadernos de Simone Weil), é “participação que abraça e supera experiências passivas”:

Sofrer o mundo, sofrer a realidade dos outros, supõe passividade ou receptividade. Simone Weil foi notada por não lamentar o sofrimento, senão quando imobiliza sem remédio. Foi notada até mesmo por conceber ganhos pelo sofrimento. Ganhos de percepção, de personalidade ou caráter. E ganhos de cultura, várias vezes reconhecíveis na cultura popular: por exemplo, como observou certa vez Alfredo Bosi, a mentalidade dos trabalhadores de roçado ou chão de fábrica frequentemente combina o pesado e o leve, um senso prático de limites ao mesmo tempo acompanhado por um sentimento religioso de coragem. São ganhos que dependem de sofrimento, embora sofrimento assumido e mais ou menos vencido. Participação ativa não vem sem passividade, mas é um movimento que vence a gravidade, é mover-se na passividade. É um movimento feito pelo sentimento da força que nos puxa e repuxa, a que nos entregamos, contra que resistimos e que algumas vezes derrotamos. Participação ativa é como uma alavanca, imagem de que Simone Weil valeu-se mais de uma vez, como também observou Alfredo Bosi: o movimento que aplicamos num extremo do braço pode sentir e superar um peso colocado sobre o outro extremo, elevando-o, desde que o movimento aqui alcance lá o objeto pesado pelo seu centro de gravidade, contrariando-o. Servidão é estar enterrado na passividade, sem dispor de alavanca alguma.

3.2 Modelo de Gestão Pública e Participação Popular

Seria injusto criticar a dinâmica de implantação do Programa Minha Casa Minha Vida de maneira isolada. É necessário considerar alguns aspectos dos modelos gerais de gestão pública adotados no Brasil. Segundo Paula (2005),

podemos identificar dois projetos políticos em desenvolvimento e disputa. Um deles, de inspiração gerencial, constituiu-se no Brasil durante os anos 90, no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. O outro encontra-se em desenvolvimento, mostrando inspiração propriamente social, tal como caracterizamos os projetos cujas raízes remontam às mobilizações populares contra a ditadura e cujos agentes são herdeiros políticos do ideário de redemocratização do país. Ambos projetos afirmam ser um novo modelo de gestão pública e proclamam buscar ampliação da democracia no país. A vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais de 2002 gerou a expectativa de que a abordagem social se tornasse marca do governo federal. Contudo, o que se observou foi a manutenção de práticas gerencialistas, inclusive no campo das políticas sociais.

O movimento gerencialista está relacionado com um ideário que floresceu durante os governos de Margareth Thatcher e Ronald Regan. Tanto no Reino Unido, quanto nos Estados Unidos, o movimento gerencialista no setor público é baseado na cultura do empreendedorismo. Reflexo do capitalismo flexível que se consolida por meio da criação de um código de valores e condutas que buscam garantir controle, eficiência e competitividade máximos (PAULA, 2005), esse movimento ganha força no Brasil nos anos 90, com o debate sobre reforma gerencial do Estado e com o desenvolvimento da administração pública gerencial. Paula afirma:

A crise do nacional-desenvolvimentismo e as críticas ao patrimonialismo e autoritarismo do Estado brasileiro estimularam a emergência de um consenso político de caráter liberal que, segundo nossa análise, baseou-se na articulação das seguintes estratégias: a estratégia de desenvolvimento dependente e associado; as estratégias neoliberais de estabilização econômica; e as estratégias administrativas dominantes no cenário das reformas orientadas para o mercado. (2005, p. 38)

Já a administração pública societal, assim chamada pela autora, segue os marcos e ápices das grandes mobilizações políticas dos brasileiros, atingindo um pico nos inícios da década de 1960, sofrendo depois repressões ou desfalques e alcançando recuperação em meados e finais da década de 1970. Diz a autora: “Após o golpe de 1964, essas mobilizações retornaram na década de 1970, período no qual a Igreja Católica catalisou a discussão de problemas coletivos nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), inspirada pelos ideais da teologia da libertação e da educação popular” (2005, p. 39). O cerne do movimento que inspira o

modelo societal é a participação popular na gestão pública.

De acordo ainda com Paula (2005), a vertente gerencial de gestão pública enfatizada a dimensão econômico-financeira e institucional-administrativa: já a vertente social prioriza a dimensão sociopolítica. A vertente gerencial é introvertida, ocupada com soluções chamadas organizacionais para as instituições todas tomadas como empresas; ou, quando extrovertida, quer calibrar ou ajustar mecanismos econômico-financeiros, tomando como máquina ou grande aparelho os processos societários a serem administrados. A vertente social encarece as consultas populares e busca estruturar um projeto político que repense o modelo brasileiro de desenvolvimento, a estrutura e gestão do Estado.

Na dinâmica de implantação do Programa Minha Casa Minha Vida, identificamos a influência do modelo gerencial de gestão, embora tenha sido pretendido como um programa eminentemente social. Isso é de notar sobretudo quanto a um dos traços da gestão gerencial: “participativo no nível do discurso, mas centralizador no que se refere ao processo decisório, à organização das instituições políticas e à construção de canais de participação popular” (PAULA, 2005, p. 41). Corroborando Souza (2015) que, no modelo gerencial de Estado, as políticas públicas tornam-se meramente um resultado de consensos artificiais moldados pelo agir instrumental: acabam ignorando ou neutralizando discursos antagonistas, despolitizando espaços de articulação das diferenças, desperdiçando as oportunidades de troca – troca de pontos de vista, troca de palavras, troca de iniciativas. A centralização administrativa é dominante na estrutura mesma do Estado brasileiro, impede a participação popular efetiva e isto está relacionado com: a fragilidade da sociedade civil, historicamente servil; a formação da elite brasileira, conservadora ou francamente reacionária, defensiva, mantida nos limites de uma ideologia autoritária ou nos limites de uma democracia ainda fortemente liberal. A autora (2015) entende que, em uma democracia participativa, a construção das políticas públicas deve ter por princípio a participação popular, único capaz de provar o compromisso com ampla abertura democrática do Estado e das instituições, único princípio capaz de balizar posicionamentos ético-políticos que não sejam hipócritas.

Não encontramos suficiente abertura democrática no Programa e concordamos com o que destacam Lopes e Shimbo (2015): o Programa inibe ações que não tenham foco senão na produção das unidades habitacionais, produção

julgada por índices abstratos; foco entre viseiras que não permite crescer para problemas concretos tidos então como laterais. Os mecanismos de funcionamento do Programa estão, ao fim e ao cabo, regulados apenas pelos parâmetros de um negócio imobiliário bem sucedido, aferido segundo seus custos e benefícios quantitativos. Os autores afirmam com severidade:

Desse modo, a provisão habitacional pauta-se antes pela “lógica dos negócios” do que por uma lógica de planejamento urbano e de atendimento às reais necessidades habitacionais. A forma pela qual a máquina opera não proíbe a participação de outros agentes (como entidades e prefeituras), mas inibe iniciativas pautadas por outros pressupostos (exemplos: direito à cidade, necessidades habitacionais etc.) (2015, p. 243).

O modelo de gestão social relaciona-se diretamente com o conceito de cidadania, como já buscamos esclarecer. Cidadania inclui e é mais que ação deliberativa: são muitos atos além das deliberações, atos que precedem, acompanham e sucedem as deliberações. São atos de falar e ouvir. São atos de opinar e pensar com os outros. É o ato de conversar longamente. São atos de colaboração. São conversas sobre assuntos ligados à construção da casa, mas também assuntos que ajudem a perscrutar o sentido psicológico e político da posse de uma casa. E são conversas que se tornam capazes até de assuntos desligados da casa, mas pertinentes entre cidadãos que dividem uma mesma cidade, um mesmo país, um mesmo mundo. Ou seja, o exercício de cidadania supõe ações por meio das quais se pode alcançar a participação que permite ao sujeito decidir a respeito do seu destino social e pessoal, sua autodeterminação em conjugação com a determinação de destinos coletivos (TENÓRIO, 1998). É necessário, portanto, que o direito à participação seja acompanhado pelo encarecimento dos elementos sócio-históricos, psicossociais e psicopolíticos que se relacionam com as múltiplas vivências dos sujeitos em casa e na cidade, suas diferentes formas de mobilização humana. Conforme Silva, os sujeitos precisam ser admitidos como agentes aptos “a participar efetivamente e afetivamente do processo de governança” (2012, p. 235).

3.3 Alinhavando alguns pontos

A moradia transcende a materialidade física da habitação. A moradia e a subjetividade são temas intimamente relacionados. Ao analisar a história das

políticas públicas de habitação no Brasil podemos perceber o quanto elas estão associadas a mecanismos de controle social. As primeiras iniciativas, no final do século XIX, funcionaram francamente como instrumentos de controle patronal e segregação dos trabalhadores fora da cidade.

Experiências implantadas, ainda antes do golpe militar, tinham por pressuposto a crença de que oferecer moradia reduziria o risco de revoltas e da expansão do comunismo. Uma mentalidade antissocialista informou uma mentalidade antissocial e antipopular. Durante o regime militar, período primeiro de uma política pública de habitação propriamente dita, consolidou-se o padrão periférico e excludente das cidades, empurrando-se os pobres para áreas de novo afastadas dos centros urbanos e, agora, desvalidas de atenção municipal, carentes de infraestrutura e cuidados urbanísticos. Nessas áreas recusadas pelo mercado imobiliário privado e nas áreas públicas de regiões desvalorizadas é que a população pobre trabalhadora vai se instalar: beira de córregos, encostas dos morros, terrenos sujeitos a enchentes ou outros tipos de riscos, regiões poluídas, áreas de proteção ambiental.

Ao analisarmos o Programa é importante considerar esses dois marcantes elementos presentes no processo de desenvolvimento das políticas públicas de habitação no Brasil: a moradia como forma de controle social e o lugar da cidade destinado à classe trabalhadora. O Programa, infelizmente, não interfere sobre o lugar histórico da camada mais pobre da população. Reproduz o padrão periférico da cidade. Assim como tende a ignorar importante elemento que poderia permitir o empoderamento da população a que se propõe atender: a participação dos moradores. Em lugar de ações, a burocracia e a reificação do serviço ao público alvo; a herança renitente de um modelo gerencial de gestão pública.

O trabalho social no Programa configura-se como importante instrumento, o único, como já destacado, incumbido de promover a “participação cidadã” dos moradores. Contudo, as condições para que esse trabalho seja efetivo não estão asseguradas nas diretrizes do Programa. Além disso, defendemos que a participação no Programa não deva estar restrita somente ao trabalho social.

A vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, nas eleições presidenciais de 2002, gerou a expectativa de que teríamos as condições de implantar uma política

nacional de habitação mais progressista, com abertura para participação popular e empenhada no acesso democrático à cidade. Infelizmente, tais expectativas tiveram que se haver com muitas frustrações. O que tratamos de aqui acusar, para superar.

Mas uma nota atenuante não vai faltar. Houve avanços institucionais na área da habitação: a aprovação do Estatuto das Cidades, ainda antes do início do governo Lula, em 2001; a criação do MCidades, 2003; do Conselho das Cidades, 2004; e as Conferências Nacionais das Cidades, 2003, 2005 e 2007 (MARICATO, 2013). O impacto quantitativo do Programa Minha Casa Minha Vida na produção de habitação popular. A produção em massa para a população de baixa renda, contratando em cinco anos cerca de 80% das unidades financiadas pelo BNH em 22 anos de existência, sendo que metade delas já foi entregue – estudos apontam que, durante toda sua existência, o BNH financiou aproximadamente 4,5 milhões de moradias; em meados de 2014, já haviam sido contratadas 3,7 milhões de unidades pelo Minha Casa Minha vida, e 1,7 milhões de unidades já haviam sido entregues (AMORE, et al, 2015).

Tratemos agora de trazer a pesquisa para aspectos qualitativos baseados fundamentalmente nas experiências do trabalho em campo. Procuraremos, então, por mais em evidência o discurso dos outros, o discurso daqueles que vivem ou sofrem incomparavelmente as experiências do Programa: os moradores.

4. Método

“Método” é uma palavra de origem grega (*meta odos*), cujo significado é “caminho para” (Streck, 2006). Neste sentido, a observação participante foi o caminho adotado para o desenvolvimento do presente trabalho. Entendemos a observação participante como experiência de deslocamento do pesquisador para bem próximo daqueles que são atingidos diretamente pelo fenômeno a ser estudado. A adoção dessa perspectiva tem a finalidade de buscar construir, quanto possível, uma relação não hierarquizada com os interlocutores. Podemos considerar a observação participante uma modalidade da pesquisa participante. Esta, segundo Brandão (2006), pressupõe que os agentes sociais populares sejam considerados mais do que beneficiários passivos dos efeitos da pesquisa:

Homens e mulheres de comunidades populares são vistos como sujeitos cuja presença ativa e crítica atribui sentido à *pesquisa participante*. Ou seja, uma pesquisa é “participante” não porque atores sociais populares participam como coadjuvantes dela, mas sim porque ela se projeta, porque realiza desdobres através da participação ativa e crescente desses atores (BRANDÃO, 2006, p. 31).

Além disso, a pesquisa é participante porque “ela se inscreve e participa de processos relevantes de uma ação social transformadora de vocação popular emancipatória” (BRANDÃO, 2006, p.32). Contudo, não existe um modelo único de pesquisa participante, denominação que na realidade pode ser genericamente utilizada para designar diferentes estilos participativos de pesquisa. Entre esses, destacamos algumas propostas e alternativas emergentes, tais como: pesquisa participativa, investigação-ação, investigação participativa, investigação militante, autossenso, estudo-ação, pesquisa conforto e a observação participante.

No entanto, não é nosso objetivo aprofundar a discussão sobre as diferentes categorias da pesquisa participante, mas sim deixar claras as concepções que guiaram nosso trabalho e o caminho percorrido para o seu desenvolvimento. Dentro desta proposta, ao assumirmos a observação participante como método que dirigiu nossa investigação, é importante destacar um dos pressupostos mais consensuais da pesquisa participante na tradição latino-americana: a ciência nunca é neutra. Tal como afirma Brandão (2006, p. 43): “Não existe neutralidade científica em pesquisa alguma e, menos ainda, em investigações vinculadas a projetos de ação social”.

Nesta perspectiva, assumimos a parcialidade da nossa pesquisa. Esforçamo-nos na tentativa de adotar uma posição que nos colocasse ao lado dos moradores do Programa, dando a eles voz e buscando um maior entendimento sobre a dinâmica do Minha Casa Minha Vida a partir das experiências daqueles que vivenciam inúmeras dificuldades cotidianamente.

Como destaca Gonçalves Filho (2015a) a pesquisa participante é um exercício de exposição ao fenômeno estudado, bem perto das pessoas que o vivem diretamente. É no contato e diálogo com elas que vão emergir os conteúdos, palavras e episódios realmente relevantes. O pesquisador assume uma tarefa pessoal de observação e participação, buscando contato e conversa com aqueles que vivenciam de forma direta os fenômenos, pois são esses que mais podem ajudar a eleger os episódios e palavras certas.

Ao buscar descrever os conceitos que nortearam nossa pesquisa, recordei-me de uma de minhas visitas a um dos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida. Acredito que tal episódio possa exemplificar essa tentativa de se aproximar daqueles que experienciam diretamente os fenômenos que buscamos compreender. Naquele dia, aproximei-me de um grupo de cinco ou seis moradores composto por jovens, mulheres e algumas crianças. Estavam reunidos ao lado da portaria, aproveitando a sombra que fazia ali naquela quente tarde. A conversa continuou após a minha chegada (o que foi um bom sinal). Algum tempo depois, sentei em uma baixa mureta, quase à altura do chão, onde já se encontrava parte do grupo. Pouco a pouco, o grupo foi se dispersando, permanecendo apenas uma senhora, sentada próxima a mim. Ao menos naquele momento, as desigualdades entre nós diminuíram, a ponto de motivar a narração, sem que eu fizesse qualquer pergunta, de episódios íntimos que envolviam o falecimento da mãe e do marido.

A busca em estabelecer uma relação igualitária com o interlocutor inclui e transcende o discurso verbal: compreende os gestos, a forma de ouvir e olhar, a expressão, a postura mental e corporal. Esses são elementos percebidos pelo outro, de forma consciente ou não. Gonçalves Filho descreve um episódio revelador, ocorrido durante uma entrevista, conduzida por um pesquisador universitário, que é subitamente interrompida pelo entrevistado, um trabalhador rural, que desabafa: “O senhor faz perguntas como quem já sabe a resposta” (2005, p. 13). É necessário estar atento à tentadora armadilha de adotar uma postura em que o “pesquisador-sujeito” se coloca como detentor de todo conhecimento, e irá apenas ratificar sua

posição diante do “pesquisado-objeto”. Nessa perspectiva, não é possível estabelecer um real diálogo.

Para que a narrativa se desenvolva, para que a memória trabalhe e encontre expressão, não é somente necessário deixar o outro falar, mas também entregar-se a ouvir, desarmar-se. Tal exercício não é tão simples, como em um primeiro momento poderia parecer. Transcende o ato de ouvir e envolve uma conexão com o interlocutor, que pode ser mais ou menos duradoura, às vezes capaz de acompanhar aquele que se dispôs a ouvir por minutos, horas, dias, anos ou a vida inteira.

Importante também destacar que a almejada busca de uma relação igualitária com o depoente não pressupõe a supressão das diferenças. Como ensinam Hannah Arendt ou Simone Weil, a igualdade não deve cancelar as diferenças, assim como as diferenças não devem cancelar a igualdade. Em uma tentativa de estabelecer uma relação em que as desigualdades se atenuem, cabe salientar o alerta dado por Ecléa Bosi (2003). A autora afirma que tanto o pesquisado quanto o pesquisador, sofrem com o peso dos estereótipos e de uma consciência possível de classe, sendo necessário saber lidar com tais fatores no curso da pesquisa.

Procuramos estar atentos as prudentes observações de Arendt, Weil e Bosi sobre os inúmeros desafios que envolvem o esforço de estabelecer uma relação não hierarquizada com o interlocutor. Dessa forma, nossa pesquisa foi desenvolvida fundamentalmente por meio de visitas – realizadas em média a cada quinze dias, durante aproximadamente três anos e meio – aos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida localizados em São Paulo capital e Grande São Paulo. Também fizemos um levantamento a respeito da história das políticas públicas de habitação no Brasil e das diretrizes do Programa, mas, são as vivências em campo constituem o cerne da nossa investigação.

A partir dessas experiências foram feitas anotações, em diário de campo, de elementos relevantes para nosso trabalho. Os registros remetem principalmente às incursões em campo realizadas entre maio de 2013 e novembro de 2016. Contudo, incluímos também alguns episódios anteriores a esse período.

Um diário de campo é dedicado ao trabalho da memória. Entendemos que uma das características notáveis da memória é sua capacidade de recolher apenas o que pareceu muito significativo ou enigmático, o que incita a reflexão. Um diário de campo é feito do testemunho do que marcadamente regeu a experiência de campo,

e vai assumindo a forma de uma narrativa discutida ou de uma discussão narrativa.

As anotações em diário foram breves e feitas imediatamente após os acontecimentos; algumas vezes no mesmo dia ou no dia posterior. Resumem episódios, assinalando a data, uma sentença, palavras, nomes, percepções ou sentimentos do pesquisador ou dos demais sujeitos. Essas anotações têm o propósito de servir como auxiliares da memória e não como entraves. Assim, em um segundo momento, durante a escrita que buscou resgatar os episódios e elaborar narrativas, a memória trabalhou livremente, deixando-se orientar por aquilo que recolheu e que as anotações frequentemente registraram.

O produto dessa reelaboração discursiva constituiu um segundo diário, mais inteligível para aqueles que não participaram da experiência em campo, mais rico em detalhes e análise. Antecede a escrita final da dissertação, que contém enfim a discriminação de assuntos ou temas, a separação e a reunião de casos contrastantes ou similares.

O trabalho de seleção desses casos nos preparou para o roteiro de entrevista que, agora, em regime piloto, ensaiamos com um entrevistado. Reservaremos, então, para uma pesquisa subsequente, em regime de doutorado, um grupo maior de entrevistados, que terá esses discursos como centro da investigação.

Neste momento, um roteiro de entrevistas provisório foi elaborado com a pretensão de orientar o narrador para um trabalho da memória, mais do que para um trabalho opinativo ou confessional. Orientar o discurso para a narrativa de episódios, daí um roteiro; ao mesmo tempo, não engessar a fala, daí uma entrevista que seja aberta depois que certas questões forem propostas ao sujeito. A narrativa de episódios depende da ênfase sobre a memória do depoente, o que pede questões capazes de suscitar lembranças. Ao mesmo tempo, uma vez suscitadas as lembranças, o entrevistador permitirá que a narrativa do depoente assuma o seu ritmo próprio, de livre duração e livre enunciação.

Quem lembra, sente e pensa: a memória reclama todas as camadas do psiquismo. Em uma entrevista é imprescindível buscar a manifestação viva da memória. A memória é trabalho e o trabalho da memória é a elaboração de signos fortes e de enigmas. Os enigmas, quando inominados, ferem a subjetividade como objetos estranhos e angustiantes. Quando o depoimento encadeia experiências, na composição de lembranças, palavras atravessam e revestem vivências que, então, menos liberam angústias do que significações. (GONÇALVES FILHO, 2005).

Após o trabalho de registro e seleção dessas memórias prosseguimos com a interpretação dos episódios narrados. Esse trabalho foi desenvolvido tendo por base o entendimento de que interpretar é analisar um discurso, identificando núcleos-chave da memória e discriminando fenômenos e ideias nucleares. Interpretar também é sintetizar um discurso, retirar e recolher relações entre ideias e fenômenos, no esforço de buscar uma melhor compreensão tanto do ponto de vista do depoente como dos pensamentos que ele fomentou, avançando em um caminho que ele não chegou a percorrer. É necessário deixar o depoimento falar para que novas significações trazidas com o sujeito sejam reconhecidas (GONÇALVES FILHO, 2015b).

No exame vertical do discurso, é necessário atentar para as significações assumidas pelo sujeito dentro do quadro estrutural do relato. Interrogar a respeito do conteúdo e dimensão assumidos por uma noção no quadro total do discurso e de quais conteúdos essa noção se aproxima ou se separa. No exame horizontal ou cruzado, devemos examinar o encontro e desencontro das falas, verificar se diversos pontos de vista podem ser aproximados ou devem ser contrastados. A formação, persistência ou variação de ideias fazem a interrogação de um fenômeno e podem expor um problema. Devemos, por conseguinte, considerar qual foi o problema aberto, o que nos dizem os sujeitos da pesquisa, os autores da literatura concernente e também o que dirá o pesquisador.

No trabalho de exame vertical e horizontal, é essencial a atenção ao que Jean Laplanche (apud GONÇALVES FILHO, 2005) chamou de exigência de pensamento. “Exigência de pensamento” significaria aprender não só com o que foi dito pelo sujeito, seu discurso dominante, mas também com o que foi desdito, ou sequer foi mencionado e também aquilo que ficou marginal – mencionado ou sugerido e rapidamente abandonado. Essa atenção distribuída permite aprofundar o problema e também explorar novos caminhos, não necessariamente trilhados pelo sujeito.

Importante destacar que, na análise e discussão do que observamos, e dos discursos, o objetivo é prosseguir o debate iniciado pelos próprios sujeitos da pesquisa. A intenção foi colocar em cena os pontos de vistas de três sujeitos distintos – os moradores, o pesquisador e os autores da literatura – reservando igual dignidade ao pensamento e à palavra de cada um. Dessa forma, o pesquisador, depoentes e autores emergem como intérpretes, e a experiência de todos deverá ser considerada na investigação (GONÇALVES FILHO, 2005). Assumir essa

perspectiva implica tomarmo-nos simultaneamente como sujeito e objeto de pesquisa.

Pode causar estranheza a utilização do termo *objeto* em uma pesquisa de Psicologia Social, ainda mais em um estudo que afirma adotar como método a observação participante, que justamente pretende superar a dicotomia sujeito-objeto. Contudo, temos intenção de remeter à perspectiva adotada por Ecléa Bosi (1994), que nos supõe em parte sujeito, em parte objeto. Quando indagamos, quando procuramos saber, constituímos-nos sujeitos; quando ouvimos, quando registramos e atuamos como instrumento para receber e transmitir a memória de alguém, constituímos-nos objetos.

Quanto ao trabalho de colocar em comunicação o discurso dos moradores com textos, procuramos seguir a preciosa lição, também da Professora Ecléa, a respeito desse delicado exercício. A autora faz didática analogia desta tarefa:

Não é coisa simples e rápida, pede paciência e muito trabalho. Se de flores vermelhas e brancas desejamos flores mistas, não basta justapor, plantá-las lado a lado. É preciso ligar seiva com seiva, cortando pela raiz, delicadamente, e amarrando bem. Então nascem flores tão bonitas, que a gente não sabe a quem dever mais, se aos vermelhos ou aos brancos. Devemos a todos (apud GONÇALVES FILHO, 2005, p. 21).

Dessa forma, articulando cuidadosamente as falas e textos, procuramos assegurar equilibrado grau de importância para o discurso dos moradores, os textos dos autores e também as percepções e memória do pesquisador. A partir da junção de diferentes perspectivas, alicerçadas em um diálogo real, é que almejamos alcançar uma compreensão maior dos fenômenos estudados: “Compreender, portanto, não significa um exercício de distanciamento de nosso próprio horizonte de significações; indica antes de tudo, uma fusão e construção de um amálgama de nossos horizontes com os horizontes dos outros” (PEREIRA GONSALVES, 2006, p. 253).

Tal perspectiva coaduna com a posição defendida por Gertz (2008). Segundo o autor, a pesquisa como experiência pessoal significa buscar estar bem próximo do outro, inserindo-se no núcleo do seu mundo, esforço insaciável e nunca perfeito. A tentativa funda-se em alcançar a posição de nos comunicarmos com o outro sem substituí-lo, mas permitindo que sejamos interpelados vivamente por ele e por seu mundo. O objetivo é alargar o discurso a respeito do outro e de nós mesmos. Nossa

intenção é falar do sofrimento e da humanidade dos outros, mas, como destaca Gonçalves Filho, “não como quem pretendesse substituir sua palavra pela nossa, mas imantando nossa experiência e discurso pelo diálogo com eles, pelo contato vivo com o que dizem e pensam de seu sofrimento e de sua humanidade” (2015a, p. 41).

5. O Diário de Campo

Para introduzir episódios narrativos que remetem às experiências em campo, optamos por apresentar nos subitens subsequentes alguns trechos do diário – produto de um segundo momento da escrita, elaborado a partir das anotações originais e rudimentares realizadas ainda em campo. A conservação de partes do diário transmite de forma mais autêntica o trabalho realizado pela memória, o esforço realizado na busca por lembranças que envolvessem os temas desta pesquisa, o que provocou mais reflexões.

Procuramos, assim, preservar as descrições dos episódios narrativos, as quais foram mais ou menos modificadas quando inserimos algumas observações e interpretações que os episódios pareciam aceitar ou reclamar. Buscamos também, nessa versão final do texto, colocar os registros em comunicação com autores que pudessem contribuir para aprofundar o entendimento dos fenômenos estudados, assim como com demais pesquisas sobre o Programa Minha Casa Minha Vida que pudessem corroborar, ou não, as considerações apresentadas.

Dessa forma, buscamos respeitar na escrita definitiva da dissertação a essência dos registros originais do diário de campo. O próximo tópico é, sobretudo, o resultado do esforço de tornar inteligível estas anotações. Corresponde ao trecho do texto que as reproduz de maneira mais fiel o diário de campo, especialmente os parágrafos iniciais. Estes parágrafos assinalam o início do trabalho da memória direcionado para os temas de interesse deste estudo, marcam o início da produção do diário.

5.1 Prólogo

Não sem algum esforço, tento resgatar, de forma minimamente coerente, memórias da minha atuação como técnico social no acompanhamento do Programa Minha Casa Minha Vida. Talvez o que se imponha nesse momento de forma mais contundente sejam experiências vivenciadas no último mês do ano de 2013, quando fui convocado para auxiliar na entrega de moradias em um conjunto habitacional

localizado na periferia da zona leste de São Paulo. A entrega havia sido marcada de forma repentina, e um numeroso grupo de famílias indicadas pela prefeitura seriam as destinatárias.

O conjunto habitacional a ser entregue, assim como todos os demais que acompanhei, havia sido construído para o atendimento de uma população altamente vulnerável, enquadrada na Faixa I do Programa. Aquele empreendimento, porém, possuía algumas particularidades. A intempestividade com que fora marcada a entrega deveu-se a eventos que se desenrolaram antes mesmo das obras terem sido concluídas. O conjunto havia sido invadido poucos meses antes de sua inauguração, inviabilizando a realização do evento em que os apartamentos seriam entregues às famílias oficialmente indicadas pelo poder público municipal.

A palavra *invasão* foi a primeira a irromper em minha mente para descrever o que ocorreu, contudo, acredito que tal sugestão já revelasse alguma carga de preconceito, construído ou reforçado a partir das minhas experiências como técnico social, na instituição responsável pelo repasse financeiro de recursos federais e acompanhamento dos projetos do Programa. Em contraponto a tal perspectiva, recordo-me do contato com representantes de movimentos sociais de moradia. Em meio a uma conversa utilizei a palavra *invasão* e obtive prontamente o seguinte esclarecimento:

– Nós não invadimos nada, nós ocupamos!

Penso que o uso de um ou outro termo não seja irrelevante e desprovido de concepções ou atitudes. E são concepções ou atitudes cuja avaliação é importante. Na palavra *invasão* já está incluído um julgamento condenatório, mesmo que venha desacompanhada de um discurso explícito de condenação. O sentido desse discurso fica limitado, pois se baseia em uma concepção que repousa em um estereótipo. Neste contexto, lembremo-nos da prudente consideração de Ecléa Bosi (2003, p. 118): “O repouso no estereótipo, nas explicações dadas pelo poder, conduz a uma capitulação da percepção e a um estreitamento do campo mental”. Seria mais leal com os atores falar em *ocupação*, pois se tratou de uma ação para exigir atendimento de um direito, o direito à moradia. Um direito humano fundamental assegurado pela Constituição.

Alguns meses após a ocupação, o pedido de reintegração de posse, solicitado pela instituição financeira responsável pela gestão dos fundos do Programa, foi cumprido com todo o aparato policial “necessário”: cerca de duzentos policiais acompanharam a desocupação dos prédios. Não presenciei a ação, mas, por meio de colegas e também pela cobertura da mídia, tive conhecimento de que as famílias deixaram os apartamentos, saindo de forma pacífica antes da chegada da polícia. Contudo, um dia antes de deixarem os apartamentos, as famílias realizaram protestos em vias de grande fluxo nas proximidades do conjunto, recebendo cobertura de grandes veículos de comunicação².

Encontrei-me no conjunto habitacional poucos dias após a reintegração, para tentar auxiliar na entrega das moradias às famílias oficialmente selecionadas pelo município. A pressa da entrega se dava pelo receio de uma nova ocupação. Dessa forma, sem muita ou nenhuma discussão, ficou decidido que a entrega seria realizada o mais rápido possível, mesmo que muitos dos apartamentos estivessem em condições deploráveis.

Na realidade, a imprevisibilidade havia atingido o habitual fluxo do Programa. Contra a possibilidade de que novos contratemplos ocorressem, a solução encontrada era a de entregar rapidamente os imóveis aos moradores selecionados. Ou talvez: aproveitou-se um “fantasma” de nova ocupação para que se precipitasse a entrega de casas ainda incompletas. Protagonistas oficiais desejavam sair de cena, finalizar a trama antecipadamente, promovendo sem preparação aqueles que até então desempenhavam papéis secundários: os novos moradores se tornaram, subitamente, atores principais. Tal desfecho pareceria positivo e desejável, não fosse o fato de que esses moradores não houvessem até então praticado o papel que teriam de cumprir agora, em meio a um cenário caótico. Diversos apartamentos estavam em condições lastimáveis, alguns sequer tinham porta; além disso, serviços de água e energia haviam sido interrompidos.

No emblemático dia da entrega das moradias, tive a oportunidade de conversar com inúmeras pessoas. Algumas buscavam algum tipo de orientação; outras simplesmente queriam expressar seu contentamento ou falar de suas

² Artigo disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,protesto-contrareintegracao-fecharadial-leste-por-mais-de-duas-horas,1100739>

dificuldades e receios. Lembro-me em particular de uma moça ainda jovem, mas que aparentava ter mais idade que os seus trinta e poucos anos, efeito dos traços que no rosto e no corpo revelavam uma vida atravessada por dificuldades. Com um olhar carregado de melancolia, que dava maior dramaticidade à sua já embargada voz, falou-me emocionada da satisfação de receber aquele imóvel. Contou que já não tinha onde morar com o filho, que sofria de paralisia cerebral e tinha limitações de mobilidade. Não pude deixar de me perguntar, talvez de forma pessimista – mas que sabia também realista –, estando ainda diante dela e vendo-a com lágrimas nos olhos, quanto tempo levaria para seu júbilo inicial dar lugar ao descontentamento e à frustração.

Minha cética previsão baseava-se em experiências passadas, marcantes e numerosas: desdobramentos que testemunhei no acompanhamento direto de alguns empreendimentos, na troca de ideias e de outros testemunhos com o restante da equipe social com quem trabalho. Essa equipe é responsável pelo acompanhamento dos projetos sociais em todos os empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida da cidade de São Paulo, e em parte da região metropolitana. Contudo, naquele dia, o sentimento que prevalecia no ambiente era de conquista. A conquista de algo que os moradores oficialmente selecionados davam por perdido. A maioria dos que ali estavam aguardaram anos com ansiedade em uma fila. Quando meses antes os apartamentos foram ocupados, as perspectivas de um desfecho rápido não eram promissoras. Assim, mesmo recebendo os novos apartamentos em condições precárias, alguns inabitáveis, o sentimento era de otimismo. A maioria manifestava o desejo de reconstruir o que recebiam, transformando o imóvel de fato numa moradia.

Os acontecimentos descritos tiveram como cenário o Conjunto Habitacional Campos do Jordão, empreendimento com duzentos e dez apartamentos, localizado em Artur Alvim, bairro periférico da zona leste de São Paulo. Não tive oportunidade de retornar ao empreendimento, porém, acompanhando os jornais, foi possível ter alguma noção da situação do conjunto habitacional após a entrega oficial das moradias aos moradores. Segundo artigo publicado no Estadão em quatro de janeiro de 2015³, os moradores ficaram um mês sem água e energia elétrica após a

³ Disponível em: <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,em-sp-reintegracao-de-posse-e-feita-as-pressas-e-sobram-reparos,1615126>

mudança. No mesmo artigo, há relato do síndico a respeito de problemas de segurança. O síndico menciona ao menos um caso de roubo em que “levaram tudo” que havia em um dos apartamentos.

O artigo também traz informações a respeito de outro empreendimento, o Residencial Brotas (conjunto que também faz parte do Programa Minha Casa Minha Vida), vizinho ao Campos do Jordão, e que havia sido ocupado e reintegrado no mesmo período que este. Segundo a matéria, um ano após a reintegração, os estragos feitos pelos “invasores”, tais como batentes quebrados e fiação roubada, ainda não haviam sido reparados. Havia também queixas dos moradores a respeito da falta de segurança e presença do tráfico dentro do conjunto habitacional.

Mesmo considerando as situações particulares que antecederam a entrega dos empreendimentos, essas reclamações parecem sintetizar, de certa forma, os recorrentes problemas enfrentados em grande parte dos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida. Situações e dificuldades que buscarei apresentar, de maneira mais detalhada, ao longo deste trabalho.

5.2 Experiências de humilhação: pobreza e rebaixamento social

– Para quem saiu da beira do córrego isso aqui está muito bom!

Em Jundiapéba, bairro periférico da cidade de Mogi das Cruzes, foram construídos oito conjuntos habitacionais: Jundiapéba I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII. O último deles foi concluído em meados de 2013. Minhas visitas aos empreendimentos se iniciaram no final de 2012. Como os conjuntos haviam sido inaugurados em momentos distintos, o estado de conservação de cada um variava, dependendo também do nível de organização de cada empreendimento.

Recordo-me de que, em um deles, logo na entrada, havia um bem cuidado jardim, com diferentes espécies de plantas que acolhiam aqueles que ali entravam. Em outro condomínio, havia blocos colocados de forma improvisada na frente da portaria, cobrindo alguns vidros quebrados das janelas da guarita. Um portão

enferrujado, sempre aberto, era a única via de acesso ao conjunto e ajudava a compor um cenário de abandono e a atmosfera soturna do empreendimento.

As opções de comércio no entorno dos conjuntos habitacionais eram escassas e geralmente improvisadas, resumiam-se a pequenos espaços adaptados em garagens ou quintais das casas vizinhas. Um extenso terreno vazio, dominado por um denso matagal, era adjacente aos empreendimentos. Nele foi improvisada uma rua pela qual se podia atravessar todo o terreno e era frequentemente utilizada pelos moradores para acessar mais facilmente a área vizinha. A impressão que eu tinha daquela parte do bairro era de que ele se tornara ruína, mesmo antes de ser concluído. Ou, talvez, fosse menos ruína e mais efeito da interrupção das obras, evidenciada por linhas e formas incompletas, tal como aponta Gonçalves Filho (1998b) ao descrever os bairros pobres.

Com mais de duzentas unidades habitacionais cada um, os conjuntos Jundipeba formam quase uma cidade paralela, habitada por mais de seis mil pessoas. A segregação social e urbana é evidente: a distância do centro da cidade, a dificuldade ao acesso de serviços públicos básicos como transporte, segurança e educação. Pude identificar nesses conjuntos traços característicos dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida: reprodução do padrão periférico, com a manutenção do lugar histórico da cidade relegado às classes mais pobres (BONDUKI, 2014, ROLKIK, 2014, MARICATO, 2011).

– Não vejo a hora de me mudar!

Ouvi de uma moradora, que se justificava afirmando que sua nova moradia era distante do trabalho do marido e de escolas com vagas disponíveis. Eu fazia o acompanhamento do trabalho social desenvolvido nesses empreendimentos, por meio de visitas técnicas e análise dos relatórios mensais encaminhados pela equipe executora, contratada pela prefeitura. Quando iniciei meu trabalho, as famílias já habitavam o conjunto há algum tempo, algumas há meses ou mesmo anos. Em contraste com as manifestações positivas relatadas na inauguração do Residencial Campos do Jordão, não presenciei ali aquele contentamento inicial.

Já nos primeiros contatos, os moradores expressavam de forma incisiva sua insatisfação. A lista de queixas era infindável: problemas construtivos, tais como

vazamentos, infiltrações e até mesmo alagamentos em algumas áreas dos prédios; falta de vagas em creches e escolas próximas; difícil acesso ao transporte público; problemas de segurança, tais como roubos, violência, tráfico de drogas; além de ocupações irregulares em unidades habitacionais, decorrentes da venda ou locação ilegal.

Contudo, havia quem claramente contestasse a legitimidade das reivindicações dos moradores:

– Para quem saiu da beira do córrego isso aqui está muito bom!

Foi a declaração de um dos funcionários da empresa responsável pela construção do empreendimento, quando foi chamado para resolver alguns dos inúmeros problemas construtivos. As reclamações dos moradores quanto ao tratamento desrespeitoso por parte dos funcionários da construtora eram comuns. No entanto, aquela declaração havia atingido de forma mais íntima os moradores, havia machucado mais do que as ofensas que estavam habituados a suportar.

A humilhante afirmação não atingia somente aqueles a quem era efetivamente direcionada no momento em que foi proferida, assim como não atingia somente aqueles que vieram da “beira do córrego”, mas alcançava todo o grupo. Esse grupo não tinha em comum apenas a condição de serem moradores do Residencial Jundiapéba, mas um traço mais profundo e estigmatizado: eram todos pobres. E a esses o direito de fazer qualquer reivindicação frequentemente é negado. Neste caso, o direito de reclamar melhores condições para alcançar uma moradia digna parecia algo absurdo.

A humilhação é sempre social, não existe humilhação no isolamento, ela é aplicada ou sustentada por outros homens. Remete ao impedimento da experiência de um traço de humanidade, e, tal como os moradores claramente demonstravam, esse impedimento é sempre vivenciado como rebaixamento. Quando falamos em humilhação social, expressão redundante, quero assinalar que o agressor e o agredido são, desde o começo, coletividades. O golpe de humilhação é coletivamente praticado e sofrido: golpe de um grupo contra outro. Quando o golpe parte de uma pessoa contra outra, cada qual representa um grupo, estejam os indivíduos conscientes disso ou não (GONÇALVES FILHO, 2010). Tal condição

merece especial atenção para aprofundar a reflexão sobre o caso apresentado.

Não tive oportunidade de conversar com o funcionário que fez aquela contundente e reveladora afirmação. Após o ocorrido, os moradores proibiram sua entrada no conjunto. Contudo, provavelmente, assim como os demais trabalhadores designados para realizar pequenos reparos, deveria ser um operário, um trabalhador simples, com baixa escolaridade e possivelmente tão pobre quanto os moradores a quem golpeou. O principal elemento a ser considerado é que naquela situação o operário era representante de outro grupo, representava a construtora, que naquele momento ocupava posição antagônica perante o grupo de moradores.

Esse operário parece não ter hesitado, para defender os interesses de seu empregador, em lançar mão de recurso do qual provavelmente já foi vítima: o rebaixamento público. Cruel contradição, que transforma contumaz vítima em algoz. Simone Weil (1993) considera que a contradição é critério do real, é prova da necessidade. Todavia, a autora afirma que a contradição “vivida até o âmago do ser é o dilaceramento, é a cruz” (WEIL, 1993, p. 107). Para Weil, pode haver má ou boa união de contrários. A má união ocorre no mesmo plano em que estão os contrários: conceder a opressão aos oprimidos não põe fim a um processo de dominação, apenas o perpetua. Já a boa união dos contrários se dá em um plano acima: a oposição entre dominação e opressão se desfaz no nível da lei, atingindo assim um equilíbrio.

É importante destacar que as convicções manifestadas na explícita e ofensiva afirmação daquele trabalhador, exemplo de má união dos contrários, não remetem apenas aos moradores do conjunto Jundiapéba. Fazem referência a toda uma classe historicamente estigmatizada. A humilhação social se relaciona com um processo histórico, o golpe atual se comunica com golpes anteriores, os primeiros golpes, os golpes originários (GONÇALVES FILHO, 2010).

Humilhação social é sofrimento longamente aturado e ruminado. É sofrimento ancestral e repetido. Um sofrimento que, no caso brasileiro e várias gerações atrás, começou por golpes de espoliação e servidão que caíram pesados sobre nativos e africanos, depois sobre imigrantes baixo-assalariados. Alcançou roceiros, mineiros ou operários, também uma multidão de pequenos servidores, subempregados e desempregados (2010, p. 6).

Infelizmente, as concepções reveladas pelo operário não são entendimentos restritos a um determinado grupo. Ideias assim parecem permear as convicções dos envolvidos nas diferentes esferas em que se planejam e executam as ações necessárias para implementação do Programa. Acreditam que a qualidade da moradia, em seus diversos aspectos, é algo que deve ser marginalmente tratado. Assim, preocupação com números e cumprimento de metas de entregas sobrepõe-se, muitas vezes, aos aspectos qualitativos, comprometendo assim as condições que poderiam proporcionar reais melhorias nas condições de vida daqueles que receberão os imóveis.

Considero que duas condições comuns no Programa evidenciam, de forma mais explícita, a supervalorização dos aspectos quantitativos em detrimento dos qualitativos: a falta de participação popular e a baixa qualidade construtiva dos empreendimentos.

Pesquisas realizadas em empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida apontam que problemas construtivos, estão, frequentemente, associados à baixa qualidade de materiais e execução dos acabamentos (PEQUENO; ROSA, 2015). Cardoso, Mello e Jaenisch (2015), além de chamarem a atenção para os inúmeros problemas de pós-obras nos empreendimentos do Programa, destacam um importante elemento: a figura do morador, geralmente, é identificada como a fonte desses problemas, ocasionados por suposto mau uso das novas construções.

Tanto os técnicos da Caixa quanto os representantes das empresas construtoras acionam categorias como “despreparo”, “dificuldades de adaptação” ou inclusive a expressão “ex-favelados” para reconstituírem discursivamente o problema da qualidade a partir do usuário, que passa a ser responsabilizado pela degradação do patrimônio que ele recebeu (2015, p. 92).

Inúmeras vezes ouvi alegações semelhantes para justificar a ilegitimidade das reclamações. Culpar o morador por eventuais defeitos em sua moradia era usual subterfúgio. Tal justificativa era reiteradamente apresentada, algumas vezes, mesmo antes que qualquer profissional fosse verificar a origem da falha, o que despertava a indignação dos moradores. Quando estes conseguiam ter suas solicitações atendidas, expressavam seu sentimento a respeito da maneira como os problemas

havam sido solucionados:

– Fizeram a massa (cimento) dentro do salão de festas, descascaram a parede, não pintaram novamente e deixaram tudo sujo (...). Como é para pobre, fazem de qualquer jeito!

Recordo-me de algumas declarações de uma espirituosa moradora que, ao expor seu descontentamento com a atual moradia, referiu-se aos apartamentos do empreendimento como parte do *Programa Minha Casa Meu Pesadelo* e, ao fazer alusão à falta de segurança dos equipamentos que compunham um pequeno *playground*, instalado ao lado do salão de festas, nomeou-os de *brinquedos assassinos*.

Em outra ocasião, uma moradora se queixava da falta de apoio de agentes externos – Construtora, Caixa Econômica Federal e Prefeitura – no enfrentamento de inúmeras dificuldades: problemas construtivos, relação conturbada com os vizinhos e falta segurança. Ouvi seu contundente desabafo:

– Abandonados, fomos jogados aqui e esquecidos!

Também em um dos conjuntos do bairro de Jundiapéba, após acompanhar reunião do trabalho social realizada com um grupo de moradoras, ouvi ao me despedir um melancólico apelo:

– Não se esquece da gente...

A percepção de abandono, de esquecimento, era manifestada de forma intensa pelos moradores. Para mim, foi marcante ouvir os inúmeros desabafos daqueles que vivenciavam experiências realmente difíceis de contornar. Essas manifestações me fizeram recordar dos sentimentos despertados naqueles que são atingidos pelo sofrimento da humilhação social, sentimentos que adoecem ou matam quando não enfrentados, diferentes expressões de uma mesma angústia, como destaca Gonçalves Filho (2010). O autor assinala cinco deles – um primeiro par: o sentimento expulsivo dos ambientes citadinos e sua assídua companheira, o sentimento da amargurada fruição dos bens públicos; um segundo par: o sentimento de não possuir direitos, sempre precedido pelo sentimento de constante vigilância, de ordens ou reprimendas iminentes; e, por fim, o sentimento de invisibilidade.

Gostaria de destacar, nesse momento, o sentimento de invisibilidade. As expressões dos moradores parecem refletir uma angústia que nesse sentimento encontra expressão. O sentimento de ter sido esquecido, ou o receio de que isso ocorra, parece sinalizar uma ameaça, um temor de que, pouco a pouco, tornem-se invisíveis, até que fiquem totalmente imperceptíveis, caindo em um irremediável esquecimento.

Importante assinalar que em duas das falas aqui reproduzidas tal temor se manifesta de formas distintas. Na primeira: *Abandonados, fomos jogados aqui e esquecidos!*, o sentimento de invisibilidade se exprime de maneira contundente, carregado de indignação, a partir de um fato já consumado, eles já foram esquecidos. Contudo, parece que esquecimento aqui não é entendido como um fato irreversível. Por isso, ainda faz sentido o desabafo. Foram esquecidos, mas ainda podem ser lembrados, podem ainda tornar-se visíveis.

Na segunda fala – *Não se esquece da gente...* –, o apelo é de outra ordem, a invisibilidade é sentida como ameaça real, mas ainda não se efetivou; expressa-se através de uma posição passiva manifestada por meio de humilde pedido, quase uma súplica. Como destaca Gonçalves Filho:

As expressões da angústia política podem variar: são lágrimas, a gagueira, o emudecimento, os olhos baixos ou que não param de piscar, o corpo endurecido, o corpo agitado, o protesto confuso, a ação violenta e até o crime. (2010, p. 15)

Além das falas citadas que remetiam ao esquecimento de forma explícita, houve ainda outros casos. Recordo-me de um terceiro episódio, ocorrido também em dos empreendimentos do bairro de Jundiapéba, em que a reação de um grupo de moradores, representantes eleitos do condomínio, foi diversa. A contradição, elemento característico da realidade, tal como apontado por Weil (1993), parece encontrar expressão também nessa situação.

Nesse conjunto, os moradores se recusaram a participar das ações promovidas pelo poder público municipal que visavam auxiliar de alguma forma a adaptação à nova moradia. Nas visitas que realizei fui recebido, em algumas ocasiões, de forma agressiva pela síndica e por outros moradores; entretanto,

consegui obter alguns esclarecimentos. Os representantes do condomínio afirmaram não ver sentido em participar das ações propostas naquele momento, uma vez que, quando solicitaram auxílio do poder público municipal, não foram atendidos. Receberam a orientação de que eles próprios deveriam se organizar a fim de encontrar soluções para os problemas relatados.

Tal condição autônoma de fato seria a mais satisfatória, um fim a ser atingido, contudo, como já mencionado, não existiam condições favoráveis para que ela se efetivasse. Impedidos durante todo o processo de opinarem a respeito do próprio destino, os moradores eram chamados tardiamente a participar do enfrentamento das novas dificuldades em um novo ambiente. A postura adotada nesse condomínio parece revelar a contradição apontada por Weil (1993): os moradores buscavam esquecer, antes que fossem definitivamente esquecidos. Desprezar o apoio externo, que havia sido negado em um primeiro momento, parecia ser uma precaução para que o esquecimento, o abandono não os ferisse novamente. Além disso, parecia sinalizar a reação a uma participação imposta.

Gonçalves Filho (1991) ressalta a oposição entre a participação real e a participação servil, artificial. Segundo o autor, a participação artificial é imposta pela força; já a participação real, natural, brota espontaneamente, sem a rigidez das manipulações. Acredito que, nesse último caso, é possível identificar um movimento de resistência por parte dos moradores à imposição de uma participação artificial.

5.2.1 A participação impedida e manutenção da nova moradia

Os problemas encontrados na nova moradia são inúmeros, mas não parecem novidade para aqueles que vivenciam a desigualdade desde sempre. A convivência com o tráfico, a falta de assistência médica, o limitado acesso a educação e o transporte ineficiente fazem parte do cotidiano dos cidadãos das classes subordinadas. Ser inserido no Programa Minha Casa Minha Vida não significa a superação de tais carências.

Embora possam diminuir, os problemas de segurança, saúde, educação e locomoção urbana permanecem ou, ao menos, não são automaticamente resolvidos

com a aquisição de uma casa própria. Talvez a principal diferença entre o modo psicológico e o modo político de lidar com tais problemas resida na experiência ou falta de experiência de enraizamento, pensando em Simone Weil (2001), a experiência ou falta de experiência de ação, pensando em Hannah Arendt (1996).

Infelizmente, pude constatar, nas inúmeras visitas que fiz em diferentes empreendimentos, quão comum é a prática da venda irregular dos imóveis do Programa. Tal prática suscita alguns questionamentos: quando os moradores se retiram do programa e voltam para formas anteriores de moradia e vizinhança passam a participar menos ou mais? Essa escolha seria reação aos contextos em que sua ação foi ignorada? Uma recuperação da posição ativa que não encontrava espaço para se expressar? Pode-se perguntar, ao menos: sejam bem-sucedidos ou não, a venda ou aluguel de um apartamento é anseio apenas financeiro ou traz motivação mais profunda?

Hannah Arendt (2014) designa a vida *ativa* a partir de três atividades humanas fundamentais: trabalho, obra e ação. Destaca a ação como sendo a única atividade humana que ocorre diretamente entre os homens, sem necessidade de qualquer mediação de coisas ou da matéria, corresponde à pluralidade da existência humana, o fato do homem não viver isoladamente no mundo. A ação se relaciona de maneira estreita com a condição humana da natalidade: “o novo começo inerente ao nascimento pode fazer-se sentir no mundo somente porque o recém-chegado possui a capacidade de iniciar algo novo, isto é, de agir” (ARENDT, 2014, p. 11).

A autora considera que é por meio da ação e do discurso que o homem se distingue entre seus pares, é pela palavra e o ato que nos inserimos no mundo humano, e essa inserção é como um novo nascimento.

Ao agir e ao falar, os homens mostram quem são, revelam ativamente suas identidades pessoais únicas, e assim fazem seu aparecimento no mundo humano, enquanto suas identidades físicas aparecem, sem qualquer atividade própria, na conformação singular do corpo e no som singular da voz (ARENDT, 2014, p. 222).

No entanto, o cidadão pobre geralmente tem sua ação e discurso roubados, ele é frequentemente impedido de falar, opinar, deliberar ou agir, tomar iniciativas. Em qualquer momento, sua voz ou ação podem ser censuradas, caso sejam

livremente praticadas (GONÇALVES FILHO, 2010). Ao analisar a dinâmica de implantação do Programa Minha Casa Minha Vida, pude facilmente identificar situações que remetem ao impedimento da ação e do discurso daqueles a quem o Programa se destina.

A ausência da participação ativa dos moradores durante todo o processo, os planos à sua revelia, as estratégias elaboradas à distância e depois transmitidas e a ausência do exercício de algum tipo de escolha são evidentes. Será o caso de relacionar essas questões ao que também foi se tornando gradualmente evidente para mim: não parece garantido para os moradores atendidos pelo Programa o sentimento de pertencimento ao novo local de morada.

No modelo atual de implantação do Minha Casa Minha Vida, os beneficiários não tomam parte na escolha da região ou bairro onde poderão vir a se instalar, laços de vizinhança não são respeitados e comumente a definição dos apartamentos é feita de forma aleatória. Consideramos que a implantação deste modelo verticalizado, autoritário, em que a ação dos moradores é subtraída, resulta em sentimentos de angústia, rebaixamento e mesmo de humilhação. O que parece surgir como expressão mais concreta e mais facilmente identificável desse processo é a insatisfação dos moradores com as condições a que autoritariamente foram submetidos. A inexistência de um espaço para discussão é um traço característico da administração burocrática, a qual evita quase completamente a “discussão pública de seus procedimentos, ainda que seja possível que se critiquem seus fins.” (MERTON, 1966, p. 99).

Testemunhei inúmeras manifestações em que os moradores afirmavam se sentirem mais satisfeitos na antiga moradia. Lembro-me de uma moradora que veio me procurar para saber o que deveria fazer para desistir do imóvel. Tentei entender o porquê e ela me respondeu:

– Aqui não tenho paz!

A inquietação dessa moradora referia-se, sobretudo, aos inúmeros problemas de relacionamento com a nova vizinhança. Ao escutá-la, pensei que a maioria dos beneficiários do Programa sequer se preocupa em devolver oficialmente o imóvel que não mais deseja: vende, aluga ou cede os apartamentos para terceiros. Outros

estudos evidenciam elementos que demonstram considerável percentual de moradores insatisfeitos com a nova moradia. Pesquisas realizadas em empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida, em Fortaleza (PEQUENO; ROSA, 2015), apontam que 20% dos moradores afirmaram preferir morar na residência anterior, enquanto 40% dos responsáveis pela moradia admitiram já ter pensado na possibilidade de mudar, alegando como principais motivos a distância, que dificulta o acesso a serviços básicos, e a falta de segurança. Já estudos feitos em empreendimentos do estado de São Paulo apresentaram um percentual ainda mais expressivo: 53% das famílias estudadas pensaram em buscar uma nova moradia (ROLNIK, et al., 2015).

Recordo-me da história de uma moradora que, segundo relatos da assistente social que acompanhava o empreendimento, vendeu seu apartamento porque havia recebido ameaças de morte de um grupo de traficantes que atuava no bairro. A moradora teria sido ameaçada após ser vista na janela de seu apartamento falando ao celular, o que foi interpretado pelos traficantes como possível denúncia do comércio de drogas. Esse relato expõe uma das possíveis motivações para a mudança relacionada com a falta de segurança, tema que será tratado de forma mais detalhada adiante.

De acordo com as normas do Programa Minha Casa Minha Vida, as famílias beneficiadas podem comercializar a moradia somente após dez anos, quando, tendo quitado todas as prestações, de fato adquirem a propriedade do imóvel. Porém, visitas a qualquer empreendimento podem facilmente servir para verificar o quanto é comum a prática de venda ou locação ilegal dos apartamentos.

Em particular, nos conjuntos habitacionais de Jundiapéba, havia um sofisticado esquema de venda, envolvendo falsificação de contratos da Caixa Econômica. Tal qual na Grande São Paulo, pesquisas identificaram a prática da venda ilegal de unidades habitacionais na região metropolitana do Rio de Janeiro (CARDOSO, MELLO, JAENISCH, 2015), na cidade de Recife (PEQUENO, ROSA, 2015) e região metropolitana de Belo Horizonte (NASCIMENTO et al., 2015).

Considerar apenas fatores econômicos na compreensão do fenômeno do comércio ilegal dos apartamentos do Minha Casa Minha Vida corresponde a uma simplificação do problema, o qual envolve motivações de ordem subjetiva e também

objetiva mais complexas. Evidentemente, os ganhos financeiros provenientes da venda do imóvel podem parecer sedutores aos beneficiários do programa. Por outro lado, dificuldades monetárias para a manutenção da moradia podem se configurar como motivações para deixar o imóvel, uma vez que o morador deve arcar não somente com o custo da prestação do imóvel, mas também com o pagamento de condomínio, água e luz – custos que muitos não estavam habituados a ter por viverem em situações irregulares.

No entanto, é necessário considerar que condicionantes de outra ordem devem interferir na manutenção, ou não, das famílias na nova moradia, tais como: falta de participação dos moradores durante todo o processo que define as condições e local onde serão instalados; e desrespeito aos laços formais (equipamentos de saúde, educação, local de trabalho) e informais (vínculos de amizade, familiares) consolidados na antiga moradia. Deve-se avaliar, de igual forma, a ausência de ações que permitiriam a construção de laços mais profundos entre os moradores de uma nova vizinhança. Já há pesquisas que corroboram algumas dessas considerações, apontando que, muitas vezes, os moradores do programa federal colocam seus imóveis à venda em decorrência da localização periférica dos condomínios e da distância dos vínculos sociais existentes na moradia anterior (PEQUENO; ROSA, 2015).

5.2.2 A moradia e os outros: burocracia e falta de raízes

Ouvi, em uma das visitas a um conjunto habitacional situado na região metropolitana de São Paulo, o desabafo de uma moradora que tentava entender porque havia sido selecionada para morar naquele conjunto, localizado do lado oposto da cidade onde estava situada sua moradia anterior. O seu descontentamento mostrou-se ainda maior ao contar que, pouco tempo depois de se mudar, outro conjunto habitacional havia sido inaugurado muito perto de sua antiga residência e, neste, parte de sua família foi selecionada para morar.

Considero o caso também emblemático de uma família que vivia na zona sul da capital paulista. Selecionada para morar em um empreendimento situado no

extremo da zona leste, a família buscava auxílio para a solução dos problemas de assistência médica e cuidados especiais exigidos por sua filha. Em atendimento no plantão social do empreendimento, ocasião em que os pais apresentaram os devidos laudos médicos, foi informado que a garota de quatorze anos sofria de ataxia espinocerebelar, patologia neurodegenerativa determinante de graves alterações motoras.

A adolescente não se movimentava, os músculos da fonação estavam comprometidos, assim como a movimentação dos olhos; seus pulmões haviam sido afetados por excessiva secreção e sendo necessária a realização de uma traqueostomia para possibilitar a passagem do ar. Como ela estava impossibilitada de deglutir, alimentava-se por meio de sonda.

Os pais haviam conseguido, na rede pública próxima a sua residência de origem, a assistência médico-hospitalar de que necessitava a garota, tal como fisioterapia respiratória, pediatria, nutricionista, oxigênio domiciliar e suporte de ambulância para transporte aos locais de tratamento. Quando selecionados para residir em bairro distante de sua atual moradia, expuseram a situação de sua filha e receberam a leviana informação de que todo o suporte necessário a ela estaria garantido, o que não aconteceu.

Sem contar com o atendimento necessário desde a mudança, o estado de saúde da garota agravou-se. Os pais expunham o temor de que, mantidas as condições, o quadro poderia piorar ainda mais e até levar a menina a óbito. Diante de tais circunstâncias, como condição para a vida da filha, solicitavam a transferência para empreendimento mais próximo do lugar em que ela antes recebia tratamento seguro e regular. Felizmente, após inúmeros pedidos, a troca foi realizada.

É importante observar que havia unidades habitacionais ainda não inauguradas na mesma região onde a família originalmente residia, e para as quais os futuros moradores ainda não haviam sido indicados. Difícil é justificar por que a família referida neste relato não fora, desde o início, indicada para residir nessas unidades. Ali havia sinais de enraizamento, ao menos quanto à rede de assistência à saúde.

Que atenção fica destinada às pessoas, quando passivamente inseridas no Programa Minha Casa Minha Vida? Quando tratadas como parte-objeto, e não parte-sujeito nesse processo? A impressão é a de que características que definem condições singulares ou pessoais das famílias, e que dependeriam de sua iniciativa e voz para serem notadas, acabam desaparecendo. Não se pode deixar de sentir esse desaparecimento como humilhação, desrespeito, desamparo, abandono: aqueles que deveriam contar no centro de um serviço público parecem apenas mais um item ou problema, a ser verificado e resolvido de maneira que o processo chegue ao seu final. Um processo impessoal de implementação do programa toma o lugar das pessoas mesmas; e um técnico social sentirá que presta serviços a um processo e não a cidadãos. Segundo Merton (1966), uma das características da estrutura burocrática é a ênfase dada ao caráter impessoal das relações, contribuindo para uma capacidade treinada do burocrata. Para o autor: “As particularidades dos casos individuais são, geralmente, ignoradas, já que os funcionários reduzem ao mínimo os contatos pessoais e recorrem à categorização” (1966, p. 106).

Os episódios citados ilustram como a impessoalidade da burocracia pôde imperar nas relações estabelecidas no Programa Minha Casa Minha Vida, transformando o morador, conseqüentemente, em parte-objeto do processo, e não em um ser dotado de necessidades e vontade, apto a participar ativamente de uma dinâmica que irá determinar onde ou ao lado de quem irá residir. Weber (1966) define a administração burocrática como sendo, fundamentalmente, o exercício da dominação baseado no saber. O autor considera que a principal fonte de superioridade do burocrata reside no conhecimento técnico, que se torna indispensável com o desenvolvimento da tecnologia moderna e dos meios econômicos de produção de bens.

Para Chauí (2007), a burocratização da sociedade contemporânea e o discurso competente são elementos que estão intimamente relacionados. Segundo a autora é na burocratização onde melhor se determina e se efetua o discurso competente. O discurso competente é o discurso autorizado, instituído. Neste, a linguagem sofre uma restrição, pois não são todos que têm o poder de dizer, a qualquer um, qualquer coisa, em qualquer lugar e circunstância. O discurso competente se confunde, portanto, com:

a linguagem institucionalmente permitida ou autorizada, isto é, com o discurso no qual os interlocutores já foram previamente reconhecidos como tendo o direito de falar e ouvir, no qual os lugares e as circunstâncias já foram predeterminados para que seja permitido falar e ouvir e, enfim, no qual o conteúdo e a forma já foram autorizados segundo os cânones da esfera de sua própria competência (CHAUI, 2007, p. 19).

Segundo Chauí (2007), o discurso competente se funda em um registro genérico dos homens, reduzindo-os à condição de objetos socioeconômicos e sociopolíticos, na medida em que aquilo que são, o que dizem ou fazem não tem qualquer dependência da sua iniciativa enquanto sujeitos, mas sim do conhecimento que a organização julga ter a respeito deles. A partir do fenômeno da burocratização e da organização, a ideologia se converte em um discurso anônimo e impessoal, torna-se neutro da cientificidade ou do conhecimento. Para que o discurso competente tenha prestígio e seja eficiente, é necessária a “afirmação tácita e aceitação tácita da incompetência dos homens enquanto *sujeitos* sociais e políticos” (CHAUI, 2007, p. 23).

Tais considerações auxiliam o aprofundamento nas reflexões acerca da dinâmica do Programa Minha Casa Minha Vida. Essa dinâmica, legitimada a partir de um discurso competente, alija dos processos de escolha aqueles que deveriam ocupar lugar central. Pois é operacionalizada, sobretudo, por técnicos burocratas, cujo trabalho se baseia em um pretense saber a respeito dos moradores. Esses sujeitos não são reconhecidos como cidadãos aptos a opinarem e decidirem a respeito de seu próprio destino, mas parte-objeto do processo, subordinados à organização detentora de um suposto saber sobre sua condição, e que não reconhece o conhecimento que eles detêm sobre sua própria realidade. Nessa perspectiva, o Programa poderá até prover com relativo sucesso a necessidade de moradia, em seu sentido mais concreto; contudo, em muitos casos, será incapaz de satisfazer necessidades mais profundas do ser humano, necessidades da alma, se empregarmos a terminologia de Simone Weil (2001).

Tive a oportunidade de conversar com uma futura moradora do empreendimento localizado no município de Embu das Artes, na região metropolitana de São Paulo. Fui por ela recebido em sua antiga casa na periferia da

cidade, a qual se chegava com alguma dificuldade, sendo necessário descer e subir vielas íngremes com degraus improvisados. A casa era muito simples, mas zelosamente arrumada. A nossa breve conversa ocorreu no dia que antecedia o evento no qual se ela receberia as chaves do novo apartamento.

A moradora estava satisfeita. Contudo, o que mais me marcou foi sentir a emoção com que falava da casa que habitava; o trabalho e o empenho que permitiram que ela, vagarosamente, fosse ampliando e melhorando aquele espaço. Apesar das precárias condições em que vivia – a área em que estava localizada era frequentemente atingida por inundações –, era com lágrimas nos olhos que falava em deixar a casa que foi sua morada por anos. Esse tipo de vínculo dificilmente será alcançado na sua nova residência, pois remete a uma participação real e efetiva na construção do espaço que transformou em lar, se relaciona com as múltiplas raízes de que o ser humano necessita, verdadeiros alimentos para a alma.

Simone Weil (2001) fala a respeito das necessidades humanas que não se relacionam com a vida física, mas sim com as necessidades da alma, as quais, quando não satisfeitas, fazem o homem, pouco a pouco, cair em um estado análogo à morte, um estado vegetativo. Considera o enraizamento como a necessidade mais importante, mais desconhecida da alma humana, e uma das mais difíceis de definir. Para a autora, o ser humano traz em si uma raiz por sua participação real, ativa e natural em uma coletividade, capaz de conservar tesouros do passado e pressentimentos para o futuro.

Participação natural, ou seja, ocasionada automaticamente do lugar, nascimento, profissão, meio. Cada ser humano precisa de múltiplas raízes. Precisa receber a quase totalidade de sua vida moral, intelectual, espiritual, por intermédio dos meios dos quais faz parte naturalmente (2001, p. 43).

Consideramos não haver, no Programa Minha Casa Minha Vida, condições que contribuam para preservar essas múltiplas raízes do ser humano – ou para a criação de novas. Para a superação dessa capital deficiência é necessário construir o entendimento de que uma satisfatória solução habitacional deve contemplar outras necessidades que vão além das condições materiais. Necessidades humanas mais profundas, que transcendem a concretude dos edifícios; necessidades da alma, tal qual aponta Weil. Gonçalves Filho (1995) põe destaque sobre o fundamento

imaterial da moradia e considera que uma casa só mantém suas virtudes profundas enquanto não se desprende de sua vizinhança.

A casa carrega o desejo de sedimentar a companhia dos outros, o que não é possível. A companhia dos outros não sedimenta jamais, precisa ser sempre retomada, pede sempre o seu vivo exercício. Não é possível reservar à casa um poder que depende da cidade, depende da vida política: a casa é um meio para a companhia dos outros, meio precário quando despojado de cidade (GONÇALVES FILHO, 1995, p. 93).

A moradia realiza de forma empírica o acolhimento pelo outro e para o outro; é a encarnação do sentimento de acolhimento, é seu alicerce material. A moradia é também resultado da vizinhança; contudo, sob reificação ou violência, pode ser sentida como falta de vizinhança (GONÇALVES FILHO, 1995). O autor enfatiza a importância das relações de vizinhança na construção subjetiva do significado da moradia, perspectiva interessante para pensar nas inúmeras dificuldades encontradas na operacionalização do Programa Minha Casa Minha Vida.

5.3 Laços comunitários e estigma

– Não me misturo com essa gente!

Recordo-me de um discurso que, por ouvir repetidamente, passou a chamar minha atenção. Situação que ficou mais evidente no conjunto de empreendimentos do bairro de Jundiapéba, em Mogi das Cruzes. Ali era muito comum receber dos moradores a sugestão de que deveria ser criada uma subdivisão dentro da faixa I do Programa. A faixa I atende as famílias economicamente mais vulneráveis, priorizando obrigatoriamente, entre outros critérios, as que vivem em área de risco. A proposta dada pelos moradores implicaria em uma nova divisão dentro dessa faixa, isolando aqueles que são ainda mais estigmatizados:

– Não deviam colocar essas pessoas que moravam em áreas invadidas, beira de córregos, para morar junto da gente! Disse-me uma moradora.

Muitas vezes, os problemas de convivência, distúrbios dentro dos prédios, eram rapidamente atribuídos aos moradores das áreas classificadas como de risco: locais sujeitos a alagamentos, desmoronamentos e geralmente desprovidos de estrutura e serviços básicos. Certa vez, ouvi da síndica de um dos empreendimentos a seguinte afirmação:

– Essas pessoas que vieram da beira do córrego, de terrenos invadidos... Não pagavam água, luz... não sabem morar aqui!

Recordo-me de uma situação mais extrema: o caso um morador, catador de papelão, que quase foi agredido pelos vizinhos. As ameaças de violência foram motivadas pela suspeita de que ele abusava sexualmente de sua cachorra. Tal boato, que se espalhou rapidamente, surgiu porque o animal chorava frequentemente à noite, e também porque o morador apresentava comportamento considerado “estranho” pelos vizinhos. Foi necessária uma atuação mais incisiva da equipe social no empreendimento, para evitar qualquer agressão física. O animal foi levado para receber os cuidados necessários e os ânimos só se acalmaram quando os moradores foram informados de que não havia nenhum sinal de violência contra ele.

Pelas experiências que tive, pude constatar que no Programa Minha Casa Minha Vida a percepção dos moradores a respeito dos vizinhos é quase sempre negativa. Os vizinhos são uma presença estorvante, quando não nociva e ameaçadora. É também comum e explícito o descontentamento e o desejo de segregar os economicamente muito vulneráveis, sobretudo os que vieram de áreas de risco. A hostilidade entre vizinhos diminuiria caso fossem todos chamados à efetiva participação no Programa? A real organização comunitária contribuiria para mais simpatia e maior solidariedade entre vizinhos?

Tive a oportunidade de estabelecer um breve diálogo com uma adolescente, moradora de um dos conjuntos do Jundiapéba. Penso que suas afirmações podem contribuir para elucidar questões referentes à percepção construída pelos moradores a respeito da sua vizinhança. Ao me identificar como psicólogo, obtive eloquente e espontânea resposta:

– Que bom! Eu preciso muito conversar com um psicólogo. Na verdade, eu

precisava ter umas dez conversas com um psicólogo!

Perguntei por qual motivo acreditava ter que conversar tanto assim com um psicólogo e sua resposta foi: Sou muito problemática! Interroguei-a novamente, enquanto continha o riso, por qual motivo se considerava problemática e ela procurou me elucidar, dizendo que era muito nervosa, e completou:

– Na verdade, todo mundo aqui é problemático!

Outra adolescente se aproximou, inicialmente rindo das respostas da amiga, mas concordou que todos ali precisavam conversar com psicólogos. Em seguida, contou sobre sua participação nas atividades do trabalho social, em especial nas ações socioambientais:

– Sou uma agente ambiental mirim! Disse-me com empolgação. Diante do engajamento da amiga, arrisquei perguntar à “problemática” adolescente se ela também participava de alguma atividade e ela prontamente respondeu:

– Não! Não me misturo com essa gente.

Essas percepções negativas a respeito daqueles com quem obrigatoriamente dividem o espaço são bastante comuns entre os moradores, variando o modo mais ou menos incisivo como se manifestam. Os vizinhos são sentidos frequentemente como estranhos, bem mais do que propriamente como vizinhos. Na realidade, muitas vezes, são características negativas, estigmatizadoras, as utilizadas pelos moradores das unidades habitacionais para definir a vizinhança como um conjunto de pessoas “problemáticas”, com quem não se deve “misturar”. Dessa forma, constroem uma concepção negativa e estereotipada a respeito do grupo de moradores do qual também fazem parte. Os estigmas parecem também influenciar na construção da concepção genérica e pejorativa dos agentes externos sobre os moradores, como já destacado anteriormente. Lembremo-nos da afirmação do operário: *Para quem saiu da beira do córrego isso aqui está muito bom!*

Essas considerações parecem encontrar respaldo nas pesquisas realizadas em conjuntos do Programa Minha Casa Minha Vida da região metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Os pesquisadores (NASCIMENTO et al., 2015) destacam eventuais distorções relacionadas com critérios nacionais que devem ser utilizados

para priorização das famílias selecionadas, sendo esses: famílias residentes em área de risco, regiões insalubres, ou que tenham sido removidas; unidades familiares que tenham mulheres como responsáveis e famílias que tenham entre seus integrantes pessoas com necessidades especiais.

As prioridades, ainda que necessárias, carregam em si fortes estigmas alicerçados pela visão de que os condomínios do PMCMV são lugares de “pobres”, “favelados”, “velhos”, “deficientes” e “mulheres solteiras”. Tais estigmas compõem na vivência do espaço externo (do restante da cidade em relação aos conjuntos) e do espaço interno (entre os próprios moradores) em todos os empreendimentos visitados na RMBH. (NASCIMENTO, et al., 2015, p. 203)

O que deveria ser observado e promovido para que um grupo de famílias possa formar-se como uma vizinhança? O que contribui para que de fato os vizinhos construam laços que edifiquem um relacionamento que seja colaborativo e acolhedor? Poderiam ser considerados, os moradores do Programa Minha Casa Minha Vida de um mesmo empreendimento, como membros de uma mesma comunidade? Bauman (2003) distingue dois tipos de comunidades. Uma delas se configura como comunidade estética ou cabide, caracterizada pela natureza superficial e transitória dos laços que surgem entre os seus participantes. Nessas comunidades, há entendimento tácito de que esses laços podem ser desfeitos, e sua dissolução não parece trazer inconveniência ou gerar temores. A comunidade estética não produz em seus membros uma rede de responsabilidades éticas e, conseqüentemente, compromissos de longo prazo. Os vínculos estabelecidos são insólitos, sem conseqüências, tendem a evaporar-se.

Em quase tudo oposta à comunidade estética, a comunidade ética é erigida a partir de compromissos de longo prazo, direitos inalienáveis e obrigações mútuas inabaláveis. Seus compromissos assumem o tipo do compartilhamento fraterno e reafirmam o direito de todos e cada pessoa a um seguro comunitário contra erros e desventuras grupais e individuais. As pessoas vislumbram na comunidade ética a garantia de certeza, segurança e proteção, três das qualidades que lhes fazem falta cotidianamente e não podem alcançar de forma isolada (BAUMAN, 2003).

As dinâmicas estabelecidas na implantação do Minha Casa Minha Vida

parecem inviabilizar ou, ao menos, reduzir as condições necessárias para a formação e consolidação de uma comunidade ética. A posição passiva dos moradores na formação dos conjuntos habitacionais e a percepção negativa construída a respeito do grupo de vizinhança e convivência pública são traços demasiadamente profundos dessas dinâmicas, capazes de impedir uma relação fraterna voltada para a preservação de direitos comuns.

Só é possível a construção de laços comunitários se houver processo de identificação entre os participantes de um mesmo grupo, processo este que permita a formação de uma identidade coletiva. Freud (1921) considera que a identificação é o laço emocional mais primitivo que se estabelece com outra pessoa. Para o autor, o laço que une os membros de um grupo nasce de uma percepção de uma qualidade comum partilhada. “Quanto mais significativo esse algo em comum, mais bem-sucedida deverá ser essa identificação parcial, correspondendo assim ao início de uma nova ligação” (FREUD, 1921, p. 65).

Entre os moradores de um mesmo conjunto do Programa Minha Casa Minha Vida há elementos significativos compartilhados, contudo eles são, sobretudo, negativos. Estão principalmente relacionados aos estigmas da pobreza, marcas indelévels da humilhação social. Lembremo-nos as afirmações da jovem que se considerava problemática, assim como todos os seus vizinhos. Na verdade, de sua fala subentendia-se que seus vizinhos eram ainda mais problemáticos que ela, gente com quem não deve se “misturar”.

Compartilhar o estigma e a humilhação pública não faz irmãos os sofredores; antes alimenta o escárnio, o desprezo e o ódio. Uma pessoa estigmatizada pode gostar ou não de outra portadora do estigma, os indivíduos estigmatizados podem viver em paz ou em guerra entre si — mas algo que provavelmente não acontecerá é que desenvolvam respeito mútuo. “Os outros como eu” significa os outros tão indignos como eu tenho repetidamente afirmado e mostrado ser; “parecer mais com eles” significa ser mais indigno do que já sou (BAUMAN, 2003, p. 110).

Há grupos que comungam o sofrimento político e econômico, o rebaixamento social e moral, mas este destino comum não é suficiente para formar uma comunidade consciente, voltada para a resistência, cultura, alegria e iniciativa. “A comunidade (...) de destino não aparece como uma comunidade exterior, uma

comunidade que é de fora percebida por suas marcas gerais mais sensíveis: somos todos pobres, somos todos negros” (GONÇALVES FILHO, 2005, p. 5). A comunidade se consolida apenas quando é de dentro percebida por aqueles que dela fazem parte, que a tomam para si, assumindo um destino comum não como uma fatalidade, mas direcionando-se para a ação.

Consideramos, no entanto, que seria prematuro fazer qualquer afirmação categórica a respeito dessa complexa temática. As relações que se estabelecem entre os moradores do Programa Minha Casa Minha Vida são assunto que necessita ser melhor estudado e compreendido. Apenas levanto aqui alguns elementos que devem ser aprofundados. É importante também destacar que a falta de condições para o estabelecimento de uma comunidade fraterna, voltada para a ação, não se restringe ao cenário do Programa, mas estende-se à sociedade como um todo. Segundo Bauman: “nenhum agregado de seres humanos é sentido como ‘comunidade’ a menos que seja ‘bem tecido’ de biografias compartilhadas ao longo de uma história duradoura e uma expectativa ainda mais longa de interação frequente e intensa” (2003, p. 48). Vivemos em tempos que carecem desse tipo de experiência. Essa falta pode ser referida como decadência, desaparecimento ou eclipse da comunidade.

5.3.1 A falta de segurança: a violência e o riso

Freud (1930) afirma que o homem civilizado abriu mão de parte de sua felicidade em troca de um pouco de segurança. Para o criador da psicanálise, a perda da felicidade está associada à limitada liberdade que o homem civilizado goza. No entanto, no Programa Minha Casa Minha Vida, não parece haver ganho de segurança. Por outro lado, retomando Arendt (2014), para quem ser livre e agir são uma mesma coisa, nos parece que, no Programa, a perda, muitas vezes, pode ser dupla. A liberdade de agir, participar ou escolher é subtraída, sem dar lugar ao ganho de segurança. Há, na realidade, a manutenção de um sentimento de ameaça constante, sobretudo de violência.

Pesquisa realizada na baixa santista (RUFINO, 2015) aponta que a questão

da violência aparece como um dos problemas mais graves dos conjuntos habitacionais do Programa, segundo os próprios moradores. Estudos realizados em Fortaleza (PEQUENO, ROSA, 2015) também destacaram a violência, fora e dentro do empreendimento, como queixa recorrente dos moradores. “Síndicos ameaçados, imóveis entregues em face da dívida com o tráfico, abandono de imóveis e até homicídios foram relatados nas entrevistas” (PEQUENO, ROSA, 2015, p. 154). Nascimento (2015), a partir de pesquisa realizada na região metropolitana de Belo Horizonte e Paz (2015), na cidade de Osasco, apontam a ambiguidade existente entre a satisfação da realização do sonho da casa própria e a insegurança – provocada por conflitos internos e disputas pelo tráfico de drogas nas áreas onde os empreendimentos estão inseridos. Segundo Paz (2015), 68% dos moradores do conjunto residencial Flor de Jasmim, em Osasco, consideravam a nova moradia mais violenta que a anterior. A violência era ali identificada principalmente pela convivência com: tráfico, vizinhos e polícia.

Pesquisas realizadas em sete empreendimentos no estado de São Paulo (Rolnik et al., 2015) identificaram conjuntos dominados por grupos ligados ao tráfico de drogas e ou milícias. Esse domínio é exercido tanto territorialmente, por meio do controle de espaços coletivos, quanto administrativamente, por meio da atuação de síndicos impostos e controlados pelos grupos. Os síndicos chegam mesmo a determinar que moradores abandonem seus imóveis para que outras famílias, indicadas pelos grupos, os ocupem. Apesar do perceptível receio de tratar sobre o tema, originado pelo medo de represálias, 45,8% dos moradores consideraram o conjunto mais violento e ou perigoso do que a moradia anterior.

Não presenciei situações extremas, como as apontadas por Rolnik (2015), nos empreendimentos que em estive. Contudo, em diversos conjuntos, o sentimento de insegurança, alimentado por ameaças tanto internas quanto externas, parecia ser algo constante.

Recordo-me da moradora de um conjunto, localizado na região metropolitana de São Paulo⁴, que buscava auxílio junto à assistente social da prefeitura. Relatava, aos prantos e trêmula, que só não havia sido agredida pela vizinha porque seu

⁴ Optei por não identificar o nome e localização desse empreendimento para preservar a identidade de alguns personagens que serão citados a seguir.

marido conseguiu protegê-la, colocando-se a sua frente no momento da tentativa de agressão. Contou que começou a receber ameaças da vizinha após um desentendimento entre as filhas delas, ambas adolescentes que estudavam na mesma escola. A vizinha passou, então, a acusar a outra de espalhar *fofocas* ao seu respeito. Muito assustada, a vítima dizia que, agora, mal saía de casa com medo de encontrar a vizinha, repetia que nunca falou mal desta e que não havia alternativa a não ser mudar para outro lugar.

Sobre esse mesmo empreendimento, a assistente social da prefeitura me contou que um desentendimento em uma simples reunião de condomínio evoluiu para confronto físico que necessitou da intervenção da polícia. Ela afirmou não saber exatamente como a situação ganhou tais proporções. O que se iniciou com ofensas entre dois moradores acabou transformando-se em luta corporal, que envolveu arremesso de cadeiras, ameaças de morte e confronto generalizado.

Relatos de violência eram também comuns no conjunto vizinho ao empreendimento citado acima – eram separados apenas por uma cerca. Em uma das minhas visitas ao empreendimento, o porteiro me mostrou uma janela quebrada por conta de um morador que espancara a esposa, batendo a cabeça desta contra o vidro e partindo-o. Em outra ocasião, a síndica, Janete, mostrou-me um grande corte com vários pontos na cabeça e tranquilamente disse que havia sido consequência de um desentendimento com o marido. Um pouco antes de me encontrar com Janete, vizinhos já haviam me contado sobre essas agressões e também me disseram que as brigas entre o casal eram comuns. Contaram-me, que na última briga, foi Janete quem atingiu o marido na cabeça, com um pedaço de madeira. Um dos moradores, um senhor com quem eu frequentemente conversava, afirmou:

– Dessa vez ele deu o troco!

Nesse mesmo conjunto, também já tinha ouvido diversos relatos a respeito da violência policial, incluindo episódio em que alguns moradores foram agredidos dentro do empreendimento. Os policiais invadiram o conjunto alegando estarem perseguindo um suspeito. Os moradores também eram obrigados a conviver com o extensivo tráfico de drogas no entorno; e, durante um período, até mesmo dentro do empreendimento.

Nesse mesmo conjunto habitacional, conheci o Seu Luizinho, personagem

que desde os primeiros contatos despertou minha simpatia. Seu Luizinho tinha setenta e seis anos, era alto e magro, complexão frágil, cabelos grisalhos e ralos, compensados por um volumoso bigode que se destacava em suas esguias feições. Não costumava se queixar de problemas no empreendimento, para ele tudo estava bom, só sentia falta de mais espaço. Morou durante muitos anos em uma chácara, onde pôde cultivar uma pequena plantação. Vivia somente com sua esposa, a simpática dona Amélia, com quem era casado havia cinquenta e um anos. Seu Luizinho havia sido motorista de ônibus e caminhão. Geralmente, quando eu visitava o conjunto, encontrava-o nas áreas comuns do condomínio, especialmente em uma mesa em que frequentemente alguns moradores jogavam dominó.

Para mim, foi marcante um dos relatos de Seu Luizinho, contado em uma de nossas primeiras conversas. Ele havia sido ameaçado por um homem, que tentou roubá-lo, na portaria de seu prédio. Minha memória falha ao tentar recordar as exatas palavras usadas por ele ao narrar o episódio. Recordo-me da sua resposta ao homem, pronunciada em tom desafiador, enquanto buscava a faca que carregava na cintura:

– Eu já só velho e não tenho nada a perder... Você é novo e bonito, mas se quiser tentar a sorte eu te abro de cima a baixo.

Ouviu como resposta apenas:

– Você é folgado velho...

Ainda assim, Seu Luizinho pôde passar sem ser molestado.

A cena narrada era intensa e dramática, e Seu Luizinho se expressava com desenvoltura, de maneira quase teatral, carregado de trejeitos e com ares de valentia. Ao final da história eu apenas disse: *Não faça isso Seu Luizinho, é perigoso...* E, ainda olhando para ele, não consegui segurar o riso. Ele também não. Rimos juntos.

O riso não foi despertado porque a cena fosse fantasiosa. Eu conhecia bem o histórico daquele empreendimento, sabia que toda a situação era bem provável. Contudo, o conteúdo do evento tornava-se secundário, eclipsado pelo desempenho do contador. Ele parecia representar um personagem de si mesmo – acredito que

por isso rimos. Como afirma Bergson: “Rimos então de um rosto que é por si mesmo, por assim dizer, a sua própria caricatura” (1983, p. 17).

Não arrisco dizer o quanto de real havia no caso narrado. Diante de Seu Luizinho, pensei apenas o quanto deveria ser difícil para um casal idoso viver em um ambiente muitas vezes hostil e violento. Ao revisitar essas memórias, considero que a máscara utilizada por ele ao narrar aquela história deveria ser muitas vezes útil instrumento para enfrentar um cenário adverso.

O sentimento de insegurança dos moradores do Programa Minha Casa Minha Vida poderia ser minimizado caso existissem condições favoráveis para a construção de uma comunidade de destino, ou ética, tal como nomeada por Bauman. Como já afirmamos, a ameaça é externa, mas também interna. O estabelecimento de relações mais fraternas poderia enfraquecer ou mesmo anular as ameaças internas e auxiliar no enfrentamento das ameaças externas.

É evidente que o problema de segurança pública não será superado somente com a implementação de um programa de habitação. Certamente, muitos dos problemas a serem enfrentados em novos conjuntos habitacionais já se faziam presentes no local de origem dos moradores. No entanto, ter que enfrentar situações de violência como “beneficiário” de um programa habitacional pode restringir os instrumentos que o morador dispõe para enfrentar situações adversas. Certamente, individualmente, algumas pessoas terão mais recursos superá-las, como me parece o caso do Seu Luizinho.

É necessário lembrar, porém, que uma organização coletiva consistente se configura elemento determinante para enfrentar situações de insegurança, assim como a presença de vínculos mais profundos, relações consolidadas, raízes existentes no local de moradia. Nesse sentido, os moradores do Minha Casa Minha Vida parecem vivenciar uma situação de maior fragilidade, uma vez que a dinâmica de implementação do programa federal, muitas vezes, desenraíza seus “beneficiários”, rompendo antigos laços. Além disso, o Programa não parece ser capaz de oferecer condições favoráveis para a construção de novas e consistentes ligações entre os moradores.

Dessa forma, os problemas que os moradores precisam superar não são

novos, mas eles se encontram em uma posição mais vulnerável, consequência dos desenraizamento a que foram submetidos. No estudo realizado no Residencial Flor de Jasmim, em Santo André, Paz (2015) destaca que as famílias já tinham que conviver com o comércio e tráfico de drogas nas áreas em que originalmente residiam. Porém, a mudança para um novo espaço pauta novas disputas territoriais, desorganiza diversos grupos, organizam-se novas regras e arranjos de convivência.

Na favela, os moradores conhecem as “biqueiras”, os pontos de venda e consumo, a regra de silêncio, como diz uma moradora: “[...] problema de droga, em todo canto tem e não adianta a gente se preocupar... é ruim, é, mas não é o maior problema... porque não é a gente que está usando [...]”. A nova moradia e as áreas internas do condomínio são o território de convívio e de disputa de poder pelas diversas forças atuantes (PAZ, et al., 2015, p. 277).

5.3.2 Relações autoritárias

Como já assinalado, entendemos que a dinâmica de funcionamento do Minha Casa Minha Vida carrega a influência de um modelo de gestão gerencial, cuja implementação baseia-se em uma dinâmica autoritária que inibe a participação popular. Como reflexo desse modelo verticalizado, percebemos a reprodução de práticas autoritárias também nas relações entre os moradores. Rolnik (2015) destaca como a forma de organização condominial, geralmente estabelecida nos conjuntos do Programa, impõe uma nova forma de sociabilidade, com regras e gestão coletivas, não familiares para a maior parte dos moradores. A autora constatou que diversos conflitos decorrem dessa configuração, desde questões cotidianas do viver em condomínio, como brigas motivadas por barulho ou proibição de animais domésticos, até situações mais graves, como “casos em que a figura do síndico torna-se ‘superpoderosa’ e passa a intervir autoritariamente na organização do condomínio e na vida de seus moradores” (ROLNIK, et al., 2015, p. 404).

No conjunto habitacional em que reside Seu Luizinho, por exemplo, a síndica se tornou essa figura “superpoderosa” apontada por Rolnik (2015). Janete, pouco tempo depois de assumir o cargo, passou a atuar de forma autoritária e a adotar comportamento violento. Esse conjunto habitacional, como já mencionado, convivía com extensivo tráfico de drogas no seu entorno. Contudo, a situação se tornou mais

crítica quando traficantes passaram a atuar também dentro do empreendimento. Segundo relatos dos moradores e da técnica social, responsável por acompanhar o empreendimento, esse problema só foi contornado quando Janete assumiu a função de síndica, logo após a desistência do seu antecessor. Com uma atuação enérgica e o suporte do marido, do porteiro e de um segurança, ambos contratados por ela, Janete conseguiu impedir o narcotráfico dentro do condomínio.

Contudo, o comportamento da síndica, inicialmente elogiado, passou a ser criticado e até mesmo temido. A técnica social, funcionária da prefeitura, queixou-se de que Janete se negava a receber auxílio da equipe do trabalho social, mostrando especial contrariedade a respeito de qualquer acompanhamento das contas do condomínio. Janete também começou a inibir a participação dos demais integrantes do corpo diretivo, representantes eleitos pelos moradores para acompanhar a gestão do empreendimento. A síndica passou, ainda, a centralizar todas as decisões administrativas do condomínio e a circular no empreendimento com uma arma de choque, algumas vezes ameaçando ou intimidando moradores.

Aparentemente, minha presença, ou a da técnica social da prefeitura, eram sentidas como potenciais ameaças para Janete. Em certa ocasião, a síndica se aproximou, enquanto eu conversava informalmente com a técnica social no salão de festas do condomínio, e manifestou surpresa por não ter sido informada da “reunião”. Mesmo após esclarecermos não se tratar de nenhuma reunião, ela reagiu com a frase: *Tenho que ser avisada de tudo que ocorre aqui*. Em outras situações, assim que eu chegava ao empreendimento, o porteiro a informava da minha presença e ela quase sempre me procurava, buscando destacar as dificuldades do seu trabalho, do quanto se esforçava para administrar o condomínio e como estava cansada. Suas falas pareciam querer justificar de alguma forma eventuais reclamações sobre seu comportamento.

Apesar da postura autoritária e centralizadora da síndica, ao menos em relação aos aspectos mais visíveis, como o estado de conservação e limpeza do condomínio, sua atuação era satisfatória. Assim como o problema de tráfico dentro do empreendimento havia realmente sido contornado. Os moradores, geralmente, não apresentavam críticas mais contundentes em relação à postura de Janete, apenas tímidas observações e desconfianças quanto à gestão financeira do

condomínio. Quase sempre, todavia, eram reclamações veladas, que pareciam refletir o receio de despertar algum tipo de retaliação por parte da síndica.

No empreendimento em questão, não havia um grupo de moradores organizados que pudessem se contrapor de alguma forma a uma figura que autoritariamente exercesse a função de síndico. Era possível ali identificar a reprodução, em escala local, das relações autoritárias e pouco participativas institucionalmente, estabelecidas no Programa Minha Casa Minha Vida. Acredito que também se possa considerar este caso como exemplo das consequências da falta de laços comunitários consolidados. Mais uma vez é sentida aqui a falta de condições que permitiriam o alicerçamento de um grupo voltado para a ação, um grupo de cooperação que pudesse auxiliar na busca e implementação de soluções coletivas; um grupo que assumisse um destino comum não como uma fatalidade, mas direcionado à ação que tenha por objetivo alcançar o bem e a segurança dos seus integrantes.

5.3.3 Servidão Voluntária?

Com o passar do tempo, o comportamento de Janete se tornou ainda mais autoritário e violento. As ameaças aos moradores tornaram-se mais frequentes e, em algumas situações, ela chegou a agredi-los fisicamente. Até mesmo a assistente social da prefeitura mostrava receio de continuar trabalhando no empreendimento, pois também já havia sido ameaçada. Janete andava pelo empreendimento com arma de choque e spray de pimenta, que alegava servirem para garantir sua segurança.

Segundo relatos de alguns moradores, Janete referia-se ao condomínio como seu *reino*, e afirmava que ninguém tiraria seu lugar. Curiosa e reveladora analogia, realmente Janete se comportava como um rei tirano. La Boétie (1576), no clássico texto “Discurso da Servidão Voluntária”, aponta que não é necessário combater ou derrubar um tirano, pois ele se destrói sozinho se o povo não consentir com sua servidão:

Sede resoluto em não querer servir mais e sereis livres. Não vos peço que o enfrenteis ou o abaleis, mas somente que não o sustenteis mais, e o vereis, como grande colosso do qual se retirou a

base, despencar e despedaçar-se debaixo do próprio peso (BOÉTIE, 1576, p. 39).

Segundo La Boétie (1576), a submissão pode se tornar hábito tão arraigado que a liberdade é esquecida. Contudo, em tal situação não se perde somente a liberdade, mas se ganha a servidão. Para o filósofo, “o hábito, que exerce em todas as coisas um poder irresistível sobre nós, não tem em lugar nenhum força tão grande quanto a de nos ensinar a servir” (1576, p. 45). Tal conjectura me fez recordar uma tocante passagem do diário de fábrica de Simone Weil (1996), que ilustra de forma visceral a naturalização da servidão:

Saindo do dentista (terça de manhã eu acho, ou talvez quinta de manhã) e subindo no ônibus, reação estranha. Como eu, a escrava, posso entrar neste ônibus, usá-lo graças a meus 12 centavos como qualquer um? Que favor extraordinário! Se me obrigassem brutalmente a descer dele dizendo que meios de locomoção tão cômodos não são para mim, que eu só devo andar a pé, acho que me pareceria natural. A escravidão me fez perder totalmente o sentimento de ter direitos. (Weil, 1576, p. 105).

O hábito da servidão nas classes pobres foi talhado ao longo dos séculos. No Brasil, os golpes de espoliação e servidão que recaíram sobre os ombros dos nativos e africanos hoje sobre os subassalariados, desempregados e um extenso grupo de marginalizados (GONÇALVES FILHO, 2010). Segundo Alfredo Bosi (1992), a ideologia dominante durante a construção do Brasil como Estado independente remete a um ideário conservador que objetivava garantir, por meio de normas jurídico-políticas, a propriedade fundiária e escrava até o limite possível. Como destaca Darcy Ribeiro (2015), a estratificação social gerada historicamente possui como um dos traços característicos “a racionalidade resultante de sua montagem como negócio que uns privilegia e enobrece, fazendo-os donos da vida, e aos demais subjuga e degrada, como objeto de enriquecimento alheio” (2015, p. 160).

Segundo o sociólogo (2015), essa corrupção senhorial se relaciona com a deterioração da dignidade pessoal das camadas mais humildes que, acostumadas aos grilhões da servidão, estão predispostas a assumir atitudes de subserviência. Tal consideração coaduna-se com a posição adotada por La Boétie:

Os homens nascidos sob o jugo, depois alimentados e educados na servidão, sem olhar mais à frente, contentam-se em viver como nasceram e não pensam que têm outros bens e outros direitos a não ser os que encontraram. Chegam finalmente a persuadir-se que a condição de seu nascimento é natural (BOÉTIE, 1576, p. 45).

Dessa forma, constrói-se a percepção de não se ter direito de ter direitos, um dos sentimentos dos humilhados destacado por Gonçalves Filho (2010).

Recordo-me do breve diálogo que tive com um jovem casal, ocorrido um dia antes de receber as chaves do seu novo apartamento, localizado no município de Guarulhos. Quando perguntei a respeito da expectativa quanto à nova moradia, inicialmente o marido foi reticente, mas acabou expressando certo receio com a mudança. Sabia que o bairro onde se localizava a nova moradia era frequentemente atingido por enchentes, com clareza e simplicidade falava da responsabilidade do poder público em resolver tais questões. Contudo, foi imediatamente admoestado pela esposa, da mesma forma que se censura uma criança que envergonha os pais ao se mostrar mal-agradecida com o presente que recebe. Lembremo-nos mais uma vez da afirmação do operário: *Para quem saiu da beira do córrego isso aqui está muito bom!* O mesmo sentido dessa sentença encontrava eco na reprimenda da esposa: *Mas você também quer o quê? Uma mansão?* O marido se calou, não sei se resignado, mas certamente ferido no direito de reivindicar seus direitos.

No conjunto habitacional onde “reinava” Janete, aos moradores parecia não existirem direitos, mas apenas o dever de servir. Os limites do comportamento déspota adotado pela síndica pareciam atingir novos patamares a cada dia, relatos de ameaças e agressões eram cada vez mais frequentes. Estava acompanhado de Larissa, uma das assistentes sociais da prefeitura, na última vez em que tentei conversar com Janete. Realmente foi uma tentativa, pois o que ocorreu foi praticamente um monólogo. Janete mal nos deixou falar e, como de costume, ressaltava todo o seu trabalho no empreendimento, e como estava cansada e necessitava de ajuda. Dispusemo-nos a auxiliá-la e sugerimos que ele procurasse compartilhar as responsabilidades inerentes ao seu cargo.

Cuidadosamente, falamos da intenção de realizar reuniões com os moradores, com o objetivo de conscientizá-los da importância de contribuir para a melhoria do condomínio, proposta que teve a anuência de Janete. A real estratégia, no entanto, era promover ações que pudessem identificar e fortalecer grupos de

moradores capazes de participar da gestão do empreendimento, de maneira a não mais sustentar o arbitrário domínio que Janete exercia no conjunto.

Os acontecimentos, entretanto, se desdobraram de maneira mais veloz do que eu e Larissa imaginávamos. Após uma ou duas reuniões com os moradores, promovidas pela prefeitura, Tatiane, moradora que sempre foi muito atuante e que participava do corpo diretivo do conjunto até este ser esvaziado por Janete, procurou a equipe social da prefeitura. Tatiane buscava orientação a respeito dos trâmites necessários para destituir a síndica. Cerca de duas semanas após esse contato, Janete foi destituída do cargo, por meio de assembleia organizada pelos próprios moradores. Tatiane foi eleita a nova síndica.

Mais ou menos um mês após tais eventos, conversei com Tatiane e dois moradores que a estavam auxiliando nesse período de transição: Carlos e Robert. Nesse dia, eles me contaram sobre alguns acontecimentos que haviam se desenrolado nas últimas semanas. Após ser destituída do cargo, Janete agrediu fisicamente Tatiane, e, na noite em que esta foi eleita nova síndica, Janete e o esposo depredaram a portaria do condomínio. O casal também disparou tiros para o alto, e Janete fez suas costumeiras ameaças, prometendo que retomaria o que era dela.

Tatiane me contou que já não saía mais sozinha de casa, evitando também sair durante a noite, mesmo acompanhada: *Sou eu que estou privada da minha liberdade!* Na realidade, o que me parecia ocorrer era que naquele momento Tatiane e os demais moradores pareciam estar dispostos a lutar pela retomada de sua liberdade.

Apesar do temor, o novo grupo que assumia a gestão do condomínio parecia resoluto, disposto a mudar a atmosfera de medo que havia ali se instalado. Contudo, o caminho seria árduo. Carlos relatou que a situação financeira do condomínio era pior do que imaginavam: com altas contas de energia sem pagamento, meses antes ligações clandestinas haviam sido feitas para manutenção da energia no condomínio e não havia praticamente nenhum dinheiro em caixa. Porém, após a destituição de Janete, os novos gestores afirmaram já sentir uma mudança no ambiente, com uma gradual retomada da confiança dos moradores no trabalho na administração do condomínio. Disseram que alguns condôminos inadimplentes já mostravam a intenção de retomar os pagamentos.

Apesar do promissor prognóstico, seria muito prematura qualquer avaliação

definitiva a respeito das reais transformações operadas no empreendimento citado. Ainda assim, é animador considerar que, apesar de todo o cenário adverso, houve quem procurasse não mais sustentar uma liderança tirânica. Após cerca de um ano sob o jugo das arbitrariedades de uma figura despótica, iniciava-se o corajoso movimento que buscou romper com uma consolidada dinâmica opressora. Esse movimento constituiu-se como o inesperado, que Arendt (2011) chamaria de milagre: o tipo de milagre que provoca a interrupção de um hábito, iniciativa que interrompe um automatismo. Na dimensão terrestre podemos identificar o autor desses milagres: “São os homens que o realizam – homens que, por terem recebido o dúplice dom da liberdade e da ação, podem estabelecer uma realidade que lhes pertença de direito” (Arendt, 2011, p. 220).

6. A conquista da casa própria (Entrevista)

– Minha felicidade, minha alegria foi o mais forte de tudo, meu filho! Eu entro lá (...), abro minha portinha e parece que eu estou no paraíso, é meu!

Conheci Dona Anair por meio de vínculos profundos e duradouros de amizade, ligações que perduram por mais de uma década. Conheço sua neta há longo período e já há alguns anos conheço Dona Anair. Esses laços esses ajudaram a entrevista a transcorrer de forma fluida e natural. Sua neta foi a intermediária do encontro e foi em casa desta que conversei longamente com Dona Anair. Naquela tarde, estávamos abertos para acolher as lembranças que nos visitassem.

Dona Anair é aposentada, cursou até o quarto ano do ensino fundamental. Na ocasião da nossa conversa, tinha setenta e dois anos, vivia há cerca de um ano em conjunto habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida, localizado na periferia da zona leste da capital paulista.

Antes de meu encontro com Anair, foi elaborado um roteiro da entrevista. Estruturado em três diferentes eixos, com questões que objetivavam suscitar lembranças de períodos específicos: anterior à adesão ao Programa, durante o processo e após a mudança para a nova residência. O roteiro foi utilizado com o intuito de auxiliar a direcionar a conversa para o tema da moradia, mas sem limitar o livre discurso da amiga que buscava resgatar memórias.

Gostaríamos de destacar alguns dos pontos que mais chamaram a atenção no diálogo com a sempre cordial Dona Anair. Iniciaremos por uma questão que consideramos fundamental: fica evidente, em várias de suas afirmações, quanto o conceito de moradia está associado às relações que se estabelecem com a vizinhança.

Quando ela falava a respeito da casa em que morou por cinco anos, a última antes de aderir ao Programa, perguntei-lhe se tinha gostado de morar ali, ao que ela respondeu:

– Gostava. Gostava da casa e do povo. Quando eu saí daí, as meninas choraram, e eu não esqueço não: desde quando eu venho aqui eu vou lá visitar elas.

Quando tento fazer com que ela hierarquize e diga do que mais gostava na

casa, sua resposta é quase a mesma:

– Eu gostava de tudo: da casa e do povo. Ali era uma beleza...

Fiz a mesma pergunta quando ela falava a respeito de outra casa, na qual morou antes desta, construída em área atingida por enchentes que a obrigaram a se mudar.

– Eu gostava de lá. Eu gostava da minha casinha era toda. Eu achava lá bom. Mas eu tenho sorte, todo o lado que eu vou eu acho gente boa para mim. Eu achava lá muito bom, mas a natureza me tomou, eu tive que correr. Aí Deus me ajudou e eu consegui essa aí dentro da... Como que é? Minha Casa, Minha Vida. E eu vou fazer de tudo para eu pagar direitinho. Quem quiser sair que vende e sai, mas eu não.

Todas as perguntas que provocaram essas respostas tiveram por objeto a casa, e em todas estas estão presentes as lembranças de Dona Anair a respeito da vizinhança. O entendimento do que é a casa, nos bairros pobres, transcende as fronteiras concretas que delimitam o imóvel material e estão fortemente presentes nas relações que se estabelecem com os vizinhos. A avaliação a respeito da qualidade dessas relações vai ser determinante na permanência, ou não, na casa. Como esclarece Dona Anair:

– Todo o lugar que eu vou a gente acha gente boa. Lá mesmo (atual residência) eu já achei. É por isso que a gente fica!

Nesse revelador ponto, recordei-me imediatamente da definição de enraizamento proposta por Simone Weil (2001). O discurso de Dona Anair evidencia a importância conferida ao sentimento de pertencimento a uma coletividade, ponto crucial na definição e permanência no local escolhido para se tornar um lar.

É importante também buscar o entendimento de como é, e quem é, essa *gente boa* que Dona Anair tem tido sorte em encontrar. Primeiramente, é necessário considerar que nos bairros periféricos há uma maior vulnerabilidade em inúmeros aspectos, entre esses, a violência. A violência é sentida como uma ameaça constante, algo já tratado neste trabalho e ratificado na fala de Dona Anair, mesmo quando vai elogiar o bairro:

– Lá é bom, menino. Não é um bairro bagunçado, não. Negócio de bandido tem em todo lugar. Eu não saio de noite. Quando estou por aqui (na casa da neta), por essa hora (por volta das dezoito horas), eu não vou mais, não.

Portanto, inicialmente, o vizinho *gente boa* é aquele que não é percebido como ameaça, aquele que *não mexe com a gente*, como Dona Anair diversas vezes afirmou:

– O povo lá era boa gente. Uns era invadido e outros compravam o terreno e faziam, mas o povo era bom. Até lá tinha esses fumador de maconha por aí, só que não mexiam com a gente não. (...) Os vizinhos são bons, não tenho nada contra os vizinhos, não... Porque para mim tá tudo bom: não mexe comigo, eu não mexo com eles.

Em um ambiente muitas vezes hostil, aqueles que não representam ameaça já são considerados bons vizinhos, mas apenas isso é insuficiente para construir laços mais íntimos. Para tal, é necessário que os vizinhos sejam percebidos como pessoas dispostas a construir uma rede informal de proteção mútua, aqueles com quem se pode contar.

– (...) Não mexiam com a gente, não. Se tivesse gente fora que mexesse, era eles que se ferravam. (...) É assim: o bloco que eu moro (residência atual)... Até nisso eu dou sorte... No bloco que eu moro, tem criança, tem uns rapazinhos, uns meninos bonzinhos, as mulheres são educadas, são gente fina.

– Qualquer coisa que a senhora precisar da gente, qualquer hora do dia ou da noite, pode bater lá.

Para além dessas redes, vínculos mais profundos se constroem a partir de relações de sincero cuidado e acolhimento. São aquelas relações que perduram, que emocionam quando recordadas. Foi com lágrimas nos olhos que Dona Anair se lembrou de Dona Eleonora, proprietária e vizinha da última casa em que morou antes de receber o apartamento no Programa Minha Casa Minha Vida.

– Uma coisa que eu nunca vou me esquecer é da dona da casa aqui. Ela morreu e vai fazer dois anos, agora dia 17. Aquela ali eu nunca vou me esquecer, porque a convivência com ela era maravilhosa (choro). A coisa que mais me marcou na minha vida... Eu não me esqueço daquela mulher... Foi quando ela estava internada, foi quando ela chamou as filhas e falou:

– Olha, vou falar uma coisa para vocês: se acontecer o pior comigo e vocês resolver vender lá, não deixa a Dona Anair sem moradia, não. Se vocês vender e for para outro lugar leva ela junto.

– Aí eu fui ver ela no hospital e ela me disse: – Anair, minha filha, não fica trabalhando muito, não. Te cuida. A coisa que mais me marcou ali foi a amizade que

ela tinha comigo. Foi muito bom...

Outro elemento importante surge nesse trecho das lembranças de Dona Anair: a esfera do trabalho. Na fala de Dona Anair, o trabalho aparece como ameaça: deve-se evitar trabalhar excessivamente; ademais, aparece como algo que pode ser prejudicial, por isso, o trabalhador merece atenção e cuidados.

Não é difícil associar o trabalho ao risco à saúde, tanto física como psíquica. Simone Weil (1996), ao descrever suas experiências na fábrica, com toda a sensibilidade que lhe é peculiar, demonstra o quanto o trabalho pode ser penoso, podendo até mesmo provocar o esgotamento da vida.

A autora (1996) destaca como o trabalhador, embora indispensável para a fabricação, conta como quase nada na produção e, conseqüentemente, cada sofrimento físico, cada falta de consideração, cada brutalidade, cada humilhação parece-lhe um lembrete de que ele não é nada e não está em sua casa. Não há intimidade que ligue os operários aos lugares e objetos entre os quais sua vida se esgota, e a fábrica os transforma, em sua própria terra, em estrangeiros ou exilados, desenraizados. “As coisas representam o papel dos homens, os homens representam o papel das coisas: eis a raiz do mal.” (WEIL, 1996, p. 162).

Tal perspectiva coaduna-se com a posição de Marx (2001), que considera que o trabalhador é rebaixado até o nível da mercadoria, de miserabilíssima mercadoria. Para o autor, o trabalhador torna-se mercadoria mais barata quanto maior número de bens ele produz. Dessa forma, o objeto produzido pelo trabalho, seu produto, opõe-se ao trabalhador como ser estranho, como um poder independente do produtor. “A realização do trabalho aparece na esfera da economia política como *desrealização* do trabalhador, a objetivação como *perda* e *servidão do objeto*, a apropriação como *alienação*.” (MARX, 2001, p. 112). Assim, o trabalhador só se sente em si fora do trabalho, enquanto no trabalho se sente fora de si. O trabalho, dessa forma, torna-se não a satisfação de uma necessidade, mas sim um meio de satisfazer outras necessidades.

Gostaria de destacar um último elemento presente nas memórias de Dona Anair, sendo que este foi para mim o mais marcante. Em seu discurso, é evidente o forte caráter de segurança e estabilidade representado pela propriedade da moradia. Inúmeras vezes, ela menciona sua alegria de ser proprietária de uma residência, e que esta não poderia ser tirada por ninguém. Quando pedi a Dona Anair para identificar algo mais significativo, algo que se havia modificado em sua vida após a

mudança para o apartamento do Programa Minha Casa Minha Vida, obtive a seguinte resposta:

– Minha felicidade, minha alegria foi o mais forte de tudo, meu filho! Não tem coisa mais forte que isso, não. Estou até agora! Eu entro lá dentro, abro minha portinha e parece que eu estou no paraíso: é meu! Que Deus me deu. Obrigado, Senhor! Agradeço a Deus a todo o momento de ficar lá sossegadinha. Ninguém vem me encher o saco... Com a idade que estou, ninguém vem me dizer: sai daí que eu quero a casa... E botar um preço que eu não posso pagar. Ali tá maravilhoso. Agradeço a Deus todos os momentos. Nenhum dos outros me deram uma casa e a Dilma me deu, pode falar o que quiser dela.

Quando pergunto se Dona Anair se lembrava de alguma história marcante vivida na nova casa, sua resposta é semelhante, enfatizando novamente a importância de se sentir proprietária:

– De mais marcante é só minha alegria lá dentro, que me marca de eu entrar ali e saber que é meu, mais marcante na minha vida. E para mim ali está tudo bom e eu acho lá bom, eu gosto.

E completa:

– Eu estou [contente], e muito. Os outros eu não sei, mas eu estou, no meu cantinho. Quem quiser sair, sai, mas eu só vou sair de lá quando eu morrer...

É importante considerar que essa alta valorização atribuída à propriedade da residência, associada à segurança, estabilidade e proteção, pode ter sido amplificada pelas difíceis experiências que Dona Anair vivenciou em suas residências anteriores. Uma dessas casas, construída em cima da casa do genro, lhe foi tirada por este. Outra, construída em área de risco, foi tomada pela natureza.

A casa de Dona Anair ganha status de refúgio, local onde se sente protegida, tanto das intempéries da natureza como das ações dos homens. Tais significados que puderam ser construídos graças à edificação de laços de mútua cooperação com a vizinhança. A casa se completa na presença dos outros, que são sentidos como pontos de apoio.

– Tem duas famílias lá que eu tenho mais amizade, de conversar; que elas vêm na minha casa, que eu vou na casa delas. Que eu tenho mais amizade, que se eu precisar deles e se eles precisarem de mim...

Considero, enfim, como exposto, que a segurança proporcionada pela posse da moradia e apoio encontrado na vizinhança foram condições fundamentais para

que Dona Anair se apropriasse de sua nova casa. Transformando esse novo espaço em um lar capaz de tocar suas fibras mais íntimas, despertando um profundo sentimento de satisfação:

– Eu entro lá dentro, abro minha portinha e parece que eu estou no paraíso: é meu!

6.1 Convergências e contradições

É possível identificar, no discurso de Dona Anair, alguns elementos tratados ao longo da pesquisa. Um desses elementos, considerado fundamental, remete à importância conferida à vizinhança na construção do sentimento de habitação. Como destaca Gonçalves Filho: “A acolhida intersubjetiva, a acolhida dos dons, a acolhida mútua dos doadores — doadores de coisas e, finalmente, doadores de si mesmos — faz o sentimento de habitação. Onde há sentimento de habitação, aí queremos a nossa casa” (1998b, p. 11).

O sentimento de habitação é, assim, um elemento marcante presente no discurso de Dona Anair, lembrado ao falar de todas as casas em que já viveu, mas, sobretudo, ao falar sobre aquela em que construiu um laço profundo de amizade. Esse laço foi demonstrado quando a amiga de Anair, mesmo quando a morte se avizinhava, não se esqueceu de garantir a manutenção da moradia desta.

Dona Anair também menciona um sentimento de insegurança, reconhece a existência de presenças ameaçadoras, a ponto de fazer com que ela não saia durante a noite de casa. Contudo, isso não é entendido como um problema capaz de impedir a solidificação do sentimento de habitação, afinal: *bandido tem em todo lugar*. Na realidade, a segurança proporcionada pela moradia parece sobrepor-se a eventuais ameaças externas.

Um sentimento relacionado com a satisfação e proteção proporcionada pela obtenção da moradia, de um lado, e o medo de ameaças externas, de outro não é incomum nos moradores do Programa Minha Casa Minha Vida. Paz aponta-o por meio de uma série de expressões: “Está ruim, mas é meu; da porta (do apartamento) para dentro está bom; o problema está da porta para fora; as crianças não podem sair para brincar; jogam bola dentro do apartamento (2015, p. 275).”

Adversamente ao levantamento de Paz, para Dona Anair não parece haver ambiguidade. Apesar de reconhecer a existência de ameaças, estas parecem

irrelevantes para ela. Na verdade, tudo parece ser indiferente perante a felicidade da posse da moradia. A senhora não faz qualquer crítica ao processo do Programa: sua alegria impera. Esse estado de encantamento chega a contrariar as considerações feitas durante a pesquisa.

Procurou-se demonstrar que a dinâmica de implementação do Programa Minha Casa Minha Vida impede uma participação real e efetiva dos moradores. Foi apontado que esse impedimento à participação reforça um processo de humilhação política e de desenraizamento, dificultando a construção de laços comunitários com a nova vizinhança e, conseqüentemente, a apropriação da nova moradia. Contudo, para Dona Anair, nada disso parece impactar de forma significativa seu sentimento de felicidade.

Por outro lado, é necessário indicar algumas especificidades do caso de Dona Anair: ao contrário do que geralmente ocorre, ela pôde escolher o conjunto habitacional em que viria a morar; dentro das duas opções apresentadas, uma delas ficava relativamente próxima aos bairros em que sempre morou, da casa da filha e de sua neta. Outro importante aspecto remete ao fato de dona Anair ter encontrado *gente boa* na nova moradia: gente com quem se pode contar, elemento raramente relatado pelos moradores durante minhas experiências em campo.

A biografia de Dona Anair também parece ser importante aspecto a ser considerado. Ao longo de toda uma vida, sempre almejou possuir a casa própria. Esteve perto de realizar esse sonho, mas por duas vezes ele lhe escapou. Uma das casas a água levou; a outra, lhe foi tirada pelo genro. Portanto, ser selecionada para entrar no Minha Casa Minha Vida representou a concretização de um desejo cultivado havia muito tempo. Para ela, nem mesmo receber a moradia sem energia elétrica foi um problema, e não se importou em viver durante quinze dias nessa situação. Aquele era seu almejado *cantinho*, onde ninguém mais iria lhe importunar, ou de onde ninguém pediria que saísse. Não há, no entanto, elementos suficientes para fazer afirmações mais assertivas acerca de complexa temática.

As efusivas manifestações de felicidade de Dona Anair sinalizam a necessidade de conduzir pesquisas que busquem aprofundamento no estudo de biografias em que a aquisição da casa parece se configurar como um elemento profundamente transformador, um divisor na história de vida. Tal investigação deveria tentar elucidar algumas questões: a conquista da moradia teria tal impacto a ponto de, mesmo dentro de uma dinâmica que oferta limitadas condições de

participação, ser suficiente para estimular o enraizamento? A casa poderia se formar como elemento iniciador de uma nova situação psíquica do morador? Para enveredar em tais temas seria necessário aprofundar estudos relacionados à falta da casa e subjetividade, desamparo da moradia e desamparo psíquico.

Essa temática se configura como investigação complementar ao estudo iniciado neste trabalho, podendo se tornar objeto de pesquisa em regime de doutorado, que se dedicaria ao recolhimento de histórias, por meio de entrevistas, de pessoas para quem a aquisição da moradia foi um marco em sua biografia. A reveladora entrevista realizada com Dona Anair pode indicar alguns dos caminhos a serem trilhados nessa perspectiva.

7. Considerações Finais

A moradia não se encerra na materialidade de suas paredes, portas, janelas, teto. A concretude que serviu para a construção de sua manifestação física não resume a habitação. A moradia se perfaz na presença dos outros. E essa presença pode se manifestar de forma amistosa ou ameaçadora. A qualidade das relações de vizinhança será determinante para a construção do sentimento de moradia, de um real acolhimento e da manutenção dos moradores em um mesmo e determinado local.

Aprendemos com Dona Anair que laços ternos de amizade podem ser desenvolvidos em torno da moradia. Mas pudemos, também, verificar que a habitação pode engendrar processos de rebaixamento, tornando-se parte de uma dinâmica que desenraiza, desumaniza, ofende aquele que deveria acolher. A moradia, assim, se transforma em instrumento de humilhação: *Para quem saiu da beira do córrego isso aqui está muito bom!* Quando sentida dessa forma, os outros com quem se divide o mesmo espaço não são percebidos como potenciais parceiros, companheiros que podem se auxiliar mutuamente, mas apenas como gente com quem não se deve *misturar*. Em tal cenário, lideranças tiranas podem irromper, buscando construir um *reinado* alimentado pelo temor e a opressão. O outrora oprimido se torna opressor. Contudo, apesar de todo um contexto desfavorável, também podem despontar grupos dispostos a interromper uma dinâmica autoritária, buscando, através da ação, retomar a liberdade que lhes foi roubada. A moradia carrega, portanto, uma infinidade de experiências.

Procuramos destacar, ao longo do trabalho, que a mecânica de implementação do Programa Minha Casa Minha Vida restringiu a livre manifestação de um importante tipo de experiência do ser humano, por meio da qual se satisfaz necessidades profundas da alma: a experiência de participação (WEIL, 2001). Relacionamos a falta de participação com um processo de humilhação política e desenraizamento que, conseqüentemente, dificulta a construção de laços comunitários e a apropriação da nova moradia. Enfatizamos, talvez exaustivamente, que a participação popular é elemento primordial em um programa que tenha por finalidade promover uma experiência que seja de fato transformadora.

Defendemos, portanto, mudanças nas diretrizes do Programa Minha Casa Minha Vida, de maneira a permitir a livre manifestação do discurso e da ação aos moradores. Esses elementos são tão caros ao homem que Arendt (2014) afirma ser somente por meio deles que nos distinguimos dos nossos pares e nos inserimos no mundo humano. Tais elementos, infelizmente, são frequentemente roubados dos cidadãos pobres (GONÇALVES FILHO, 2007).

O conturbado cenário político do ano de 2016, contudo, colocou em horizonte ainda mais distante a inserção de processos mais democráticos no Programa. Na realidade, o próprio futuro do Minha Casa Minha Vida é hoje incerto. Com a ruptura de um processo democrático que culminou com a destituição de uma presidenta legitimamente eleita e o aprofundamento da crise econômica, as anunciadas metas – dois milhões de novas moradias – da terceira fase do Programa parecem ter sido esquecidas.

Apesar das promessas de continuidade, novas contratações para a faixa I do Programa permaneceram interrompidas. Segundo declarações dadas em setembro de 2016 pelo ministro das Cidades⁵, Bruno Araújo, tais contratações deverão ser retomadas no ano de 2017⁶. Exibirão, porém, números bem mais modestos do que aqueles anunciados no lançamento da terceira fase do Minha Casa Minha Vida, ainda durante o segundo mandato do governo de Dilma Rousseff, antes da efetivação do golpe parlamentar. Segundo o ministro, deverá ocorrer a contratação de seiscentas e dez mil novas moradias em 2017 (somadas as diferentes faixas), ou seja, a capilaridade do Programa Minha Casa Minha Vida, sua maior virtude, tende a ser restringida.

Além disso, a discrepância existente desde o início do Programa aumentará: a desproporção da oferta de moradias de acordo com o déficit habitacional existente dentro de cada estrato social. Se na meta de um milhão de unidades habitacionais da primeira fase destinou-se quatrocentas mil para a faixa I e seiscentas mil foram distribuídas entre as faixas II e III, a provável meta para 2017 será de somente cem mil unidades para faixa I, que concentra 90% do déficit habitacional (BONDUKI,

⁵ Segundo artigo do Correio Braziliense: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2016/09/16/internas_polbraeco,548953/governo-temer-tenta-retomar-projeto-minha-casa-minha-vida.shtml>.

⁶ De fato, foi aberto processo para contratação de novas unidades do PMCMV Faixa I em 2017.

2014), e quatrocentas mil para as faixas II e III. Além destas, outras quarenta mil unidades habitacionais serão destinadas à nova faixa 1,5, e setenta mil para o Programa Nacional de Habitação Rural.

Na presente conjuntura política, considerando a postura da atual administração federal, notadamente marcada pela adoção autoritária de medidas, a perspectiva de mudanças institucionais que permitam uma maior participação popular no Programa Minha Casa Minha Vida parece ser ainda mais improvável. Consideramos, contudo, que existem pequenos espaços em que se pode despertar a participação popular. Cabe principalmente aos profissionais diretamente envolvidos nos processos do Programa estimular a participação dos moradores: não uma participação protocolar, artificial ou imposta, mas sim uma participação real e efetiva. Estimular tal participação se configura como um dos grandes desafios dos profissionais comprometidos com o Minha Casa Minha Vida.

Os técnicos envolvidos nas ações de trabalho social, sobretudo, devem compreender esse desafio. Uma vez que é no trabalho social que localizamos o eixo identificado como “mobilização, organização e fortalecimento social” (BRASIL, 2014). Assim como, é atribuída ao trabalho social a responsabilidade de promover o exercício da “participação cidadã” dos moradores (BRASIL, 2010). A participação deve ser estimulada, mesmo que, considerando a dinâmica do Programa, só tardiamente seja possível criar espaços democráticos para tal, e ainda de alcance limitado. Entendemos que essa iniciativa é imprescindível para o empoderamento das famílias e a apropriação da nova moradia. É preciso, contudo, estar consciente de que a adesão dos moradores provavelmente não será imediata e sem dificuldades.

Difícilmente apenas convidar os moradores à participação bastará. Imaginemos um pássaro que passou toda a vida cativo: deveríamos considerar que somente deixar sua gaiola aberta seria suficiente para que ele conquistasse a liberdade? Pensamos que não. Talvez em um primeiro momento, assustado, esse pássaro se refugiasse em algum canto da sua segura prisão. Com sorte, vencendo seus íntimos receios, seria capaz de alçar tímidos voos, ainda dentro da gaiola, cortejando a temida liberdade. Um dia, finalmente, o pássaro adquiriria coragem para superar as grades do seu cárcere, por meio de um voo ainda desajeitado, mas rumo a uma desconhecida liberdade. Estimular a participação, sobretudo daqueles

que foram criados na servidão, é, portanto trabalho que exige paciência e dedicação. É somente através da participação, entretanto, que os moradores do Minha Casa Minha Vida poderão exercer plenamente sua cidadania.

O cidadão pobre é frequentemente impedido de falar, opinar, deliberar ou agir, tomar iniciativas. Em qualquer momento, sua voz ou ação podem ser censuradas, caso sejam livremente praticadas (GONÇALVES FILHO, 2007). A busca por estabelecer relações mais igualitárias e humanizadas dentro Programa Minha Casa Minha Vida passa, impreterivelmente, pelo rompimento de tal paradigma.

Estamos habituados a uma concepção de igualdade cujo significado remete à supressão de diferenças, alude à identidade ou equação. No entanto, a igualdade é, sobretudo, uma categoria política: envolve não a supressão das diferenças, mas sim a supressão da desigualdade.

Igualdade conta quando as pessoas reúnem-se no igual direito de falar e agir. Somos iguais politicamente. É desejável a igualdade porque é desejável que todos participemos igualmente do direito de ser ouvido e de tomar iniciativas, do direito de governar a cidade e governar o trabalho. (GONÇALVES FILHO, 2005, p. 40)

Os avanços do Programa Minha Casa Minha Vida precisam ser reconhecidos, em que pese ter um longo caminho a percorrer, se colocado em seu horizonte o exercício da cidadania e da igualdade política. Iniciativa imprescindível, para tanto, será empoderar a quem o Programa se destina: dar voz e assegurar possibilidades de participação àqueles que normalmente são impedidos de falar e agir – empreitada cujo êxito depende da consolidação de dinâmicas que permitam estabelecer relações mais igualitárias entre os diferentes agentes do Minha Casa Minha Vida.

8. Referências

AMORA, D.; HAUBERT, M. Governo faz evento para anunciar redução de meta de casas populares. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 de março de 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/03/1755546-governo-faz-evento-para-anunciar-reducao-de-meta-de-casas-populares.shtml>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

AMORE, C. S. Minha Casa Minha Vida para iniciantes. In Amore, C. S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. **Minha casa... e a cidade? avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros**. 1ª ed., pp. 11 – 28. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

ARENDT, H. O que é liberdade? In:_____. Tradução de Mauro W. Barbosa. 7ª Edição. São Paulo: Perspectiva, 2014.

_____. **A Condição Humana**. Tradução de Roberto Raposo. 12ª Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996.

BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Tradução: Plínio Dentzien. 1ª Edição. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003.

BERGSON, H. Sobre o cômico em geral, comicidade das formas e dos movimentos, força e expansão do cômico. In:_____. **O Riso – Ensaio sobre a significação do cômico**. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. 2ª Edição, p. 6 - 34. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

BONDUKI, N. Cem anos de construção da política pública de habitação no Brasil: o desafio de uma arquitetura para a maioria. In:_____. **Os Pioneiros da Habitação Social no Brasil: volume 1**. 1ª Edição, p. 1 - 129. São Paulo: Unesp, 2014.

BOSI, A. A Escravidão entre dois liberalismos. In:_____. **Dialética da colonização**. 4ª Edição, p. 194-245. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOSI, E. **Memória e Sociedade: Lembrança dos Velhos**. 3ª Edição. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

_____. Entre a opinião e o Estereótipo. In:_____. **O Tempo Vivo da Memória**. 3ª Edição, p. 113 – 126. São Paulo, Ateliê Editorial, 2003.

_____. Sugestões para um jovem pesquisador. In:_____. **O Tempo Vivo da Memória**. 3ª Edição, p. 59 -68. São Paulo, Ateliê Editorial, 2003.

_____. Apontamentos sobre a cultura das classes pobres. In:_____. **O Tempo Vivo da Memória**. 3ª Edição, p. 151-158. São Paulo, Ateliê Editorial, 2003.

BRANDÃO, C. R. A pesquisa participante e a participação da pesquisa: Um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina . In BRANDÃO, C.; STRECK, D. R. (Orgs.). **Pesquisa participante: a partilha do saber**. 3ª Edição, p. 21-54. Aparecida-SP: Ideias & Letras, 2006.

BRASIL. Ministério das Cidades. Portaria nº 93, de 25 de Fevereiro de 2010. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 de Fevereiro, 2010. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/images/stories/Legislacao/Portarias_2010/Portaria_93_2010.pdf>. Acesso em 2 de maio de 2016.

BRASIL. Ministério das Cidades. Portaria nº 325, de 7 de Julho de 2011. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 de Julho de 2011. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=57&data=21/07/2011/index.jsp?jornal=1&pagina=57&data=21/07/2011>>. Acesso em 2 de maio de 2016.

BRASIL. Ministério das Cidades. Portaria nº 465, de 21 de Julho de 2011. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 de Julho de 2011. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=57&data=21/07/2011/index.jsp?data=04/10/2011&jornal=1&pagina=31&totalArquivos=216>>. Acesso em 2 de maio de 2016.

BRASIL. Ministério das Cidades. Portaria nº 595, de 18 de dezembro de 2013. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 de dezembro de 2013. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=20/12/2013&jornal=1&pagina=99&totalArquivos=184>>. Acesso em 2 de maio de 2016.

BRASIL. Ministério das Cidades. Portaria nº 21, de 22 de Janeiro de 2014. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, de 23 de Janeiro de 2014. Disponível em <<http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosCidades/PAC/Manuais-Gerais-PAC/portaria21.pdf>>. Acessado em 2 de maio de 2016.

CARDOSO, A. L.; MELLO, I. Q.; JAENISCH, S. T. A implementação do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: agentes, processos e contradições. In: AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. **Minha casa... e a cidade? avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros**. 1ª ed., pp. 73 – 102. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

CHAUI, M. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 12ª Edição. São Paulo, Cortez, 2007.

FREIRE, P. **A pedagogia do oprimido**. 58ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREUD, S. O Mal Estar na Civilização. In:_____. **O Mal Estar na Civilização, novas conferências introdutórias à Psicanálise e outros textos (1930-1936)**. Tradução de Paulo César de Souza. 1ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. Psicologia das Massas e Análise do Eu. In:_____. **Psicologia das Massas e Análise do Eu e outros textos (1920-1923)**. Tradução de Paulo César de Souza. 1ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FUNARO, V. M. B. de O. et al. **Diretrizes para apresentação de dissertações e**

teses da USP: parte I (ABNT) / Sistema Integrado de Bibliotecas da USP. 3ª Edição. São Paulo: SIBiUSP, 2016.

GERTZ, C. Uma Descrição Densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura. In: _____. **A Interpretação das Culturas (1926)**. 1ª Edição. Rio de Janeiro, LTC, 2008.

GONÇALVES FILHO, J. M. Memória e Sociedade. In: **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo, Departamento do Patrimônio Histórico, v. 200, p. 15-64, 1991.

_____. **Passagem para a Vila Joanisa – uma introdução ao problema da humilhação social**. São Paulo, 1995 (170 pp.). Dissertação de Mestrado apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

_____. Humilhação social - um problema político em psicologia. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 11-67, 1998a. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65641998000200002&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 10 de janeiro 2016.

_____. A memória da casa e a memória dos outros. In: **Revista Travessia**. São Paulo, Centro de Estudos Migratórios, Ano XI, n. 32, p. 17-24. Setembro-Outubro, 1998b.

_____. Problemas de método em Psicologia Social: algumas notas sobre a humilhação política e o pesquisador participante. In: BOCK, Ana M. Bahia (org.). **Psicologia e o compromisso social**. São Paulo, Ed. Cortez, 2ª edição, 2005.

_____. Humilhação social: humilhação política. In: SOUZA, Beatriz de Paula. (Org.). **Orientação à queixa escolar**. 2ª Edição. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010, p. 187-221.

_____. **A Observação Participante e o Diário de Campo**. São Paulo, 2015a. Universidade de São Paulo: Instituto de Psicologia. Texto não publicado, mas disponível no Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do IPUSP.

_____. **Sobre Interpretação**. São Paulo, 2015b. Universidade de São Paulo: Instituto de Psicologia. Texto não publicado, mas disponível no Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do IPUSP.

GONSALVES, E. P. Pesquisa, participar: sensibilidades pós-modernas. In: BRANDÃO, C. R.; STRECK, D. R. (Orgs.). **Pesquisa participante: a partilha do saber**. 3ª Edição, p. 245-258. Aparecida-SP: Ideias & Letras, 2006.

HONNETH, A. *Observações Sobre a Reificação*. Porto Alegre, Civitas, v. 8 n. 1, p. 68-79 jan. – abr. 2008. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/4322/6868>>. Acessado em 19 de julho de 2014.

LA BOÉTIE, E. **Discurso da Servidão Voluntária**. Tradutor Casemiro Linarth. 2ª

Edição. São Paulo, Martin Claret, 2009.

LOPES, J. M. A.; SHIMBO, L. Z. Um olhar sobre a produção do PMCMV a partir de eixos analíticos. In: AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. **Minha casa... e a cidade? avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros**. 1ª ed., pp. 229 – 254. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

MARICATO, E. MetrÓpole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 151-166, 2003. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142003000200013>>. Acesso em 23 de agosto de 2013.

_____. O Impasse da Política Urbana. In:_____. **O impasse na Política Urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. É a questão urbana estúpido. In PESCHANSKI, A. et al. **Cidades Rebeldes: passe livre e manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, M. O Trabalho Alienado. In:_____. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos**. 2ª Edição. Tradução de Alex Marins. São Paulo: Editora Martin Claret, 2001.

MERTON, R. K. Estrutura Burocrática e Personalidade. In: Edmundo Campos. (Org.). CAMPOS, E. (Org.). **Sociologia da Burocracia**. 2ª ed., pp. 96-110. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.

NASCIMENTO, D. M. et al. Programa Minha Casa Minha Vida: desafios e avanços na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. **Minha casa... e a cidade? avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros**. 1ª ed., pp. 195 – 228. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

PAULA, A. P. P. de. Administração pública brasileira entreo gerencialismo e a gestão social. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo , v. 45, n. 1, p. 36-49, Mar. 2005 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902005000100005&lng=en&nrm=iso>. access on 10 Jan. 2017. Acesso em 15 de maio de 2016.

PAZ, R. D. O. et al. Trabalho social no Programa Minha Casa Minha Vida: a experiência da cidade de Osasco/São Paulo. In: AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. **Minha casa... e a cidade? avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros**. 1ª ed., pp. 255 – 288. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

PEQUENO, R.; ROSA, S. V. Inserção urbana e segregação espacial: análise do Programa Minha Casa Minha Vida em Fortaleza. In: AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. **Minha casa... e a cidade? avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros**. 1ª ed., pp. 131 – 164. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

RIBEIRO, D. Classe, cor e preconceito. In: _____. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 3ª Edição, p. 157-171. São Paulo: Global, 2015.

ROLNIK, R. Ferramentas para avaliação da inserção urbana dos empreendimentos do MCMV. **Projeto de Pesquisa da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Equipe Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.labcidade.fau.usp.br/arquivos/relatorio.pdf>>. Acesso em 03 de outubro de 2015.

ROLNIK, R. et al. O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 17, n. 33, p. 127-154, maio 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962015000100127&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 20 de abril de 2016.

RUFINO, M. B. C. Um olhar sobre a produção do PMCMV a partir de eixos analíticos. In: AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. **Minha casa... e a cidade? avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros**. 1ª ed., pp. 51 – 72. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

SILVA, A. S. Enfoque Psicopolítico da Intervenção em Políticas Públicas. In: _____. Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

SOUZA, T. R. de Paula. Políticas Públicas no Enfoque da Psicologia Política. In: SILVA, A. S.; CORRÊA, F. (Orgs.). **No Interstício das Disciplinaridades: A Psicologia Política**. 1ª ed., p. 219-237. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

STRECK, D. R. Pesquisar é pronunciar o mundo. In: BRANDÃO, C. R.; STRECK, D. R. (Orgs.). **Pesquisa participante: a partilha do saber**. 3ª Edição, p. 259-276. Aparecida-SP: Ideias & Letras, 2006.

TENÓRIO, F. G. Gestão social: uma perspectiva conceitual. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 5, p. 7-23, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/7754/6346>>. Acesso em 14 de junho de 2016.

WEBER, M. Os Fundamentos da Organização Burocrática: Uma Construção do Tipo Ideal. In: CAMPOS, E. (Org.). **Sociologia da Burocracia**. 2ª ed., pp. 9-15. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.

WEIL, S. Contradição. In: _____. **A gravidade e a graça**. Tradução de Paulo Neves. 1ª Edição, p. 107-112. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

_____. **A condição operária e outros estudos sobre a opressão**. Ecléa Bosi (Org.). Tradução de Therezinha Gomes Garcia Langlada. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. **O Enraizamento.** Tradução de Maria Leonor Loureiro. 1ª Edição. Bauru: EDUSC, 2001.